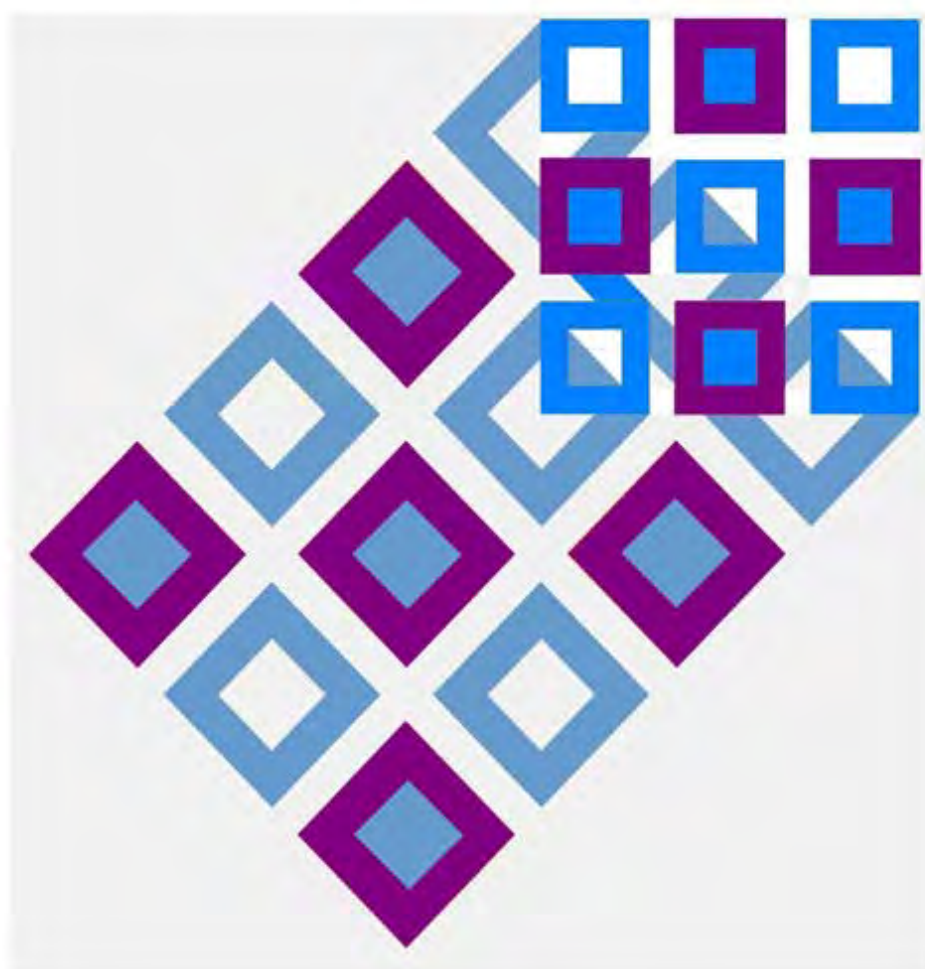


CARTA SOCIAL

REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

RELATÓRIO 2015



© Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP),

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS)

CARTA SOCIAL – REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS 2015

Coordenação: GEP/MTSSS

Colaboração: ISS, IP – Instituto da Segurança Social, IP (MTSSS), SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (MTSSS) e CPL – Casa Pia de Lisboa (MTSSS)

Email: cartasocial@gep.mtsss.pt

Página: www.cartasocial.pt; www.gep.mtsss.gov.pt

ISBN: 978-972-704-407-8

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor por GEP/MTSSS

Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

Praça de Londres, n.º 2 - 5.º andar

1049-056 Lisboa

Tel.: (+351) 211 155 000

Fax: (+351) 211 155 150

Índice

1. Nota introdutória	4
2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos	5
2.1 Entidades Proprietárias	5
2.1.1. Entidades Proprietárias: lucrativas e não lucrativas	5
2.1.2. Distribuição territorial das entidades proprietárias	6
2.2 Equipamentos Sociais	7
2.2.1. Equipamentos sociais de entidades lucrativas e não lucrativas	7
2.2.2. Distribuição territorial	8
2.2.3. Equipamentos sociais novos e encerrados	9
2.3 Respostas Sociais	11
2.3.1. Respostas sociais por população-alvo	11
2.3.2. Distribuição territorial	12
2.3.3. Respostas sociais novas	13
2.3.4. Relação entre a capacidade instalada e o número de utentes	14
3. Respostas sociais por população-alvo	15
3.1 Crianças e Jovens	15
3.1.1. Número de respostas sociais	15
3.1.2. Capacidade	16
3.1.3. Distribuição territorial	17
3.1.4. Taxa de cobertura	19
3.1.5. Taxa de utilização	20
3.1.6. Funcionamento	22
3.1.7. Caracterização dos utentes	25
3.2 Crianças, Jovens e Adultos com deficiência	27
3.2.1. Número de respostas sociais	27
3.2.2. Capacidade	28
3.2.3. Distribuição territorial	29
3.2.4. Taxa de cobertura	30
3.2.5. Taxa de utilização	31
3.2.6. Funcionamento	32
3.2.7. Caracterização dos utentes	34
3.3 Pessoas Idosas	36
3.3.1. Número de respostas sociais	36
3.3.2. Capacidade	37
3.3.3. Distribuição territorial	38
3.3.4. Taxa de cobertura	40
3.3.5. Taxa de utilização	41
3.3.6. Funcionamento	42
3.3.7. Caracterização dos utentes	44
3.4 Família e Comunidade	46
3.4.1. Número de respostas sociais	46
3.4.2. Capacidade	47
3.4.3. Distribuição territorial	47
3.4.4. Taxa de utilização	48
3.4.5. A resposta social Acolhimento Familiar	48
3.5 Pessoas Toxicodependentes	50
3.5.1. Número de respostas sociais	50
3.5.2. Capacidade	50

3.5.3.	Distribuição territorial	51
3.5.4.	Taxa de utilização	51
3.6	Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias	52
3.6.1.	Número de respostas sociais.....	52
3.6.2.	Capacidade.....	52
3.6.3.	Distribuição territorial	53
3.6.4.	Taxa de utilização	53
3.7	Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico.....	54
3.7.1.	Respostas sociais	54
3.7.2.	Capacidade.....	54
3.7.3.	Distribuição territorial	55
3.7.4.	Taxa de utilização	55
4.	Despesas de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: o esforço público. 56	
4.1.	Despesa de funcionamento	56
4.2.	Comparticipação da Segurança Social através dos acordos de cooperação	57
ANEXOS		58
	Nomenclaturas e Conceitos	59

Índice de Figuras

Figura 1 - Evolução do número de entidades proprietárias segundo a natureza jurídica, Continente 2000-2015 ¹	5
Figura 2 - Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica, Continente - 2015 ¹	6
Figura 3 - Distribuição territorial da percentagem das entidades proprietárias, por natureza jurídica da entidade e NUTS II - 2015	6
Figura 4 - Distribuição territorial das entidades proprietárias, por concelho - 2015	7
Figura 5 - Evolução do n.º de equipamentos, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente - 2000-2015	8
Figura 6 - Distribuição percentual dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente - 2015	8
Figura 7 - Distribuição territorial da percentagem dos equipamentos sociais, por natureza jurídica da entidade proprietária e NUTS II - 2015	8
Figura 8 - Distribuição territorial dos equipamentos sociais, por concelho - 2015	9
Figura 9 - Evolução do n.º de equipamentos sociais novos e encerrados, Continente - 2010-2015	9
Figura 10 - Distribuição percentual dos equipamentos sociais novos, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente - 2015	10
Figura 11 - Distribuição percentual dos equipamentos sociais encerrados, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente - 2015	10
Figura 12 - Distribuição do n.º de equipamentos sociais novos e encerrados, por distrito - 2015	10
Figura 13 - Evolução do n.º de respostas sociais por população-alvo, Continente - 2000-2015	11
Figura 14 - Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo, Continente - 2015	11
Figura 15 - Distribuição territorial das respostas sociais por população-alvo Continente - 2015	12
Figura 16 - Distribuição percentual das respostas sociais, por população-alvo e NUTS II - 2015	12
Figura 17 - Evolução do número de respostas sociais novas, Continente - 2010-2015	13
Figura 18 - Distribuição percentual do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente - 2015	13
Figura 19 - Distribuição do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por distrito - 2015	13
Figura 20 - Distribuição percentual das respostas sociais novas, por tipologia, Continente - 2015	14
Figura 21 - Evolução da capacidade e dos utentes, Continente 2000-2015	14
Figura 22 - Evolução do número de respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente - 2000-2015	15
Figura 23 - Evolução do número de respostas de Creche, Continente - 2000-2015	15
Figura 24 - Distribuição percentual do número de respostas de Creche segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente - 2015	16
Figura 25 - Evolução da capacidade das respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente - 2000-2015	16
Figura 26 - Evolução da capacidade, n.º de utentes e n.º utentes em acordo da resposta social Creche, Continente - 2000-2015	16
Figura 27 - Relação entre a população dos 0 aos 3 anos e a população total, distrito e concelho - 2015	17
Figura 28 - Distribuição territorial das respostas sociais para as Crianças e Jovens, por concelho - 2015	18
Figura 29 - Distribuição territorial da resposta social Creche, por concelho - 2015	18
Figura 30 - Distribuição percentual da resposta social Creche, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito - 2015	18
Figura 31 - Evolução da taxa de cobertura das respostas sociais para a 1ª infância, Continente - 2006-2015	19
Figura 32 - Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1ª infância, distrito - 2015	19
Figura 33 - Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1ª infância, concelho - 2015	19
Figura 34 - Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente - 2000-2015	20
Figura 35 - Evolução do n.º de crianças dos 0-3 anos e do n.º de utentes em Creche e em Ama, Continente - 2000-2015	20
Figura 36 - Evolução da taxa de cobertura e da taxa de utilização das respostas sociais para a 1ª infância, Continente - 2006-2015	21
Figura 37 - Taxa de utilização das respostas sociais para a 1ª infância, distrito - 2015	21
Figura 38 - Taxa de utilização das respostas sociais para a 1ª infância, concelho - 2015	21
Figura 39 - Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por âmbito geográfico de funcionamento, Continente - 2015	22
Figura 40 - Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por período de funcionamento, Continente - 2015	22

Figura 41 - Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens com encerramento para férias, Continente - 2015	23
Figura 42 - Distribuição percentual das Creches por horário de abertura, Continente - 2015	23
Figura 43 - Distribuição percentual das Creches por horário de encerramento, Continente - 2015	23
Figura 44 - Distribuição percentual dos CATL por horário de abertura, Continente - 2015	24
Figura 45 - Distribuição percentual dos CATL por horário de encerramento, Continente - 2015	24
Figura 46 - Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por número de horas em funcionamento, Continente - 2015	24
Figura 47- Distribuição percentual das Creches por tempo médio de permanência diária das crianças, Continente - 2015	24
Figura 48 - Distribuição percentual dos utentes em respostas para Crianças e Jovens por escalão etário, Continente - 2015	25
Figura 49 - Evolução do número de respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência, Continente - 2000-2015	27
Figura 50 - Evolução do número de respostas sociais CAO e Lar Residencial, Continente - 2000-2015	27
Figura 51 - Evolução da capacidade das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência, Continente - 2000-2015	28
Figura 52 - Evolução da capacidade e do n.º de utentes da resposta social CAO, Continente - 2000-2015....	28
Figura 53 - Distribuição territorial das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência, por distrito - 2015	29
Figura 54 - Distribuição territorial da resposta social Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), por distrito - 2015	29
Figura 55 - Evolução da Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência ou Incapacidade, Continente - 2006-2015¹	30
Figura 56 - Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência ou Incapacidade, distrito - 2015	30
Figura 57 - Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência ou incapacidade, Continente - 2000-2015	31
Figura 58 - Taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência ou incapacidade, por distrito - 2015	31
Figura 59 - Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência ou incapacidade por âmbito geográfico de funcionamento, Continente - 2015	32
Figura 60 - Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência ou incapacidade por período de funcionamento, Continente - 2015	32
Figura 61 - Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência ou incapacidade com encerramento para férias, Continente - 2015	32
Figura 62 - Distribuição percentual dos CAO por horário de abertura, Continente - 2015	33
Figura 63 - Distribuição percentual dos CAO por horário de encerramento, Continente - 2015	33
Figura 64 - Distribuição percentual dos CAO por tempo médio de permanência diária dos utentes, Continente - 2015	33
Figura 65 - Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para Crianças, Jovens e Adultos com deficiência ou incapacidade por escalão etário, Continente - 2015	34
Figura 66 - Distribuição percentual dos utentes em respostas para Crianças, Jovens e Adultos com deficiência ou incapacidade por tempo de permanência, Continente - 2015	34
Figura 67 - Distribuição percentual dos utentes em respostas para Crianças, Jovens e Adultos com deficiência ou incapacidade por grau de dependência, Continente - 2015	34
Figura 68 - Distribuição percentual dos utentes em CAO por existência de problemas nas funções do corpo, Continente - 2015	35
Figura 69 - Distribuição percentual dos utentes em Lar Residencial por existência de problemas nas funções do corpo, Continente - 2015	35
Figura 70 - Distribuição percentual dos utentes em CAO com participação em atividades/projetos de inclusão na sociedade, Continente - 2015	35
Figura 71 - Evolução do número de respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente - 2000-2015	36
Figura 72 - Evolução do número de respostas sociais ERPI e SAD, Continente - 2000-2015	36
Figura 73 - Evolução da capacidade das respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente - 2000-2015 ..	37
Figura 74 - Evolução da capacidade e do nº de utentes da resposta social SAD, Continente - 2000-2015	37
Figura 75 - Relação entre a População Idosa (≥ 65 anos) e a População Total, por distrito e por concelho - 2015	38
Figura 76 - Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho - 2015	39
Figura 77 - Distribuição territorial da resposta social SAD, por concelho - 2015	39

Figura 78 - Distribuição percentual da resposta social SAD, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito - 2015	40
Figura 79 - Distribuição percentual da resposta social ERPI, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito - 2015	40
Figura 80 - Evolução da taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente - 2006-2015	40
Figura 81 - Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho - 2015	41
Figura 82 - Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente - 2000-2015	41
Figura 83 - Taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho - 2015	42
Figura 84 - Distribuição percentual das respostas para as Pessoas Idosas por âmbito geográfico de funcionamento, Continente - 2015	42
Figura 85 - Distribuição percentual das respostas para as Pessoas Idosas por período de funcionamento, Continente - 2015	42
Figura 86 - Distribuição percentual da resposta SAD por modelo de funcionamento, Continente - 2015	43
Figura 87 - Distribuição percentual da resposta ERPI por modalidade de alojamento, Continente - 2015	43
Figura 88 - Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para as Pessoas Idosas por escalão etário, Continente - 2015	44
Figura 89 - Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para as Pessoas Idosas por tempo de permanência na resposta, Continente - 2015	44
Figura 90 - Distribuição percentual dos utentes em respostas para as Pessoas Idosas por grau de dependência, Continente - 2015	45
Figura 91 - Distribuição percentual dos utentes em ERPI por serviços prestados, Continente - 2015	45
Figura 92 - Distribuição percentual dos utentes em SAD por serviços prestados, Continente - 2015	45
Figura 93 - Evolução das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente - 2000-2015	46
Figura 94 - Evolução da capacidade nas respostas para a Família e Comunidade, Continente - 2000-2015 ..	47
Figura 95 - Distribuição territorial das respostas sociais para a Família e Comunidade, distrito - 2015	47
Figura 96 - Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente - 2000-2015	48
Figura 97 - Evolução do número de famílias de acolhimento e de pessoas acolhidas por grupo-alvo, Continente - 2001-2015	48
Figura 98 - Distribuição da resposta social Família de Acolhimento por distrito - 2015	49
Figura 99 - Distribuição percentual do número de pessoas acolhidas por grupo-alvo, Continente - 2015	49
Figura 100 - Distribuição percentual das pessoas acolhidas por grupo-alvo, por distrito - 2015	49
Figura 101 - Evolução das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente - 2000-2015 ..	50
Figura 102 - Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente - 2000-2015	50
Figura 103 - Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, distrito - 2015	51
Figura 104 - Evolução da taxa de utilização da resposta Apartamento de Reinserção Social, Continente - 2000-2015	51
Figura 105 - Evolução das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente - 2000-2015	52
Figura 106 - Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente - 2000-2015	52
Figura 107 - Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, distrito - 2015	53
Figura 108 - Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente - 2000-2015	53
Figura 109 - Evolução das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente - 2000-2015	54
Figura 110 - Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente - 2000-2015	54
Figura 111 - Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, distrito - 2015	55
Figura 112 - Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente - 2000-2015	55
Figura 113 - Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação, Continente - 2000-2015 ..	56

Figura 114 - Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população-alvo, Continente - 2000-2015	56
Figura 115 - Distribuição percentual da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população-alvo, Continente - 2015.....	56
Figura 116 - Evolução da comparticipação da Segurança Social, por resposta social e utente, com base nos acordos de cooperação, Continente - 2000-2015.....	57

1. Nota introdutória¹

A Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), enquanto elemento fundamental na promoção e no desenvolvimento da proteção social, consubstancia-se na oferta de um conjunto alargado de respostas sociais direcionadas, particularmente, para os grupos mais vulneráveis, e tem um papel determinante no combate das situações de pobreza, assim como de promoção na promoção da inclusão social e da conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar.

A Carta Social - ferramenta essencial ao estudo da dinâmica da RSES - apresenta-se como um instrumento de informação privilegiado de caracterização e análise, essencial para o processo de conceção e adequação das políticas sociais, para o apoio ao planeamento territorial e à preparação da tomada de decisão, afirmando-se também como meio fundamental na linha de informação ao cidadão.

Desde há alguns anos, foi promovida a atualização da informação da Carta Social, por via eletrónica, junto das entidades que desenvolvem respostas sociais enquadradas na RSES, possibilitando que as referidas entidades acedam a uma plataforma informática, através da *internet*, que lhes permite atualizar ou inserir novos elementos associados à atividade desenvolvida, modelo que, para além de desburocratizar o processo e reduzir os procedimentos administrativos, apresenta menos encargos financeiros para o Estado.

O presente relatório, que tem por base a informação obtida por referência a 31 de dezembro de 2015, pretende dar a conhecer a dinâmica da evolução recente da RSES no território continental, apresentando as principais variáveis e indicadores de caracterização do comportamento das entidades, dos equipamentos sociais de suporte e das diferentes respostas sociais, assim como o esforço público que tem sido realizado ao nível do funcionamento. De referir, ainda, que o relatório que se apresenta integra informação relativa à resposta de Educação Pré-Escolar, elementos recolhidos pela primeira vez na atualização 2015.

¹ No desenvolvimento deste Relatório, são utilizados indiscriminadamente os termos “valência” e “resposta social”.

2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos

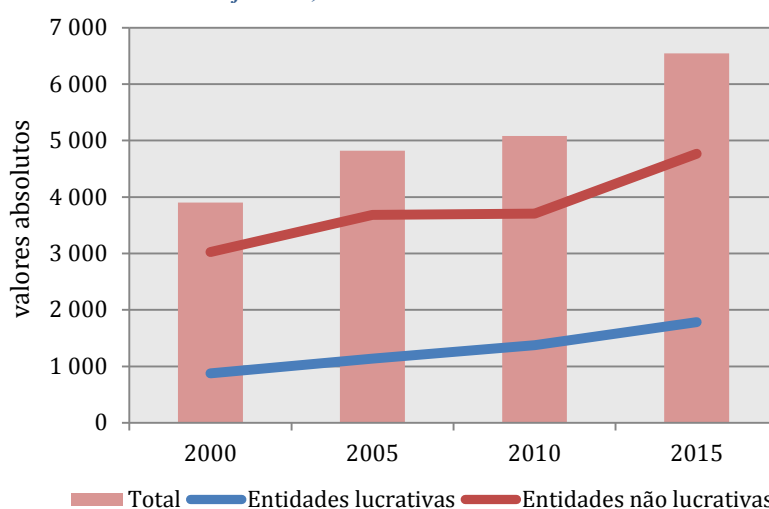
2.1 Entidades Proprietárias

No âmbito da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais, é considerada entidade proprietária qualquer entidade, individual ou coletiva, a quem pertence (dono) um ou mais equipamentos (instalações) onde se desenvolvem respostas sociais.

2.1.1. Entidades Proprietárias: lucrativas e não lucrativas

No contexto da análise deste relatório, as entidades proprietárias de equipamentos sociais são agrupadas segundo a natureza jurídica em entidades lucrativas e entidades não lucrativas. As entidades lucrativas congregam as entidades particulares com fins lucrativos, enquanto as entidades não lucrativas compreendem as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), outras entidades sem fins lucrativos (entidades equiparadas a IPSS e outras organizações particulares sem fins lucrativos), as Entidades Oficiais, que prosseguem fins de ação social, os Serviços Sociais de Empresas e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML).

Figura 1 - Evolução do número de entidades proprietárias segundo a natureza jurídica, Continente 2000-2015¹

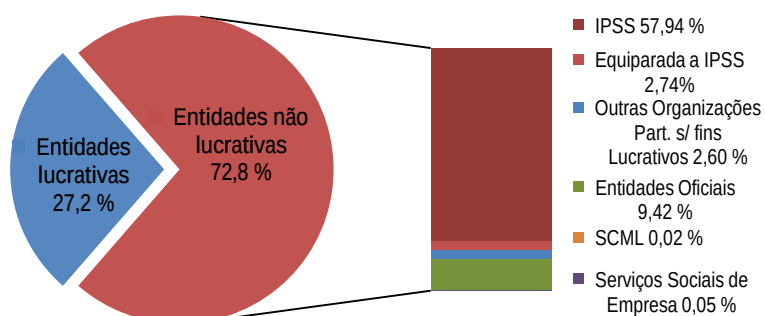


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

¹Revisão de série, com efeitos a partir de 2000, em função de alteração metodológica (contabilizadas apenas as entidades com equipamentos sociais).

O número de entidades proprietárias de equipamentos sociais registou, no período 2000-2015, uma evolução crescente, totalizando, em 2015, cerca de 6500 entidades². Embora as entidades não lucrativas constituam o principal suporte da RSES, as entidades lucrativas registaram um desenvolvimento muito positivo, desde 2000, alargando a oferta de respostas para alguns grupos-alvo, designadamente no âmbito das Crianças e Jovens e das Pessoas Idosas. No ano de 2015, por referência a 31 de dezembro, do universo de entidades proprietárias de equipamentos sociais contabilizadas na Carta Social, 73 % eram entidades não lucrativas.

² A Carta Social 2015 integra pela primeira vez as entidades que desenvolvem a resposta social Educação Pré-Escolar.

Figura 2 - Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica, Continente - 2015¹

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

¹ Revisão de série, com efeitos a partir de 2000, em função de alteração metodológica (contabilizadas apenas as entidades com equipamentos socis).

2.1.2. Distribuição territorial das entidades proprietárias

A nível da distribuição espacial das entidades proprietárias de equipamentos sociais no território continental, a região Norte é a que apresentava o maior peso relativo quer de entidades não lucrativas, quer de entidades no global. Cerca de 47 % das entidades lucrativas encontrava-se na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

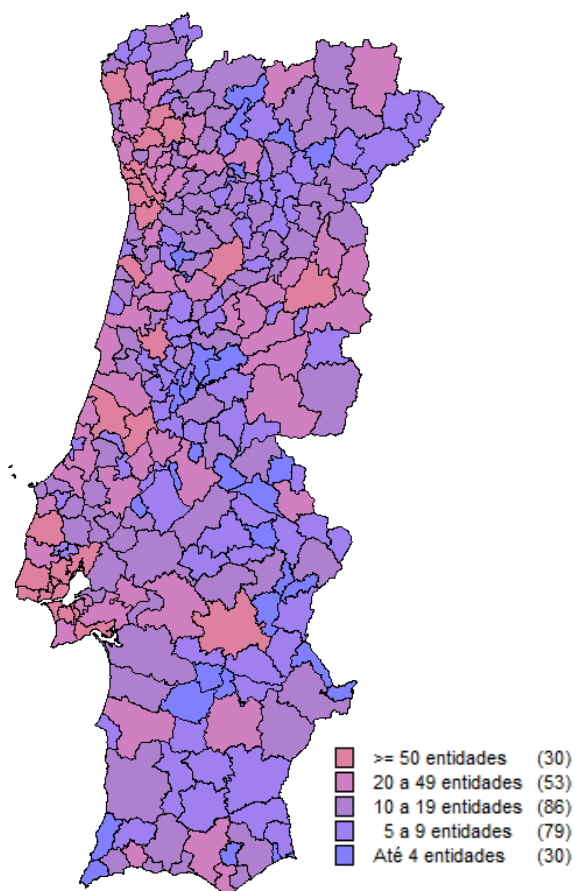
Figura 3 - Distribuição territorial da percentagem das entidades proprietárias, por natureza jurídica da entidade e NUTS II - 2015

NUTS II	Total (%)	Entidades lucrativas (%)	Entidades não lucrativas (%)
Norte	30,2	23,9	32,6
Centro	28,2	19,6	31,4
Área Metropolitana de Lisboa	28,3	47,1	21,2
Alentejo	9,9	5,6	11,5
Algarve	3,4	3,8	3,3

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Conforme é visível na figura 4, os concelhos da faixa litoral de Portugal Continental, mais populosos, apresentavam valores superiores de entidades, sendo notória uma dicotomia litoral/interior.

Figura 4 - Distribuição territorial das entidades proprietárias, por concelho - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

2.2 Equipamentos Sociais

É considerado equipamento social no contexto da RSES toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais³ ou onde estão instalados os serviços de enquadramento de determinadas respostas.

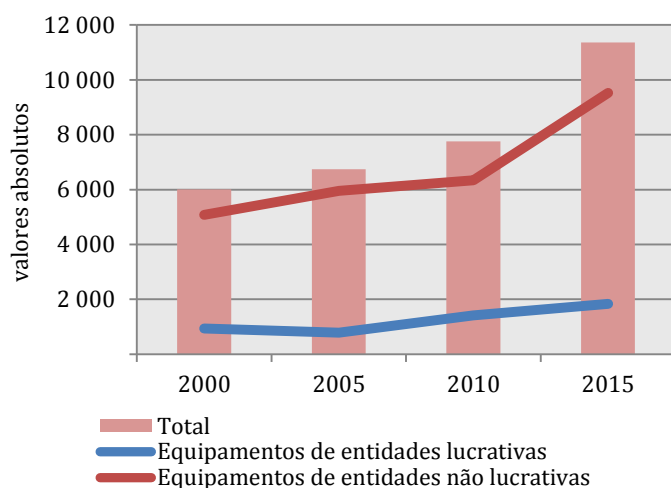
2.2.1. Equipamentos sociais de entidades lucrativas e não lucrativas

O número de equipamentos sociais em funcionamento registou ao longo do período 2000-2015, um crescimento significativo, contabilizando-se, em 2015, mais de 11 300 equipamentos⁴.

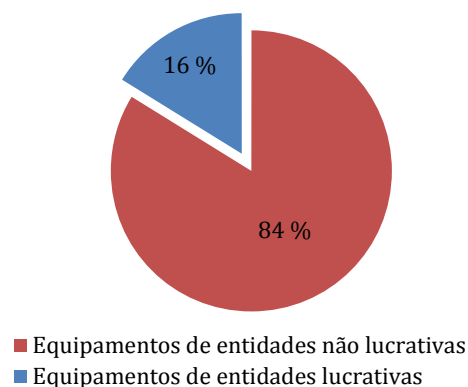
Os equipamentos de entidades não lucrativas, que englobam as redes pública e solidária, representam a maioria dos equipamentos existentes. É de salientar, contudo, o crescimento do número de equipamentos privados lucrativos ao longo dos últimos anos.

³ Conjunto de atividades desenvolvidas em equipamentos sociais para apoio a pessoas e famílias.

⁴ A Carta Social 2015 integra pela primeira vez os equipamentos que desenvolvem a resposta social Educação Pré-escolar.

Figura 5 - Evolução do n.º de equipamentos, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente - 2000-2015

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 6 - Distribuição percentual dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente - 2015

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Em 2015, 84 % do número total de equipamentos sociais eram propriedade de entidades não lucrativas, sendo que, em média, por cada cinco equipamentos de entidades não lucrativas existia um de entidades lucrativas.

2.2.2. Distribuição territorial

Figura 7 - Distribuição territorial da percentagem dos equipamentos sociais, por natureza jurídica da entidade proprietária e NUTS II - 2015

NUTS II	Total (%)	Equipamentos de entidades lucrativas (%)	Equipamentos de entidades não lucrativas (%)
Norte	32,0	23,9	33,6
Centro	29,5	19,5	31,4
Área Metropolitana de Lisboa	24,7	47,3	20,4
Alentejo	10,1	5,4	11,0
Algarve	3,7	3,9	3,6

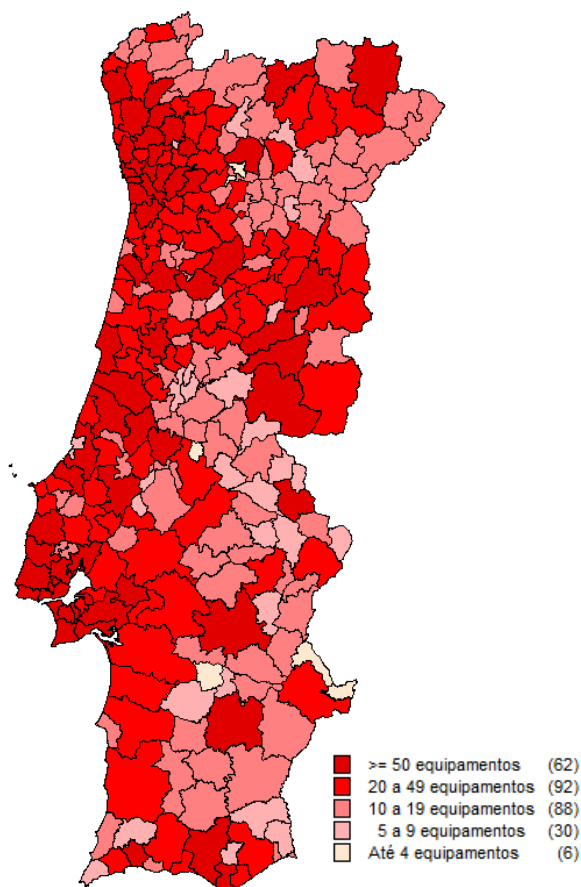
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

À semelhança das entidades proprietárias, a implantação de equipamentos sociais é manifestamente diferenciada no território continental, traduzindo, de certo modo, as assimetrias na distribuição populacional. A região Norte detém cerca de 1/3 do total de equipamentos do território continental, para além de ser região com mais equipamentos de entidades não lucrativas.

A nível concelhio, os municípios localizados ao longo da faixa litoral concentram um maior número de equipamentos, enquanto os do interior do país apresentam uma concentração de equipamentos bem mais moderada.

Dos 278 concelhos do Continente, a totalidade estava coberta por equipamentos sociais, em 2015, sendo que 154 concelhos registavam 20 ou mais equipamentos em funcionamento.

Figura 8 - Distribuição territorial dos equipamentos sociais, por concelho - 2015



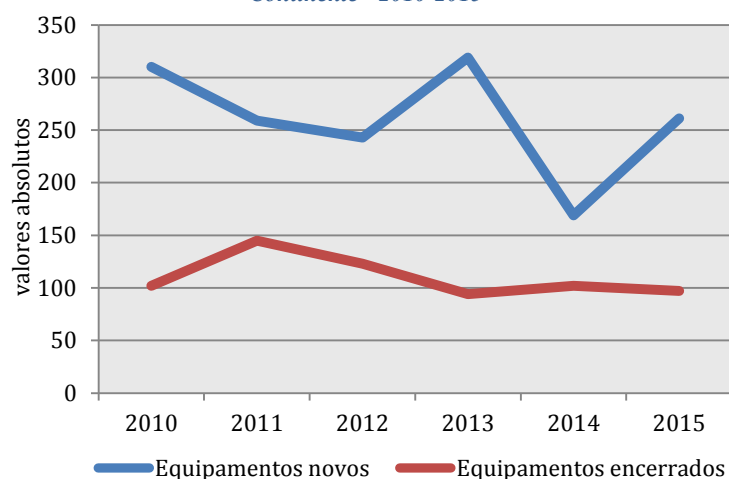
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

2.2.3. Equipamentos sociais novos e encerrados⁵

Entre 2000 e 2015, o número equipamentos que entraram em funcionamento e o número dos que encerraram manifestam bastantes oscilações, sobretudo os primeiros.

O número de equipamentos novos apresentava, em 2015, uma assinalável recuperação, sendo de destacar quase uma centena de novas estruturas face às estruturas abertas em 2014. Quanto ao número de equipamentos encerrados, tem-se observado alguma estabilidade, nos últimos anos.

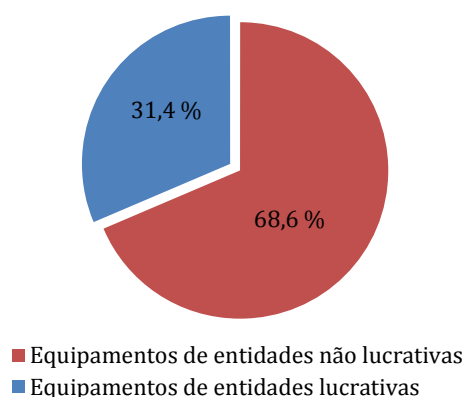
Figura 9 - Evolução do n.º de equipamentos sociais novos e encerrados, Continente - 2010-2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

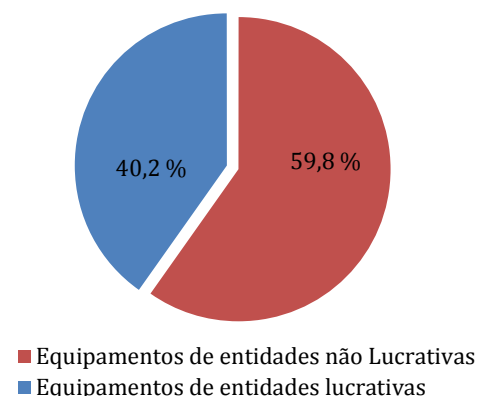
⁵ Consideram-se *equipamentos sociais novos* e *equipamentos sociais encerrados* os equipamentos que entraram em funcionamento e cessaram atividade no ano de 2015, respetivamente.

Figura 10 - Distribuição percentual dos equipamentos sociais novos, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 11 - Distribuição percentual dos equipamentos sociais encerrados, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente - 2015



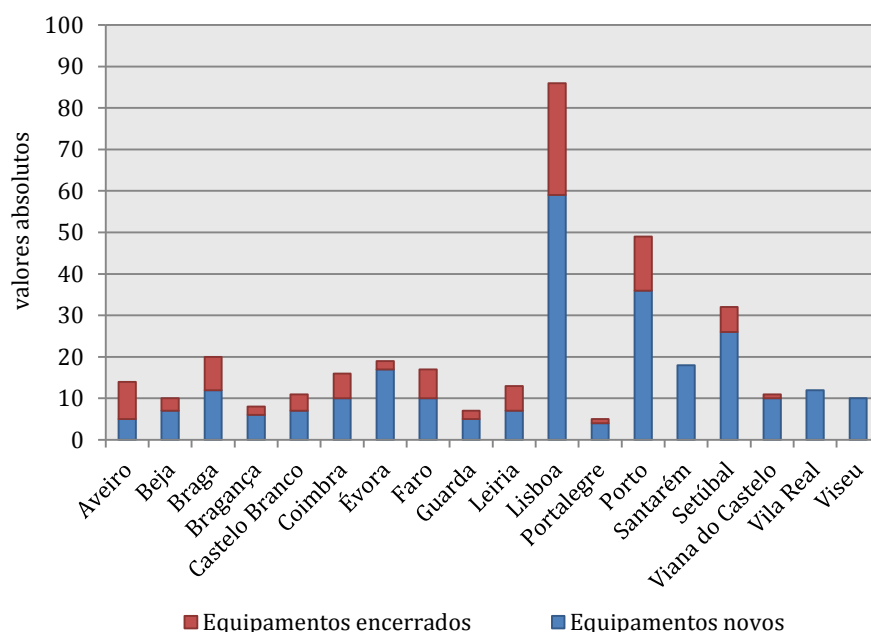
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

As entidades não lucrativas são responsáveis por 68,6 % dos equipamentos que entraram em funcionamento em 2015 e por 59,8 % dos equipamentos que encerraram no mesmo ano, o que revela a dinâmica destas entidades, designadamente da rede solidária, no âmbito da RSES.

A nível distrital, o saldo entre equipamentos novos e encerrados foi positivo na totalidade dos distritos, em 2015, à exceção de Aveiro.

Lisboa, Porto e Setúbal foram os distritos com maior dinâmica na criação de novos equipamentos, como também em termos de encerramentos.

Figura 12 - Distribuição do n.º de equipamentos sociais novos e encerrados, por distrito - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

2.3 Respostas Sociais

As repostas sociais podem ser entendidas como um conjunto de atividades e/ou serviços desenvolvidas em equipamentos sociais, ou a partir destes, para apoio a pessoas e famílias. As repostas sociais enquadradas na RSES, dirigem-se a toda a população, numa perspetiva de adequação às diferentes necessidades sociais. Todavia, existem serviços e equipamentos específicos dirigidos a grupos alvo enquadrados em quatro grandes áreas: **(1)** Crianças e Jovens; **(2)** Crianças, Jovens e Adultos com deficiência ou incapacidade; **(3)** Pessoas Idosas e **(4)** Pessoas com outras problemáticas, no âmbito da Família e Comunidade.

2.3.1. Respostas sociais por população-alvo

No ano de 2015, por referência a 2000, registou-se um crescimento de 87 % no universo de repostas sociais que integram a RSES.

As repostas dirigidas às Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência registam o maior crescimento (97 %) no período de análise (2000-2015), seguindo-se as repostas dirigidas às Pessoas Idosas (55 %).

As repostas sociais destinadas ao grupo das Crianças e Jovens, no âmbito da RSES, embora tenham demonstrado, em 2015, um acréscimo significativo⁶, registaram um aumento mais moderado face às repostas para as restantes populações-alvo, no período 2000 a 2015. Em 2015 as repostas

Figura 13 - Evolução do n.º de repostas sociais por população-alvo, Continente - 2000-2015

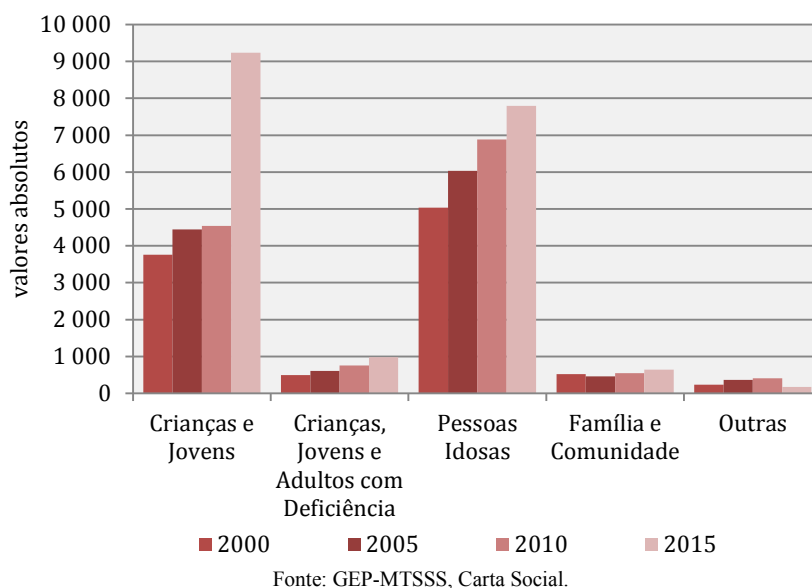
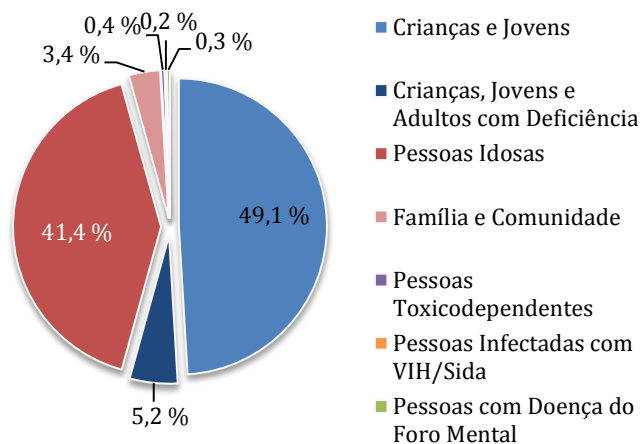


Figura 14 - Distribuição percentual das repostas sociais por população-alvo, Continente - 2015



⁶ A Carta Social 2015 integra pela primeira a resposta social Educação Pré-Escolar.

para as Crianças e Jovens constituíam 49,1 % do universo da RSES, enquanto as respostas que visam o apoio à População idosa representavam 41,4 %.

2.3.2. Distribuição territorial

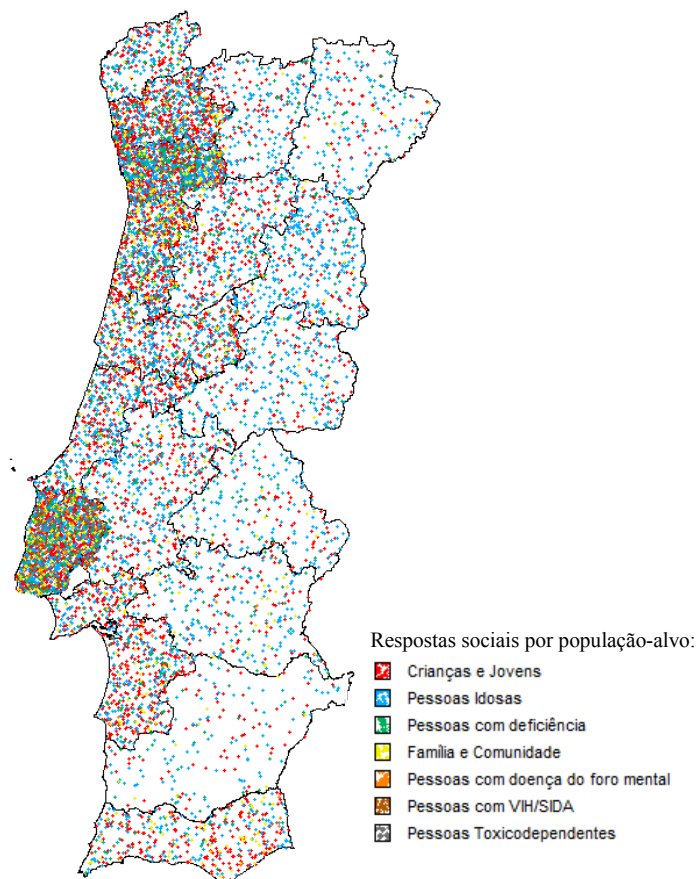
A distribuição espacial das respostas sociais no território continental reproduz o padrão de distribuição populacional. Os distritos que se estendem ao longo da faixa litoral Norte e Centro concentram um maior volume de respostas, particularmente os que se localizam nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

A região Norte apresentava o maior peso relativo de respostas sociais para as diferentes populações-alvo, à exceção das respostas para os Idosos, população que dispõe de maior número de respostas sociais na região Centro.

É de destacar, ainda, que as

respostas que visam o apoio a pessoas com problemáticas como a doença do foro mental, a toxicodependência e VIH/SIDA estavam, sobretudo, localizadas na AML.

Figura 15 - Distribuição territorial das respostas sociais por população-alvo Continente - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 16 - Distribuição percentual das respostas sociais, por população-alvo e NUTS II - 2015

NUTS II	Crianças e Jovens (%)	Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência (%)	Pessoas Idosas (%)	Família e Comunidade (%)	Outras (%)
Norte	33,6	32,7	31,1	31,2	19,2
Centro	27,8	28,8	36,9	24,5	18,4
Área Metropolitana de Lisboa	26,5	23,8	15,7	27,6	44,0
Alentejo	8,0	12,0	13,2	8,4	9,4
Algarve	4,0	2,7	3,1	8,3	9,0

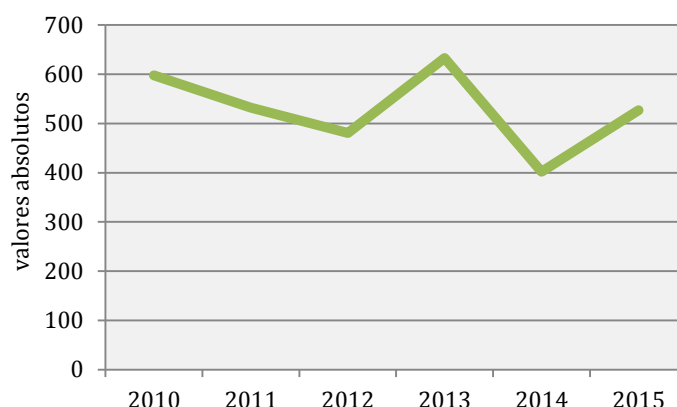
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

2.3.3. Respostas sociais novas⁷

À semelhança dos equipamentos sociais, a evolução das respostas sociais que entraram em funcionamento, desde 2010, tem sido pautada por alguma oscilação. No ano de 2015, verificou-se, contudo, uma recuperação face a 2014 no número de aberturas, o que poderá indiciar uma mudança de tendência.

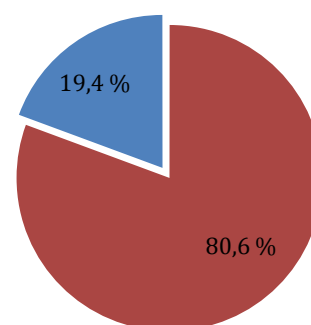
Do universo de respostas sociais novas, em 2015, 80,6 % pertenciam a entidades não lucrativas, confirmando a preponderância do setor solidário na criação de respostas de apoio social, situação que se observa em todos os distritos do território continental.

Figura 17 - Evolução do número de respostas sociais novas, Continente - 2010-2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

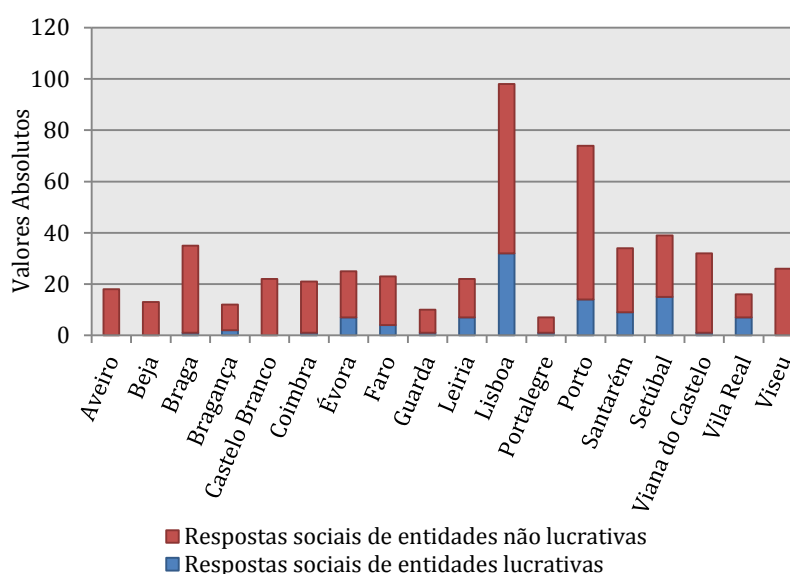
Figura 18 - Distribuição percentual do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente - 2015



■ Respostas sociais de entidades não lucrativas
■ Respostas sociais de entidades lucrativas

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 19 - Distribuição do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por distrito - 2015



■ Respostas sociais de entidades não lucrativas
■ Respostas sociais de entidades lucrativas

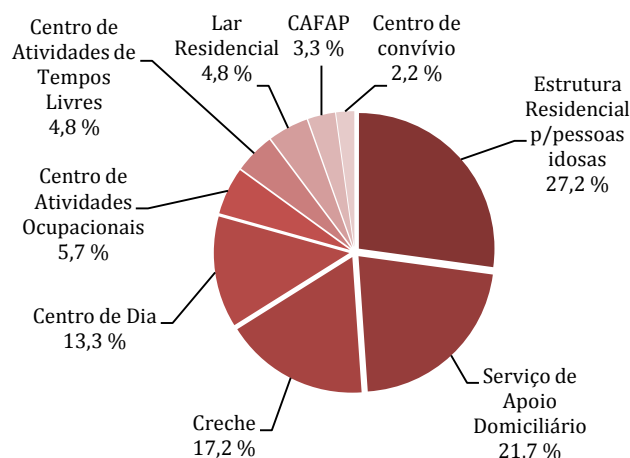
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Os distritos de Lisboa e Porto são os que apresentavam maior dinamismo em 2015, reunindo 1/3 das respostas sociais que entraram em funcionamento.

⁷ Consideram-se respostas sociais novas as respostas que entraram em funcionamento no ano de 2015.

Em termos de tipologia, a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) (27,2 %) e o Serviço de Apoio Domiciliário (21,7 %) constituem as respostas que registaram maior número de aberturas, em 2015, seguidas pela Creche (17,2 %).

Figura 20 - Distribuição percentual das respostas sociais novas, por tipologia, Continente - 2015

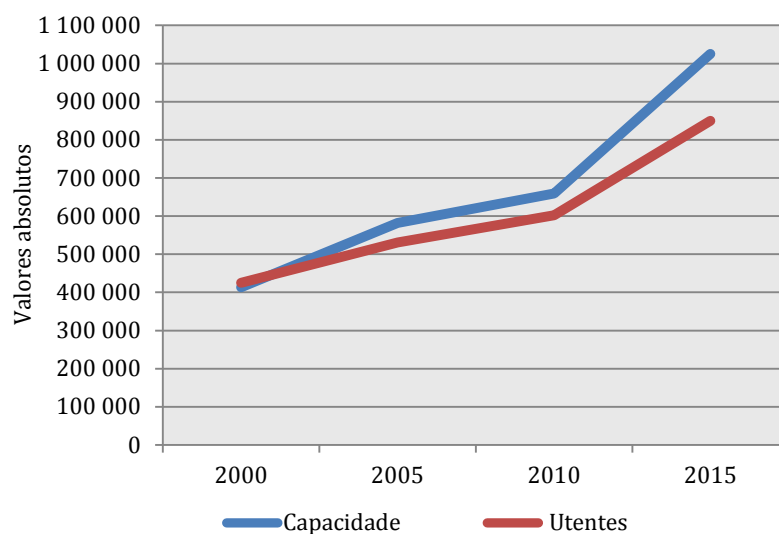


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

2.3.4. Relação entre a capacidade instalada e o número de utentes

A capacidade instalada das respostas sociais que compõem a RSES tem sido claramente reforçada ao longo dos últimos quinze anos, apresentando um desenvolvimento significativo no período de análise. Em 2015⁸, a oferta já era superior a 1 milhão de lugares. O número de utentes/utilizadores das respostas da RSES tem igualmente crescido, sendo que, em 2015 já ultrapassava as 850 mil pessoas.

Figura 21 - Evolução da capacidade e dos utentes, Continente 2000-2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

⁸ A Carta Social 2015 integra pela primeira a resposta social Educação Pré-Escolar.

3. Respostas sociais por população-alvo

3.1 Crianças e Jovens

As respostas sociais dirigidas a Crianças e Jovens englobam a Creche e a Ama⁹, que visam o apoio à primeira infância (crianças até aos 3 anos de idade), a Educação Pré-Escolar¹⁰, o Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL), o Centro de Acolhimento Temporário (CAT), o Lar de Infância e Juventude (LIJ) e o Centro de Apoio Familiar e Acolhimento Parental (CAFAP), entre outras com menor expressão.

3.1.1. Número de respostas sociais

A evolução do número das principais respostas dirigidas a Crianças e Jovens, designadamente Creche, CATL, LIJ e CAT, evidencia um crescimento global positivo (19 %), entre 2000 e 2015, embora as diferentes respostas apresentem tendências distintas. Se por um lado, ao nível do CATL, devido ao alargamento do horário escolar, e do LIJ, atendendo à reestruturação das respostas, tem-se verificado uma redução substancial das valências, por outro lado, as respostas Creche e CAT têm registado um aumento contínuo da oferta disponível.

A Creche, principal resposta deste grupo-alvo, revela um crescimento acentuado desde 2000 (70 %), que se traduz num aumento superior a

Figura 22 - Evolução do número de respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente - 2000-2015

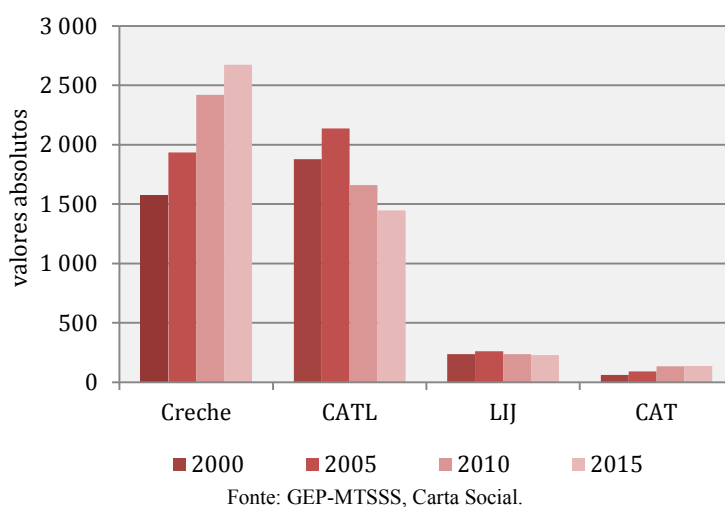
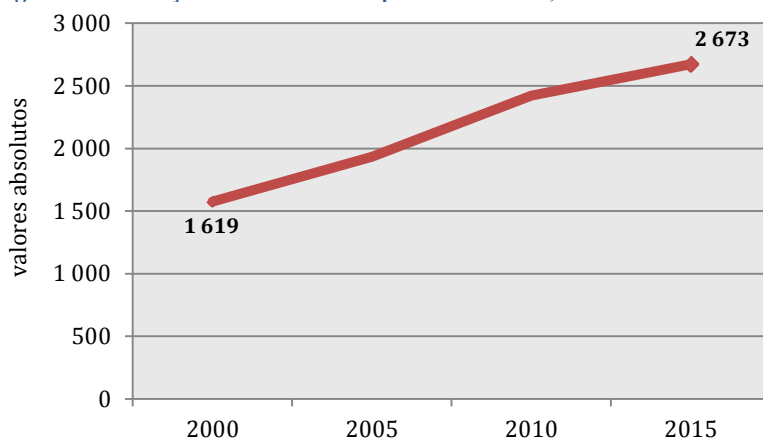


Figura 23 - Evolução do número de respostas de Creche, Continente - 2000-2015



⁹ Resposta social que consiste no exercício de atividade de ama, destinada a cuidar na sua residência de crianças até aos três anos de idade, ou até atingir a idade de ingresso no estabelecimento de educação pré-escolar, por tempo correspondente ao período de trabalho ou impedimento dos pais ou de quem exerce as responsabilidades parentais (família).

¹⁰ Atendendo que Carta Social 2015 integra pela primeira vez a resposta social Educação Pré-Escolar, esta resposta será analisada de forma autónoma.

um milhar de novas respostas.

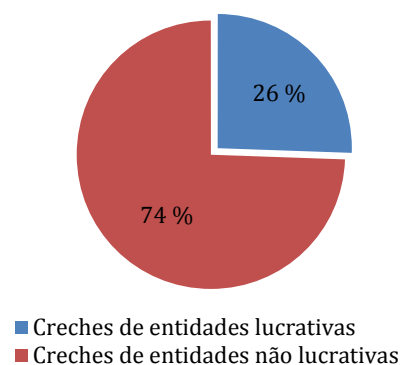
As entidades não lucrativas, sobretudo da rede solidária, são proprietárias de 74 % das creches em funcionamento, em 2015, expressando o importante peso deste setor no apoio à primeira infância.

3.1.2. Capacidade

A evolução da capacidade das respostas, ou seja do número de lugares, entre 2000 e 2015, que se dirigem a este grupo-alvo revela uma tendência global de crescimento muito positiva (27 %), não obstante as diferenças entre respostas, já referidas anteriormente.

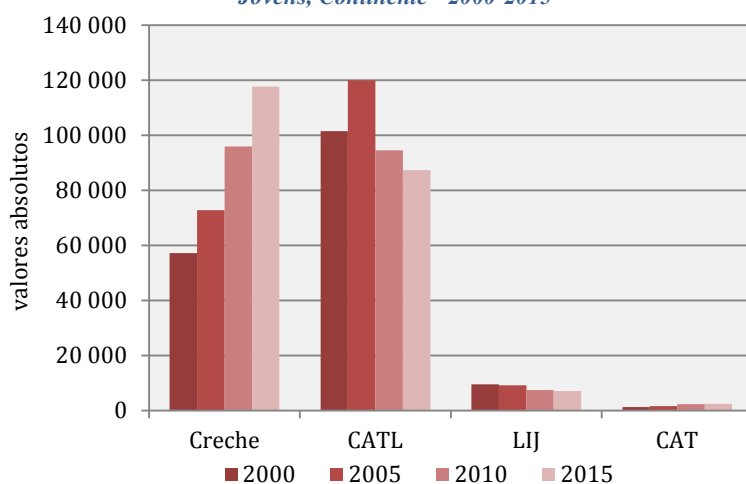
O número de lugares em Creche registou um aumento superior a 60 mil lugares no período de análise (2000-2015), contabilizando-se, em 2015, 117 713 mil lugares. O número de lugares comparticipados pelo Estado, via acordos de cooperação¹¹, tem acompanhado este crescimento, representando cerca de 63 % do número total de lugares disponíveis.

Figura 24 - Distribuição percentual do número de respostas de Creche segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente - 2015



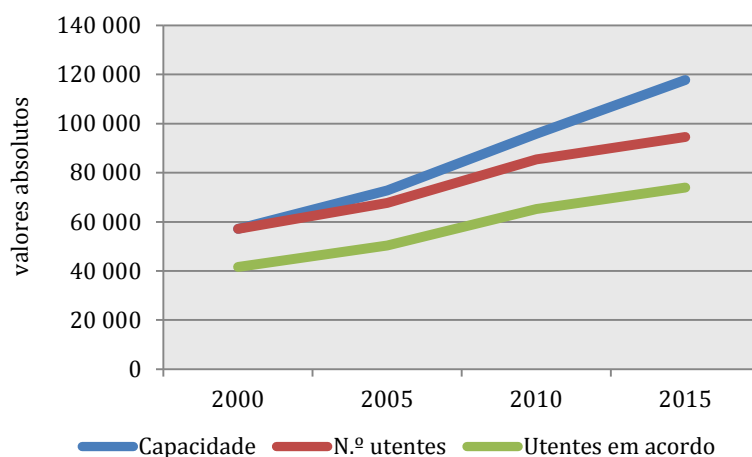
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 25 - Evolução da capacidade das respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente - 2000-2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 26 - Evolução da capacidade, n.º de utentes e n.º utentes em acordo da resposta social Creche, Continente - 2000-2015

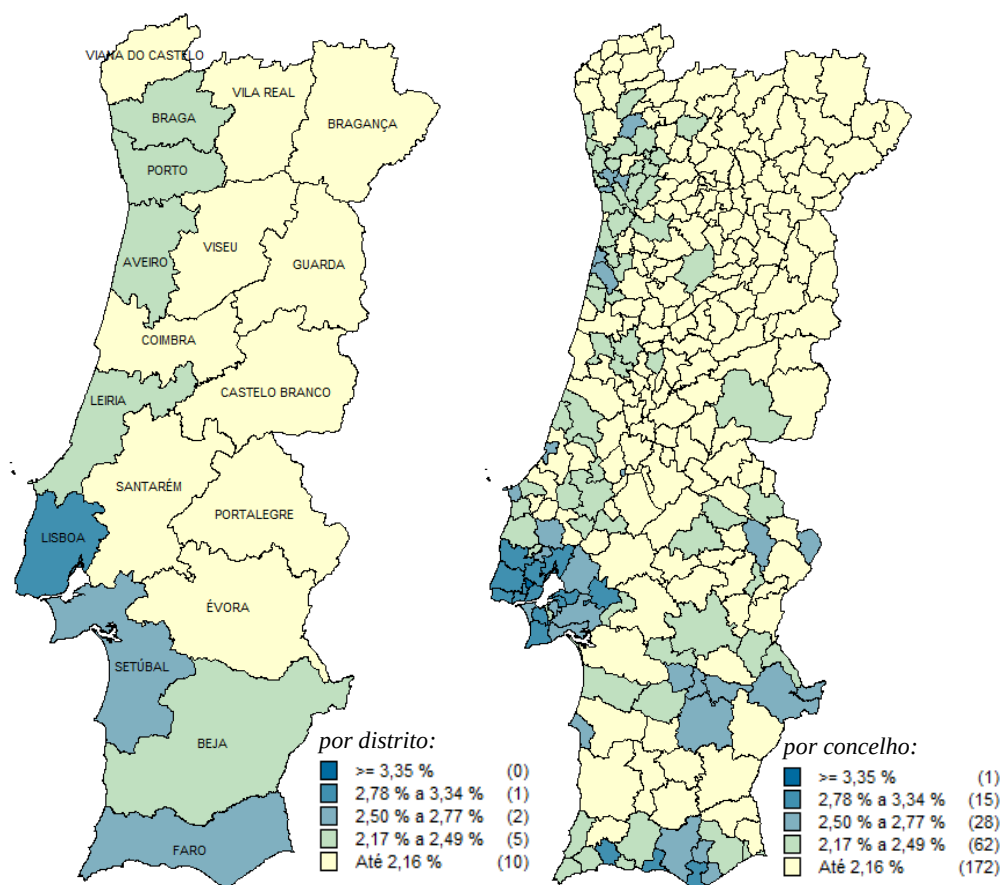


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

¹¹ O Protocolo de Cooperação (revisto periodicamente) estabelecido entre o MTSSS e as entidades que compõem a rede solidária, representados pela União das Misericórdias Portuguesas, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e União das Mutualidades Portuguesas define o valor de comparticipação financeira pago por utentes/mês em cada uma das respostas abrangidas pelo Protocolo.

3.1.3. Distribuição territorial

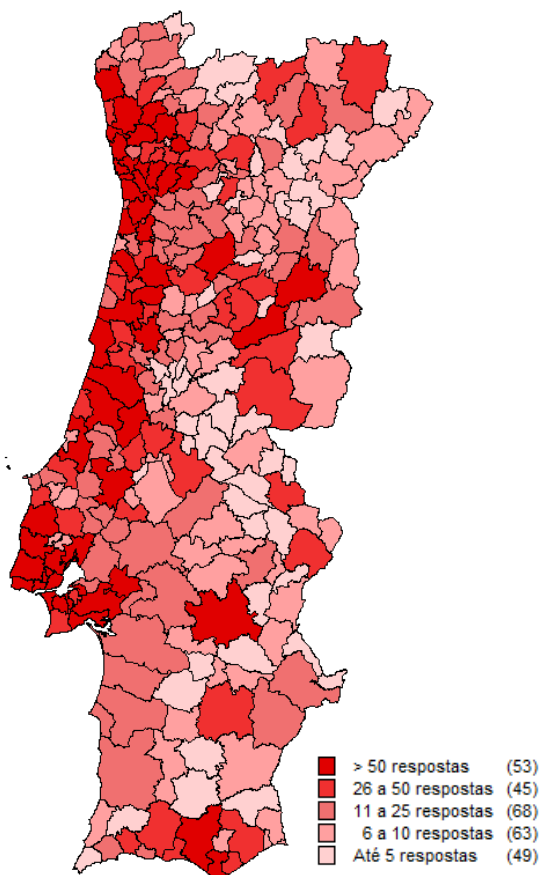
Figura 27 - Relação entre a população dos 0 aos 3 anos e a população total, distrito e concelho - 2015



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2015.

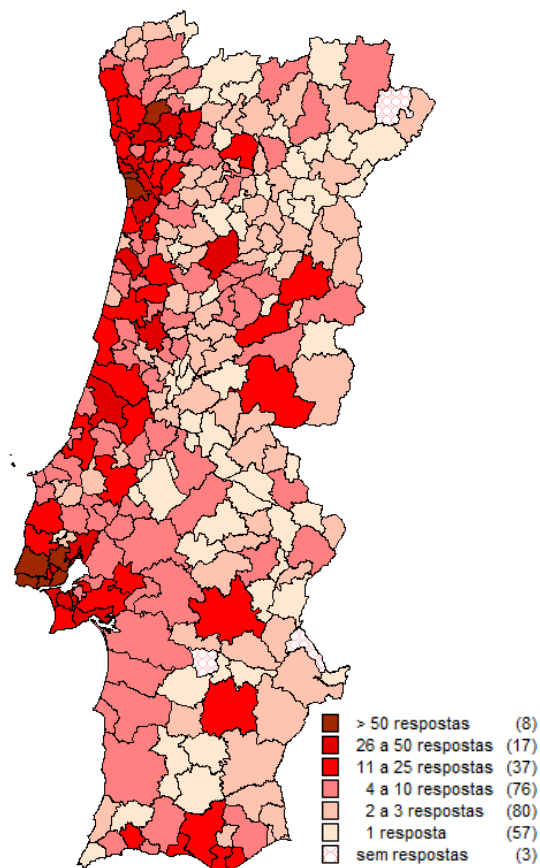
A distribuição das respostas sociais para as Crianças e Jovens, no Continente, segue o padrão de distribuição populacional, sendo visível uma maior concentração de respostas nos territórios com maior proporção de crianças. A relação entre o número de crianças com menos 3 anos de idade residentes e a população total revela, uma vez mais, a dicotomia existente entre o litoral/interior. Os territórios localizados junto à faixa litoral apresentavam as maiores percentagens de crianças com idade inferior a 3 anos, onde sobressaem os concelhos em torno da AML e da região algarvia, contrariamente aos territórios do interior. Dos 278 concelhos do Continente, 166 dispunham de mais de 10 equipamentos para este grupo-alvo, em 2015. Ao nível da resposta Creche, em particular, a quase totalidade dos concelhos (275) estavam cobertos por esta resposta, dos quais 92 tinham uma oferta superior a 3 respostas.

Figura 28 - Distribuição territorial das respostas sociais para as Crianças e Jovens, por concelho - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

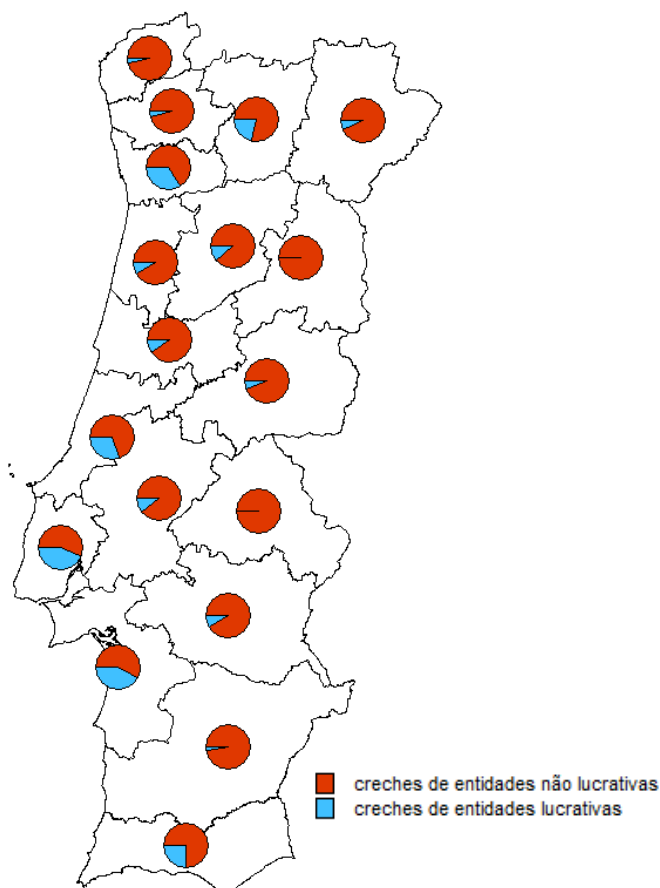
Figura 29 - Distribuição territorial da resposta social Creche, por concelho - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

As entidades não lucrativas registavam uma oferta maioritária de Creches em todos os distritos do Continente. Note-se contudo, que em Lisboa (43 %) e Setúbal (42 %) o peso relativo da rede privada/lucrativa estava acima dos 40 %.

Figura 30 - Distribuição percentual da resposta social Creche, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito - 2015



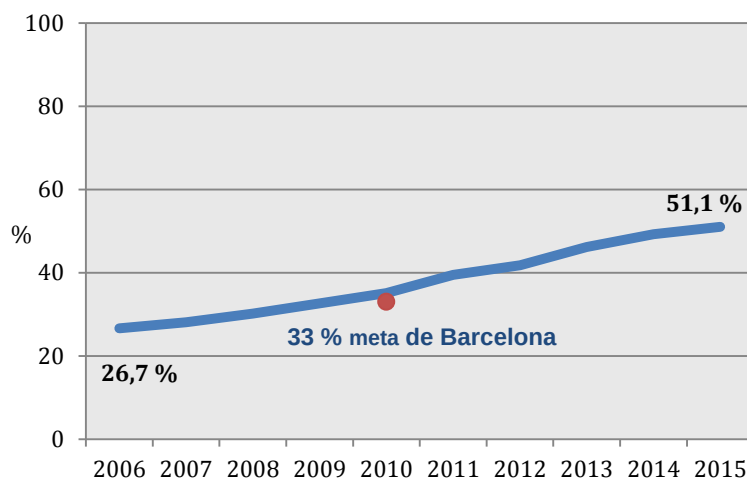
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.1.4. Taxa de cobertura

Entre 2006 e 2015, a cobertura de respostas para a primeira infância¹² evidenciou um aumento muito significativo, registando-se uma taxa de cobertura média em 2015 de 51,1 %,

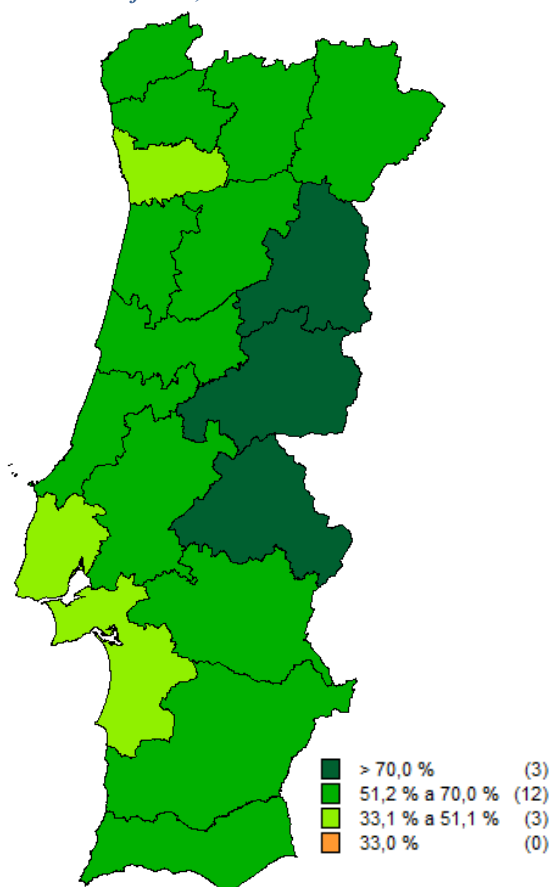
Embora a diminuição da população residente até aos 3 anos de idade seja evidente, os esforços no aumento da capacidade das respostas para esta faixa etária, designadamente da Creche, foram notórios nos últimos quinze anos.

Figura 31 - Evolução da taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, Continente - 2006-2015



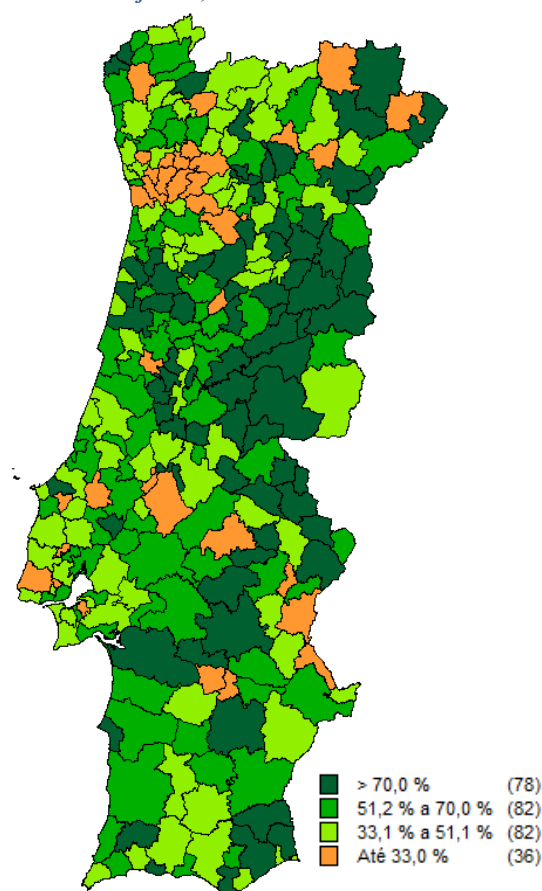
Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2015.
GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 32 - Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito - 2015



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2015.
GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 33 - Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, concelho - 2015



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2015.
GEP-MTSSS, Carta Social.

¹² Creche e Ama.

Em 2015, é de destacar que 242 concelhos já apresentavam uma taxa de cobertura superior a 33 %¹³. Os concelhos com uma cobertura de respostas para a primeira infância¹⁴ inferior à média do Continente (51,1 %) localizam-se, maioritariamente, nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, apontando para níveis de oferta ainda aquém das necessidades.

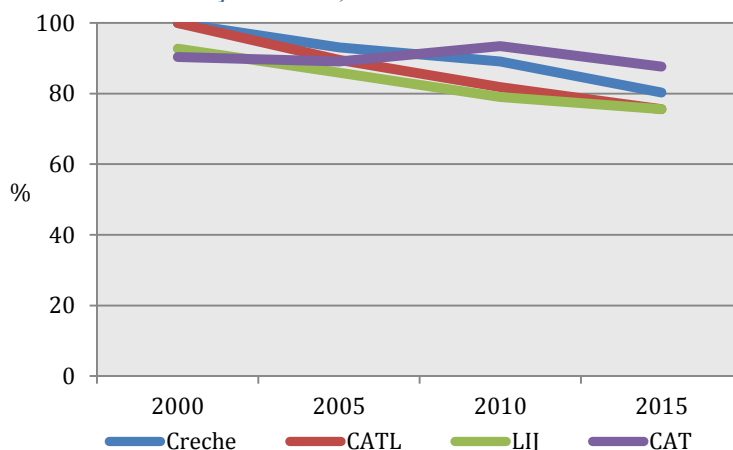
3.1.5. Taxa de utilização

Entre 2000 e 2015, a taxa de utilização média das respostas para as Crianças e Jovens tem vindo a decrescer, fixando-se, em 2015, em 78,3 %.

As respostas CATL e LIJ apresentavam, no mesmo ano, níveis de utilização abaixo de 80 %, o que poderá ficar a dever-se a diferentes fatores.

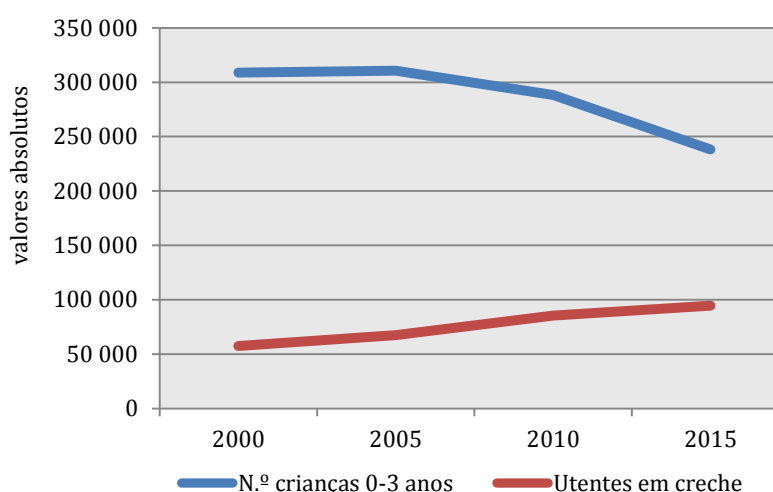
No que diz respeito à resposta Creche, a quebra acentuada do número de crianças até 3 anos de idade (cerca de 70 mil, entre 2000 e 2015) explica, em grande medida, a diminuição da frequência desta resposta. Embora o número de lugares disponíveis (capacidade) tenha vindo a crescer no período em análise, o número de crianças que frequentam a resposta não tem acompanhado este crescimento. Outros fatores associados às dificuldades financeiras que afetaram as famílias nos últimos anos poderão, também, ter alguma influência.

Figura 34 - Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente - 2000-2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 35 - Evolução do n.º de crianças dos 0-3 anos e do n.º de utentes em Creche, Continente - 2000-2015



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2015.
GEP-MTSSS, Carta Social.

¹³ Em 2002, foi definida no Conselho Europeu de Barcelona uma meta em matéria de infraestruturas de acolhimento de crianças com o objetivo de, até 2010, ser assegurado o acolhimento de 33 % das crianças com menos de 3 anos.

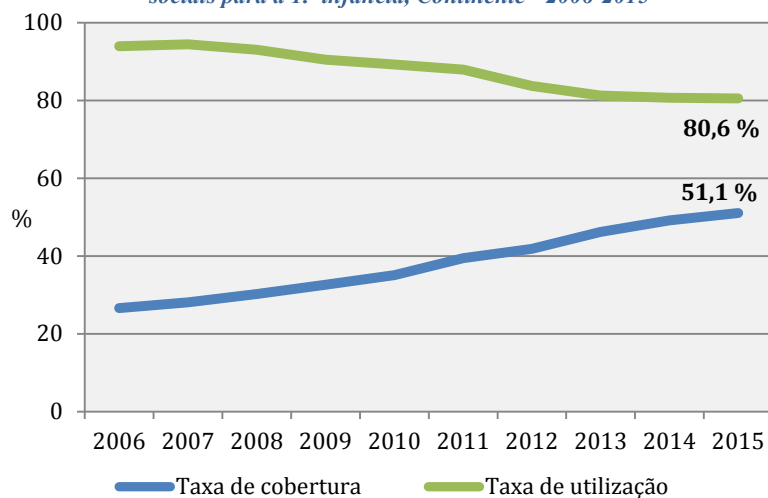
¹⁴ Creche e Ama.

É de destacar que, em 2015, a taxa de cobertura para a primeira infância¹⁵ ultrapassava os 50%, todavia a taxa de utilização apresentava o valor mais baixo, no período em análise.

A distribuição geográfica da taxa de utilização coloca em evidência por um lado, a assimetria presente ao longo do país e por outro lado, a existência de níveis de utilização das respostas sociais para crianças até

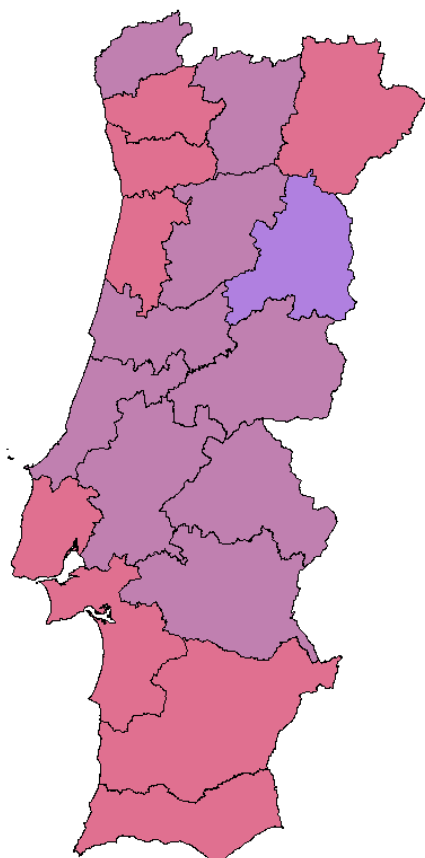
aos 3 anos de idade mais elevados (acima de 80 %) junto às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, designadamente nos distritos de Lisboa, Setúbal, Braga, Porto e Aveiro, mas também na região sul, concretamente em Beja e Faro.

Figura 36 - Evolução da taxa de cobertura e da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, Continente - 2006-2015



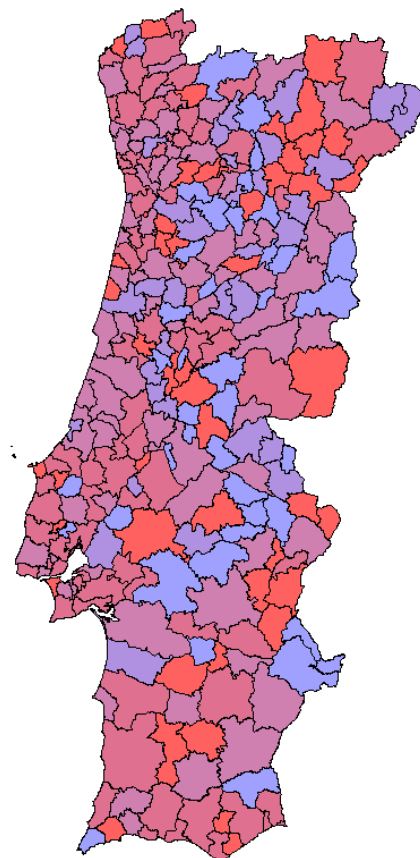
Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2015.
GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 37 - Taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 38 - Taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, concelho - 2015



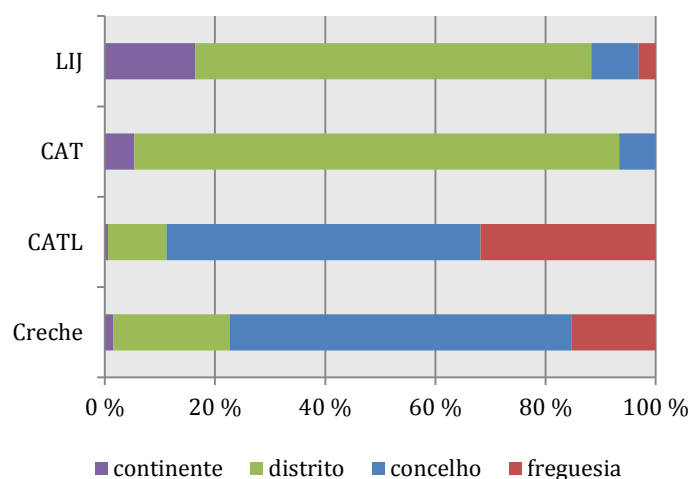
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

¹⁵ Creche e Ama.

3.1.6. Funcionamento

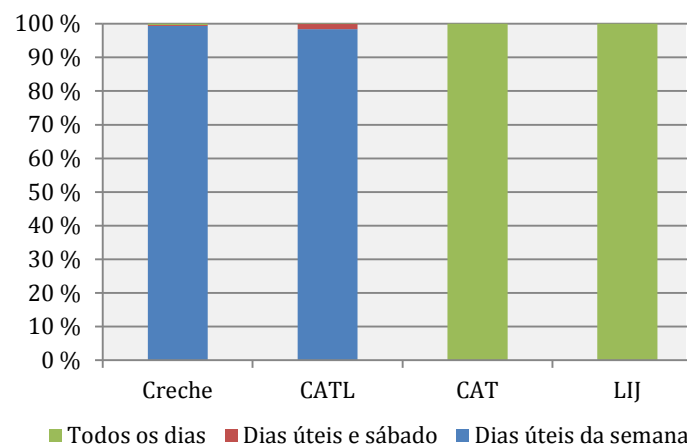
As respostas Creche e CATL, enquanto respostas de proximidade vocacionadas para o apoio à criança e à família durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais e/ou outros familiares, acolhem maioritariamente crianças da própria freguesia ou concelho onde o equipamento está instalado durante os cinco dias úteis da semana. Já no que diz respeito às respostas LIJ e CAT, destinadas ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo durante as 24 horas diárias como base na aplicação de uma medida de promoção e proteção, o seu raio de abrangência alarga-se ao âmbito distrital, ou até mesmo continental em algumas situações.

Figura 39 - Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por âmbito geográfico de funcionamento, Continente - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

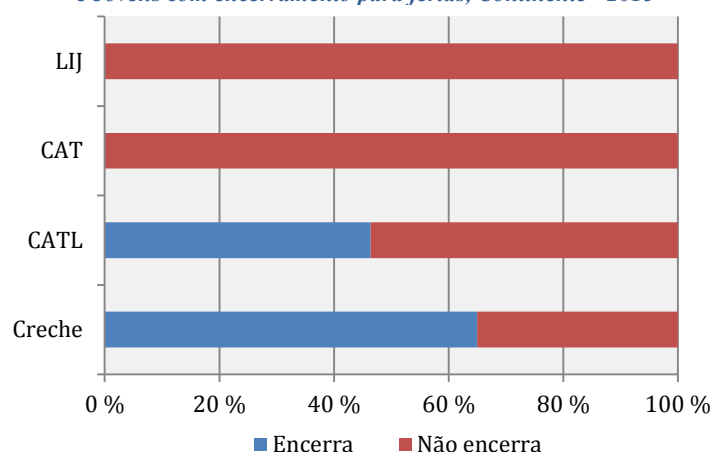
Figura 40 - Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por período de funcionamento, Continente - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

A existência de período(s) de encerramento para férias continua a manter-se nas respostas Creche e CATL. Porém tem vindo a assistir-se a um aumento gradual do número de respostas, deste âmbito, que se mantêm abertas ao longo de todo o ano, permitindo às famílias uma gestão mais facilitada dos tempos de trabalho e das responsabilidades familiares.

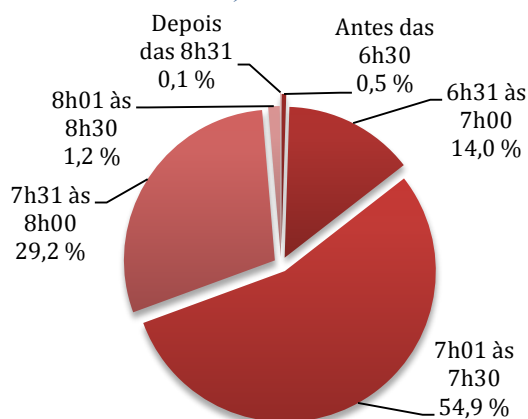
Figura 41 - Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens com encerramento para férias, Continente - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

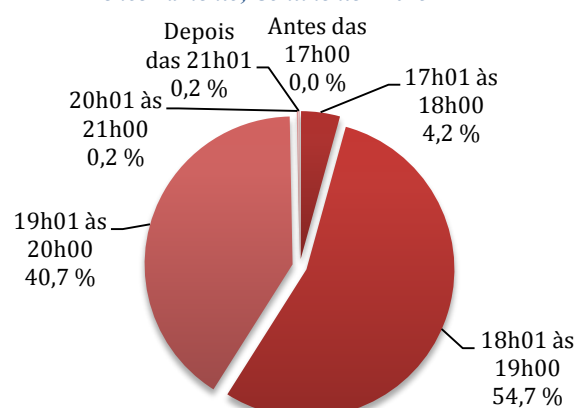
Relativamente aos horários de abertura e encerramento das Creches tem vindo gradualmente a verificar-se um alargamento nos horários praticados, sendo que, em 2015, estas respostas abriam maioritariamente entre as 7h01 e as 8h00 (84 %) e encerravam entre as 18h01 e as 19h00 (55 %) ou entre as 19h01 e as 20h00 (41 %), o que revela uma aproximação às necessidades das famílias.

Figura 42 - Distribuição percentual das Creches por horário de abertura, Continente - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

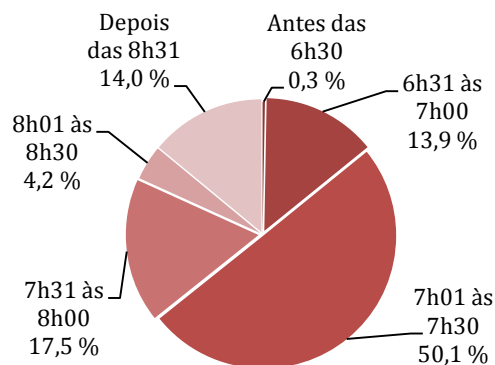
Figura 43 - Distribuição percentual das Creches por horário de encerramento, Continente - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

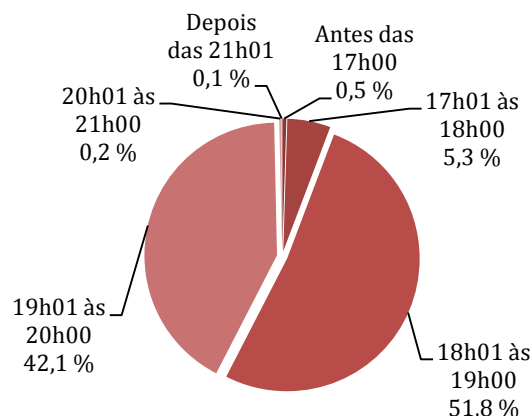
Quanto ao CATL, resposta que funciona, sobretudo, nos prolongamentos do horário escolar, apresentava em 2015 horários semelhantes aos da Creche, com a abertura predominantemente entre as 7h01 e as 8h00 (68 %) e o encerramento entre 18h01 e as 19h00 (52 %) ou entre as 19h01 e as 20h00 (42 %).

Figura 44 - Distribuição percentual dos CATL por horário de abertura, Continente - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 45 - Distribuição percentual dos CATL por horário de encerramento, Continente - 2015

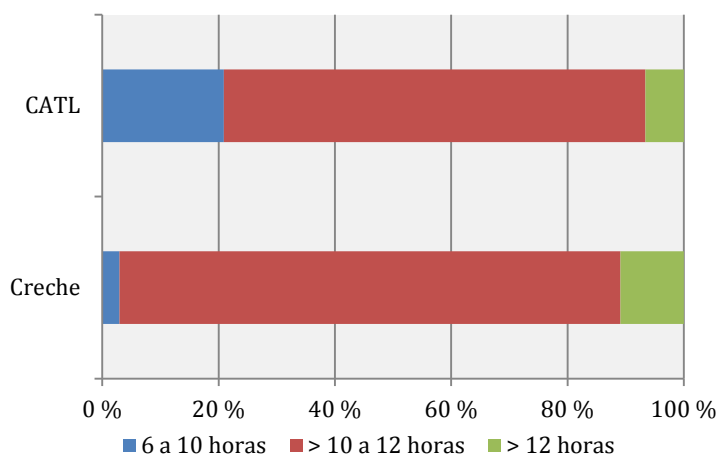


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

O número de creches em funcionamento até 12 horas diárias representava, em 2015, 86 % do universo, enquanto 11 % ultrapassavam as 12 horas. Já no que diz respeito ao CATL, 21 % apresentava um horário que não ia além das 10 horas e cerca de 73 % destas respostas mantinha-se em funcionamento até 12 horas por dia.

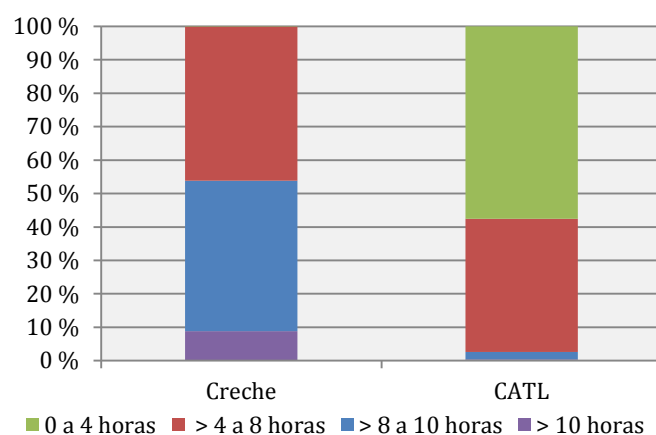
Se ao nível da Creche, em cerca de 91 % das respostas, as crianças permaneciam em média, entre 4 e 10 horas, ao nível dos CATL 58 % permaneciam até 4 horas e 40 % entre 4 a 8 horas. Recorde-se que a resposta CATL funcionando em complementaridade com a escola, a frequência dos utentes restringe-se aos períodos disponíveis entre as responsabilidades escolares.

Figura 46 - Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por número de horas em funcionamento, Continente - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 47 - Distribuição percentual das Creches por tempo médio de permanência diária das crianças, Continente - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

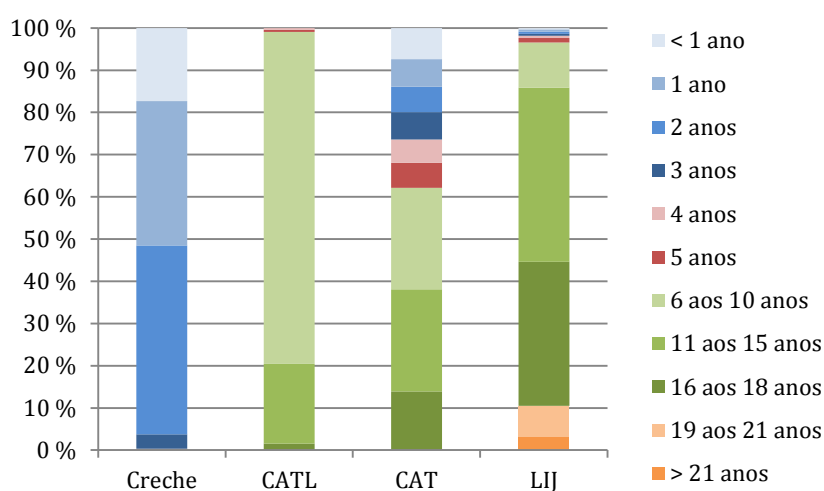
3.1.7. Caraterização dos utentes

A distribuição percentual das crianças e jovens por escalão etário nas diferentes respostas sociais coloca em evidência os principais destinatários de cada resposta. O universo dos utentes que frequentavam a resposta Creche era constituído, em 2015, por 51 % de crianças com menos de dois anos de idade, enquanto as crianças com dois anos representavam 45 % do total. No que diz respeito à resposta CATL, destinada a crianças com seis ou mais anos de idade, 79 % dos utentes tinha entre 6 e 10 anos e 19 % entre 11 e 15 anos de idade.

Quanto ao CAT, ainda que o universo de cri-

anças e jovens que acolha seja mais heterogéneo a nível etário, os grupos dos 6 a os 10 anos (24 %) e dos 11 aos 15 são aqueles que apresentam maior representação. Já no que concerne ao LIJ, a proporção de crianças/jovens com mais de 10 anos era de 85 %, em 2015.

Figura 48 - Distribuição percentual dos utentes em respostas para Crianças e Jovens por escalão etário, Continente - 2015

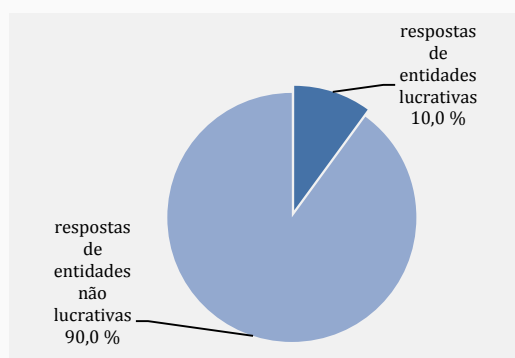


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Caraterização da resposta social Educação Pré-Escolar no âmbito da Carta Social

A Carta Social recolheu, pela primeira vez, informação relativa à resposta social Educação Pré-Escolar no âmbito do processo de atualização de 2015. Assim sendo, optou-se por uma apresentação sumária dos elementos disponíveis. No ano em análise, foram registadas cerca de 4 600¹ respostas de Educação Pré-Escolar no território continental, 90 % das quais desenvolvidas por entidades não lucrativas, i.e. da rede pública e da rede solidária. No que diz respeito ao número de lugares, contabilizaram-se quase 220 000 lugares em 2015, sendo que a região Norte detinha mais de 1/3 da capacidade total disponível em Pré-Escolar.

Distribuição percentual das respostas de Educação Pré-Escolar, por natureza jurídica da entidade proprietária – 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Distribuição territorial da percentagem de respostas de Educação Pré-Escolar, por natureza jurídica da entidade proprietária e NUTS II – 2015

NUTS II	Total (%)	Respostas de entidades lucrativas (%)	Respostas de entidades não lucrativas (%)
Norte	35,3	23,4	36,6
Centro	28,5	11,8	30,4
Área Metropolitana de Lisboa	24,0	56,6	20,3
Alentejo	8,3	2,2	9,0
Algarve	3,9	6,0	3,7

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Distribuição territorial da percentagem de lugares em Educação Pré-Escolar, por natureza jurídica da entidade proprietária e NUTS II – 2015

NUTS II	Total (%)	Respostas de entidades lucrativas (%)	Respostas de entidades não lucrativas (%)
Norte	35,0	22,4	36,2
Centro	22,9	9,0	24,2
Área Metropolitana de Lisboa	30,2	59,1	27,6
Alentejo	7,3	2,0	7,8
Algarve	4,5	7,4	4,3

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Notas:

¹ Atendendo que o levantamento da informação relativa à resposta social Educação Pré-Escolar foi realizado pela primeira vez, no âmbito da Carta Social, em 2015, os dados recolhidos poderão não abranger o universo, pelo que tal situação deverá ser tida em conta na análise da informação.

3.2 Crianças, Jovens e Adultos com deficiência

As respostas sociais direcionadas às pessoas com deficiência ou incapacidade têm por objetivo a promoção da autonomia, a participação e a inclusão social destas pessoas. O Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), o Lar Residencial, a Residência Autônoma e o Serviço de Apoio Domiciliário para pessoas com deficiência constituem as respostas com maior representatividade neste grupo-alvo. Para além destas, fazem ainda parte o Apoio em Regime Ambulatório, a Intervenção Precoce, o Lar de Apoio e o Centro de Atendimento, Acompanhamento e Animação para pessoas com deficiência (CAAAPD).

3.2.1. Número de respostas sociais

O número de respostas sociais destinadas a este grupo-alvo apresentou um crescimento global muito significativo (77 %) entre 2000 e 2015, resultando num aumento superior a 380 novas respostas.

A resposta CAO, que visa capacitar, incluir e tornar socialmente úteis pessoas com incapacidades graves que não se enquadrem no designado mercado normal de trabalho, nem mesmo em regime de emprego protegido, é a resposta social com maior representatividade no âmbito deste grupo, registando um desenvolvimento expressivo nos últimos quinze anos (76 %). Paralelamente, o Lar Residen-

Figura 49 - Evolução do número de respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência, Continente - 2000-2015

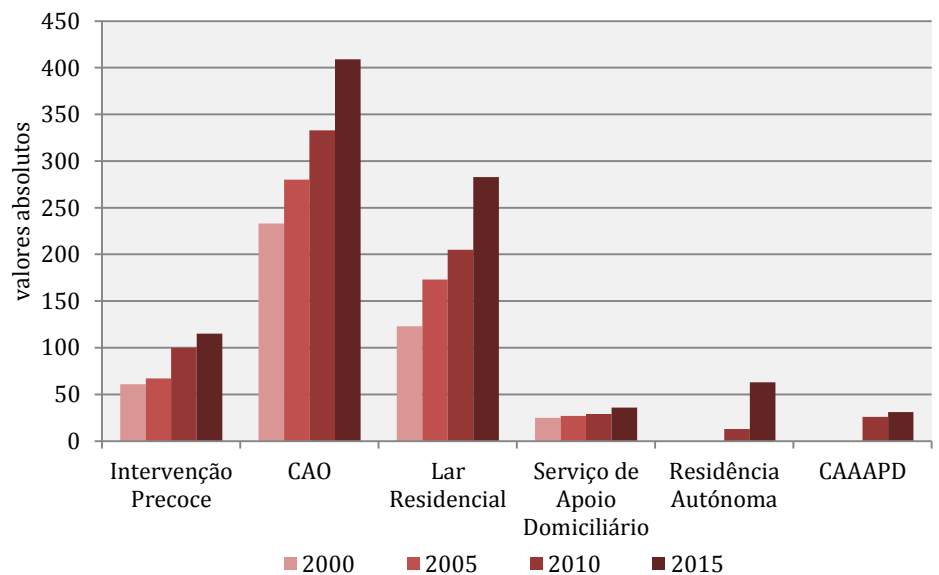
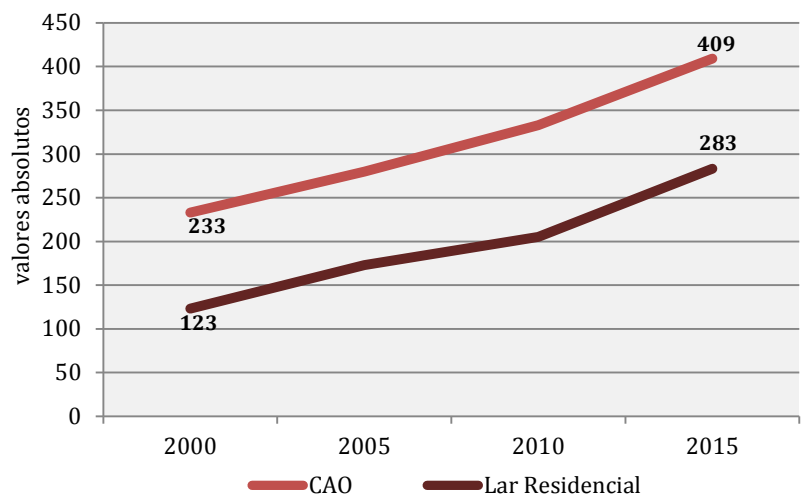


Figura 50 - Evolução do número de respostas sociais CAO e Lar Residencial, Continente - 2000-2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

cial, resposta destinada ao acolhimento de jovens e adultos com deficiência que se encontram impossibilitados temporária ou definitivamente de residir no meio familiar, tem vindo igualmente a ganhar expressão, registando, em 2015, um crescimento de 130 %, por referência a 2000.

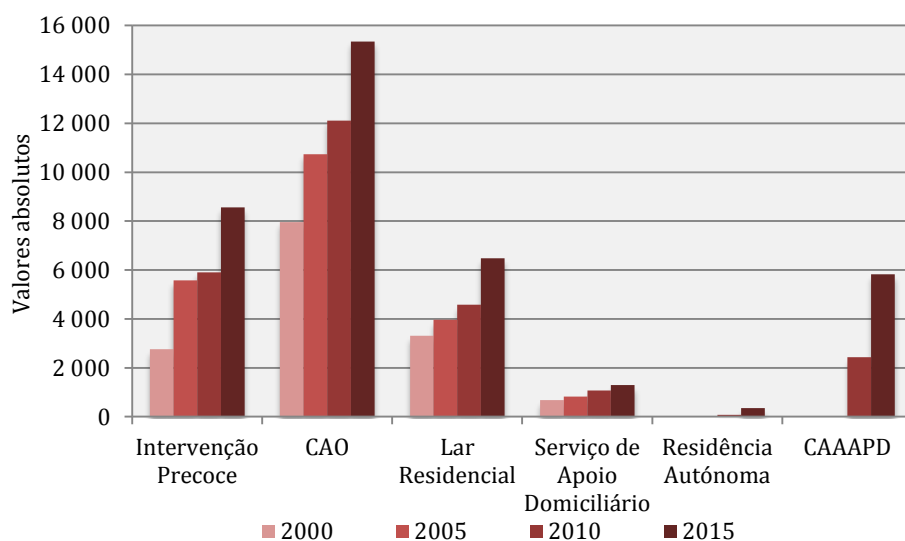
3.2.2. Capacidade

A evolução da capacidade (número de lugares) das respostas para pessoas com deficiência tem acompanhado o aumento do número de respostas. Entre 2000 e 2015, registou-se um aumento de 19 mil e 800 lugares no conjunto das respostas para este grupo-alvo.

A Intervenção Precoce, o CAO e o Lar Residencial constituem as respostas com aumento mais significativo no período em análise. Nos últimos anos, o CAAAPD, que visa o apoio e o rientação de pessoas com deficiência através da promoção do desenvolvimento de competências, bem como de atividades de animação sociocultural, apresentou

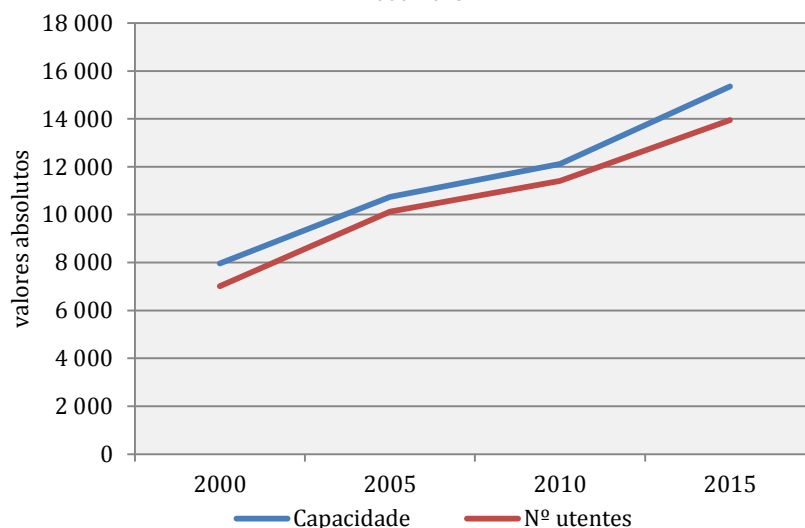
um desenvolvimento muito relevante, tendo-se alargado a oferta de respostas para esta população.

Figura 51 - Evolução da capacidade das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência, Continente - 2000-2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 52 - Evolução da capacidade e do n.º de utentes da resposta social CAO, Continente - 2000-2015

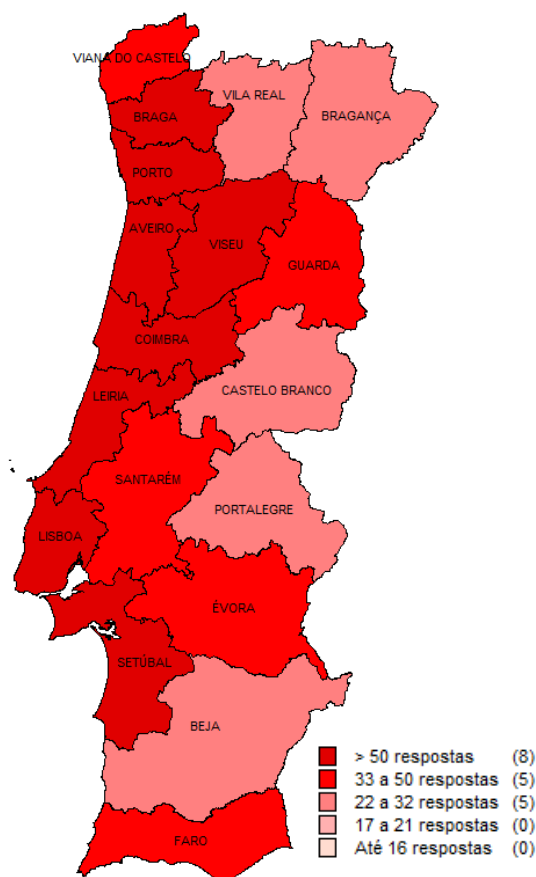


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

O CAO consiste na resposta com maior peso relativo no âmbito do apoio à população com deficiência ou incapacidade, contabilizando-se, em 2015, mais de 15 mil e trezentos lugares nesta resposta, traduzindo um aumento superior a 7 300 lugares, desde 2000.

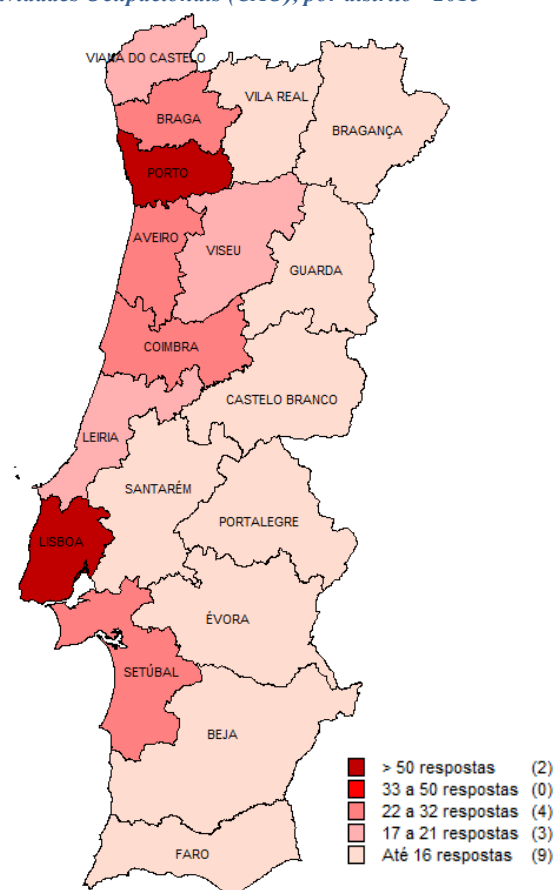
3.2.3. Distribuição territorial

Figura 53 - Distribuição territorial das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência, por distrito - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 54 - Distribuição territorial da resposta social Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), por distrito - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

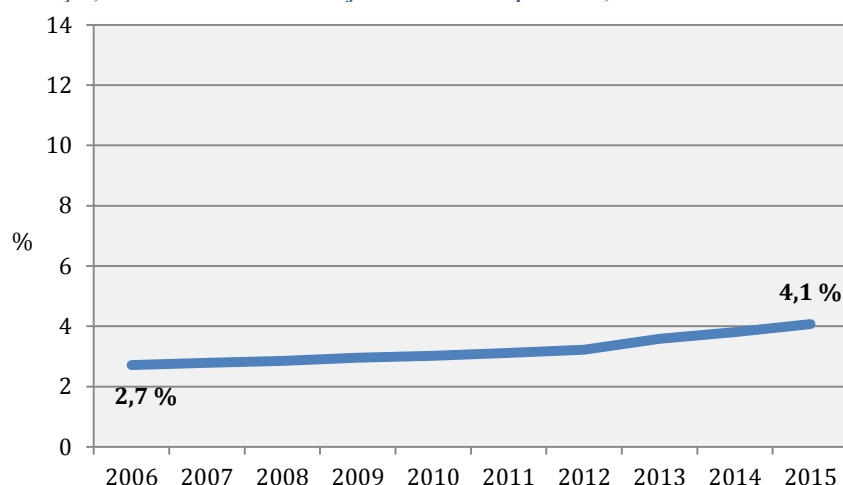
As respostas sociais para Crianças, Jovens e Adultos com deficiência ou incapacidade encontram-se disseminadas por todo o território continental, todavia também aqui é notória uma assimetria entre o litoral e o interior do país. Os distritos com maior densidade populacional, designadamente Braga, Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra, Leiria, Lisboa e Setúbal, concentravam 70 % do total das respostas para esta população, refletindo uma maior procura das mesmas. Esta diferença acentua-se ao analisar-se a distribuição territorial da resposta CAO que regista um volume de respostas em Lisboa e Porto muito superior aos restantes distritos.

3.2.4. Taxa de cobertura

A cobertura de respostas dirigidas à população com deficiência demonstrou um crescimento positivo, entre 2006 e 2015. Em 2015, a taxa de cobertura média das três principais respostas sociais de apoio à população com deficiência ou incapacidade¹⁶ fixou-se em 4,1 %, traduzindo um taxa de crescimento face a 2006 de 50 %.

Braga, Porto, Vila Real, Lisboa, Setúbal e Faro constituíam os distritos com um nível de cobertura mais baixo para esta população-alvo, apresentando uma taxa de cobertura abaixo da média. No sentido inverso, são doze os distritos com uma cobertura acima da média. Destacam-se os distritos do interior Norte e Centro com as taxas de cobertura mais elevadas.

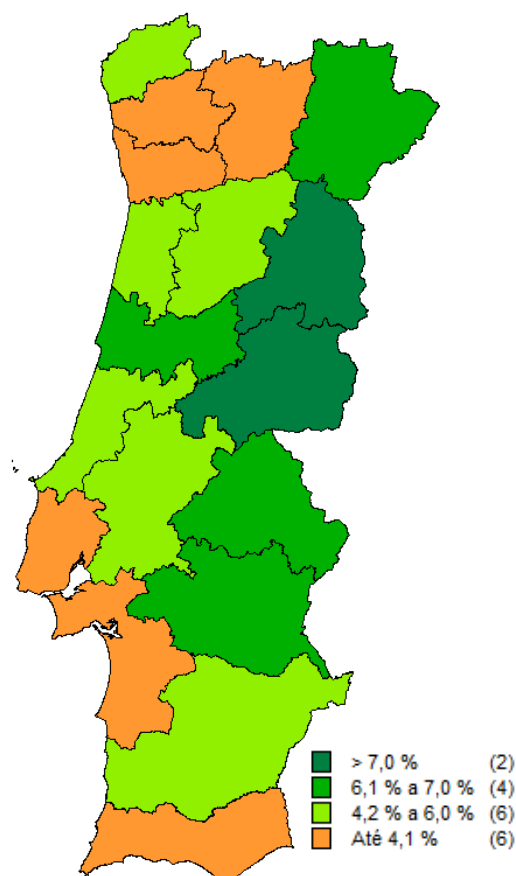
Figura 55 - Evolução da Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência ou Incapacidade, Continente - 2006-2015¹



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2015.
GEP-MTSSS, Carta Social.

¹ Revisão de série, com efeitos a partir de 2006, em função da revisão da população de referência.

Figura 56 - Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência ou Incapacidade, distrito - 2015



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2015.
GEP-MTSSS, Carta Social.

¹⁶ Lar Residencial, Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

3.2.5. Taxa de utilização

A utilização das respostas sociais dirigidas ao grupo-alvo das Crianças, Jovens e Adultos com deficiência ou incapacidade tem-se mantido ao longo do período 2000-2015 em níveis bastante elevados, o que revela a procura por este tipo de apoios. A taxa de utilização média das principais respostas¹⁷, em 2015, situava-se em 91 %.

O Lar Residencial (96 %) e o CAO (91 %) constituíam, em 2015, as respostas com maior solicitação neste âmbito.

Em termos de distribuição territorial da taxa de utilização das respostas dirigidas à população com deficiência ou incapacidade, verificam-se diferenças significativas entre os distritos do litoral, com maior procura e uma utilização mais elevada, e os distritos do interior, que embora disponham de maior oferta apresentam uma utilização mais moderada.

Figura 57 - Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência ou incapacidade, Continente - 2000-2015

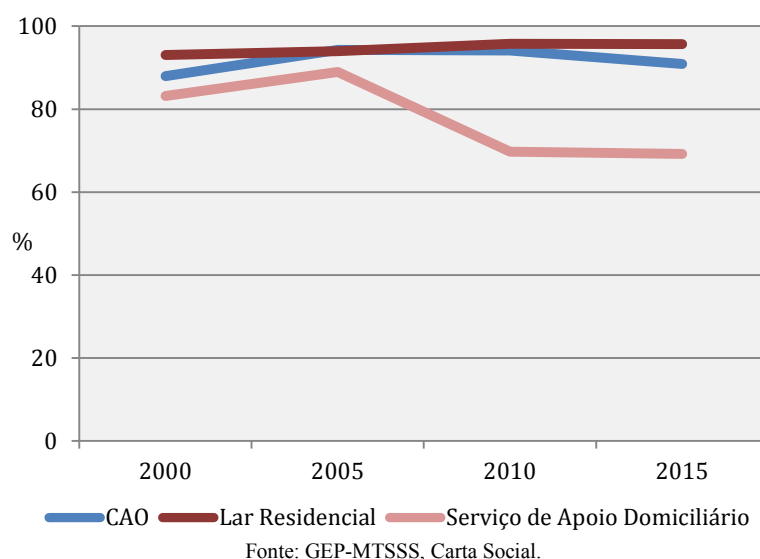
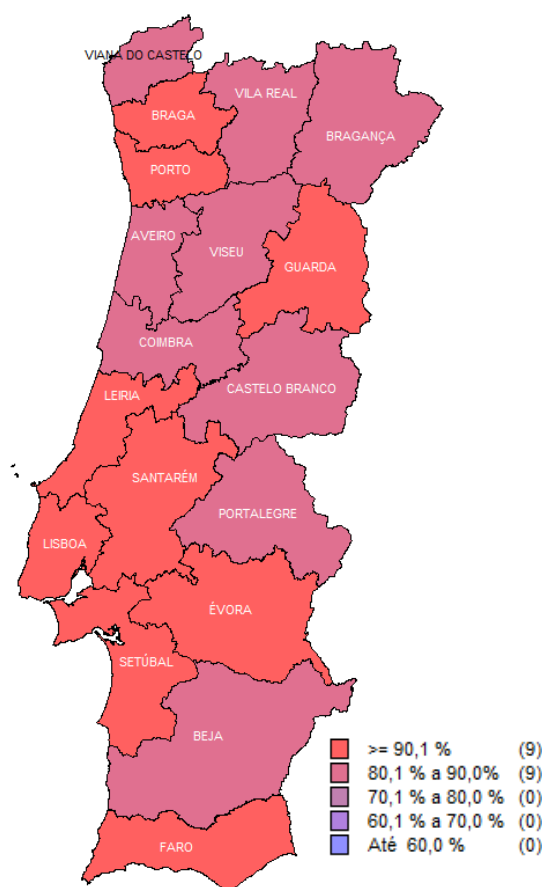


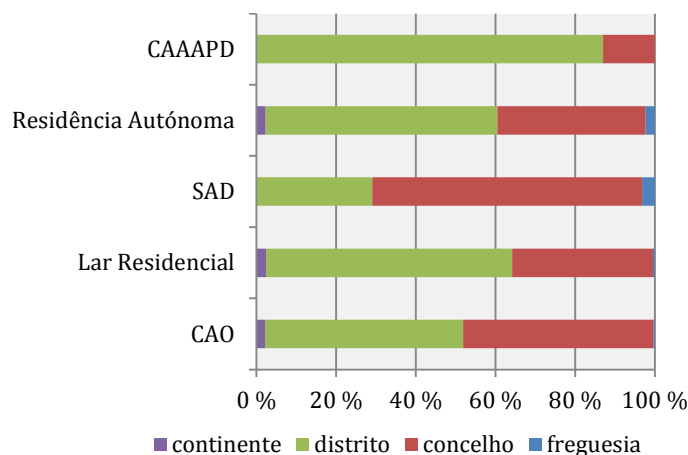
Figura 58 - Taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência ou incapacidade, por distrito - 2015



¹⁷ Lar Residencial, Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

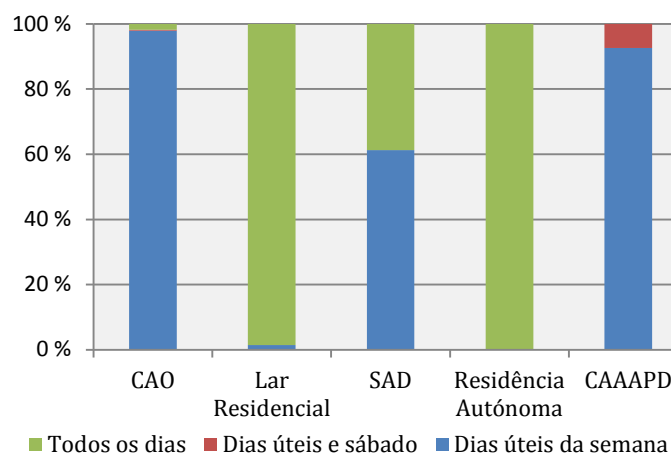
3.2.6. Funcionamento

Figura 59 - Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência ou incapacidade por âmbito geográfico de funcionamento, Continente - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 60 - Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência ou incapacidade por período de funcionamento, Continente - 2015

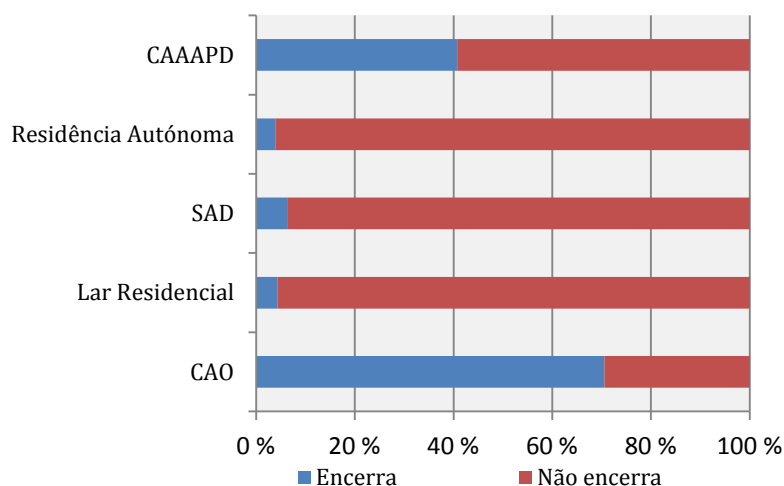


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Atendendo ao facto de apresentarem uma disseminação moderada, as respostas sociais dirigidas à população com deficiência ou incapacidade tinham, em 2015, uma abrangência maioritariamente supraconcelhia, à exceção do SAD. Ainda assim, no caso do CAO, 48 % das respostas apoiava utentes maioritariamente do concelho onde está implantado o equipamento.

Quanto ao período de funcionamento, se por um lado as respostas CAO, SAD e CAAAPD funcionam, essencialmente, de segunda a sexta-feira, por outro lado as respostas Lar Residencial e Residência Autónoma, ao destinarem-se ao alojamento de pessoas com deficiência ou incapacidade que não podem residir no meio familiar, estão em funcionamento sete dias por semana, para além de não encerrarem férias. O CAO consiste na tipologia, no âmbito do apoio às pessoas com deficiência, com maior peso de respostas que encerra para férias.

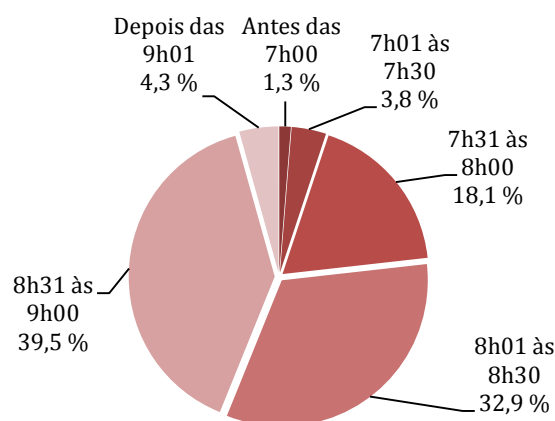
Figura 61 - Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência ou incapacidade com encerramento para férias, Continente - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

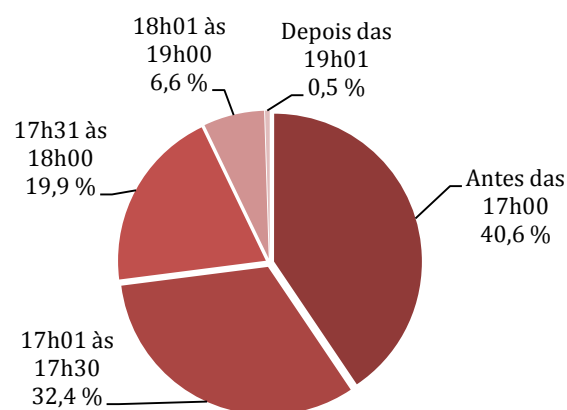
Na resposta CAO, em 2015, é notória a ausência de horários alargados. O período entre as 8h01 e as 9h00 da manhã é o horário mais frequente (72,4 %) para abertura desta resposta, sendo que cerca de 40 % das respostas CAO apenas entra em funcionamento depois da 8h30h. Quanto ao encerramento, 92,9 % das respostas fecha entre as 17h00 e as 18h00, dos quais 73 % só funciona até às 17h30h, o que poderá criar alguns constrangimentos ao nível da conciliação trabalho-família a utentes que vivam com familiares.

Figura 62 - Distribuição percentual dos CAO por horário de abertura, Continente - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

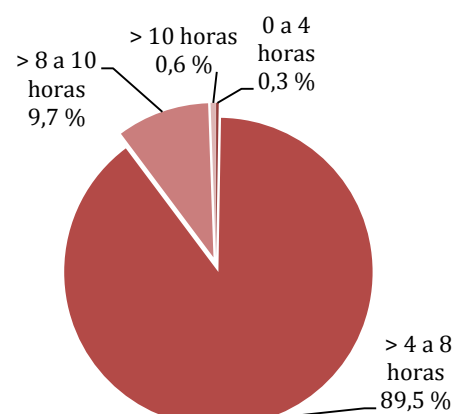
Figura 63 - Distribuição percentual dos CAO por horário de encerramento, Continente - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Em cerca de 90 % das respostas CAO, o tempo médio de permanência dos jovens e adultos com deficiência nesta resposta é entre quatro e oito horas. Em 10,3 % das respostas o tempo de permanência dos utentes ultrapassa as 8 horas diárias.

Figura 64 - Distribuição percentual dos CAO por tempo médio de permanência diária dos utentes, Continente - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.2.7. Caracterização dos utentes

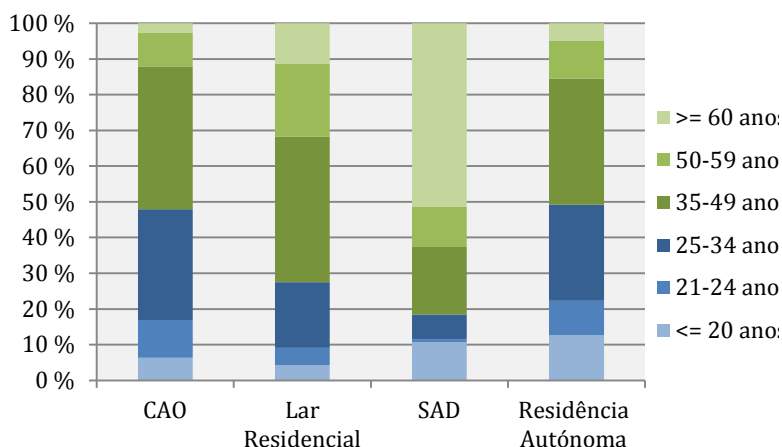
A caracterização dos utentes das respostas dirigidas à população com deficiência ou incapacidade coloca em evidência as diferenças na população-alvo de cada resposta social.

A nível etário verifica-se que, em 2015, cerca de 50 % dos utentes em CAO e Residência Autónoma têm menos de 35 anos de idade, o que reflete o peso relativo dos jovens/jovens adultos na utilização destas respostas. Em situação inversa, nas respostas Lar Residencial e SAD, o peso dos utentes com mais de 35 anos (73 % e 82 %, respetivamente) sobre põe-se no universo de utentes que frequentam estas respostas.

No que diz respeito ao tempo de permanência dos utentes desde que deram entrada nas respostas, as permanências de curta duração (inferiores a 5 anos) são mais frequentes na resposta Residência Autónoma, enquanto em CAO e Lar Residencial cerca de 60 % dos utentes apresentam uma permanência superior a 5 anos.

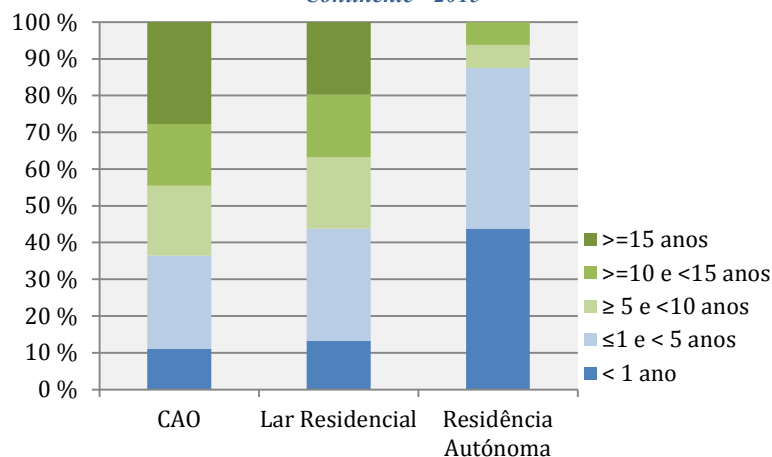
A situação de dependência caracteriza a maioria dos utentes que frequentam as respostas dirigidas às pessoas com deficiência, à exceção dos utentes em Residência Autónoma, que pelas características da resposta se destina ao

Figura 65 - Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para Crianças, Jovens e Adultos com deficiência ou incapacidade por escalão etário, Continente - 2015



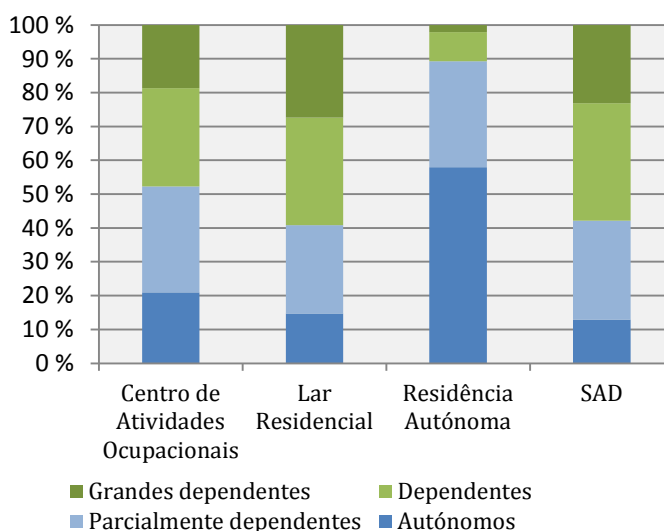
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 66 - Distribuição percentual dos utentes em respostas para Crianças, Jovens e Adultos com deficiência ou incapacidade por tempo de permanência, Continente - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

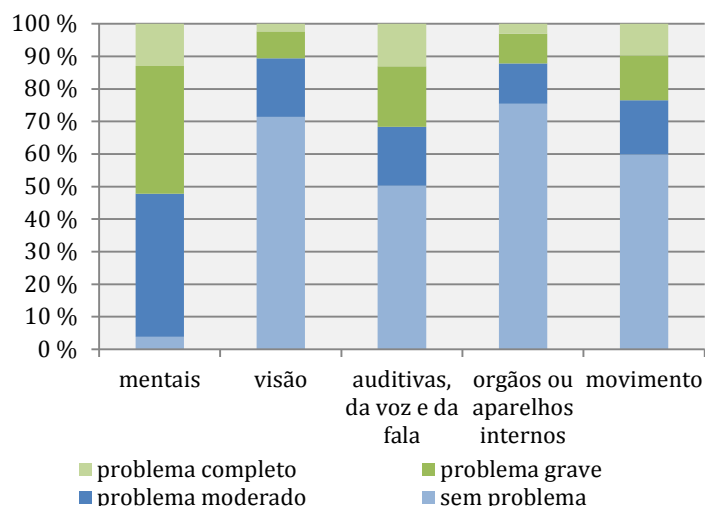
Figura 67 - Distribuição percentual dos utentes em respostas para Crianças, Jovens e Adultos com deficiência ou incapacidade por grau de dependência, Continente - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

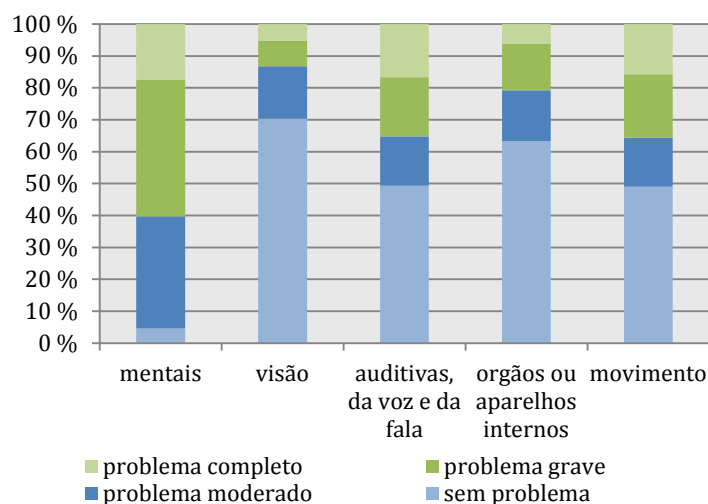
acolhimento de jovens e adultos com deficiência, de idade igual ou superior a 16 anos que, mediante um apoio mínimo, possam viver autonomamente.

Figura 68 - Distribuição percentual dos utentes em CAO por existência de problemas nas funções do corpo, Continente - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 69 - Distribuição percentual dos utentes em Lar Residencial por existência de problemas nas funções do corpo, Continente - 2015

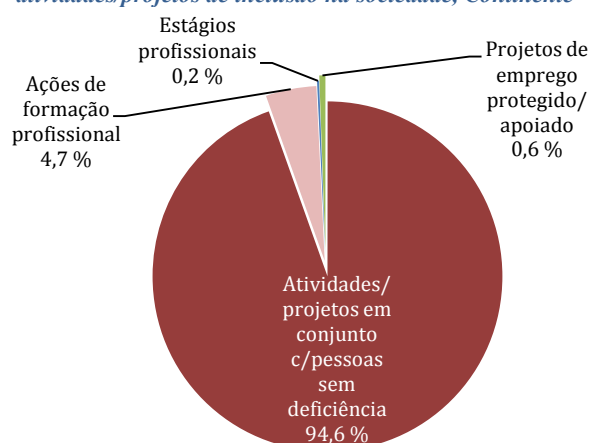


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Os problemas nas funções mentais são os mais frequentes nos utentes que frequentam as respostas dirigidas a este grupo-alvo, associando-se, por vezes, a problemas nas funções auditivas, da voz e da fala, e do movimento, designadamente em situações de paralisia cerebral, trissomias e perturbações do desenvolvimento, entre outras.

Do universo de utentes que frequentavam a resposta CAO em 2015, 33 % participou em atividades/projetos de inclusão na sociedade. Do conjunto de utentes envolvidos em atividades, 94,6 % participou em ações com pessoas sem deficiência.

Figura 70 - Distribuição percentual dos utentes em CAO com participação em atividades/projetos de inclusão na sociedade, Continente - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.3 Pessoas Idosas¹⁸

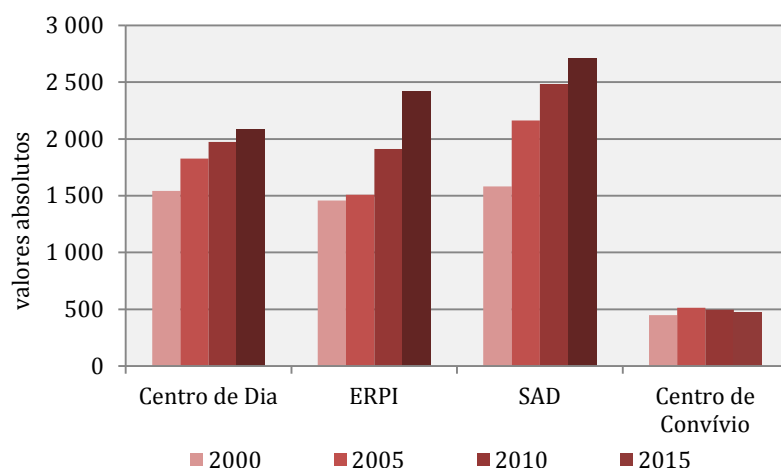
A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), o Centro de Dia e o Serviço de Apoio Domiciliário para idosos (SAD) consistem nas principais respostas sociais, no âmbito da RSES, dirigidas às Pessoas Idosas. Para além da satisfação das atividades da vida diária (AVD) e as atividades instrumentais da vida diária (AIVD) dos utentes, as respostas destinadas a esta população-alvo visam a promoção, a inclusão e a participação na comunidade, independentemente do maior ou menor grau de autonomia/dependência do idoso e este se encontrar a residir na sua habitação ou numa instituição.

3.3.1. Número de respostas sociais

A evolução do número das principais respostas que visam o apoio à população idosa registou, entre 2000 e 2015, um desenvolvimento muito positivo (57 %), sobretudo as respostas SAD (71 %) e ERPI (66 %).

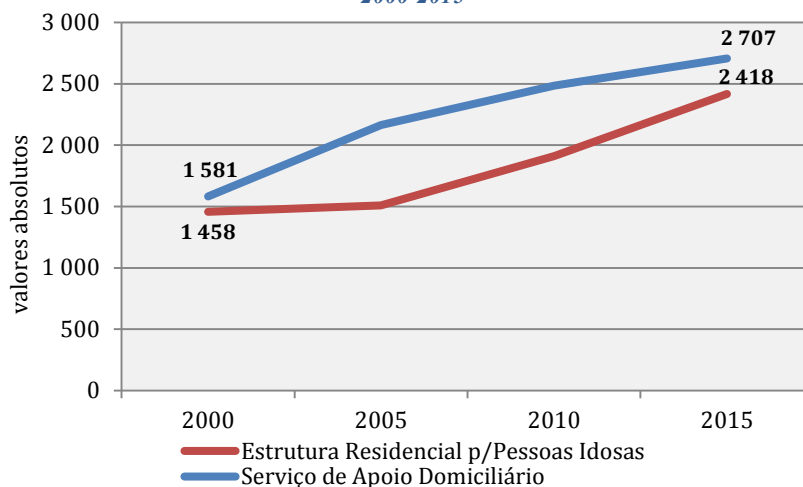
De salientar que, em 2015, o SAD contabilizou mais de 2700 unidades, constituindo a resposta com maior expressão no âmbito da RSES. Relativamente à resposta ERPI, o seu aumento tem sido igualmente contínuo, sendo que, em 2015, atingiu as 2418 respostas.

Figura 71 - Evolução do número de respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente - 2000-2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 72 - Evolução do número de respostas sociais ERPI e SAD, Continente - 2000-2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

¹⁸ A análise do grupo-alvo Pessoas Idosas integra as respostas para Pessoas em Situação de Dependência.

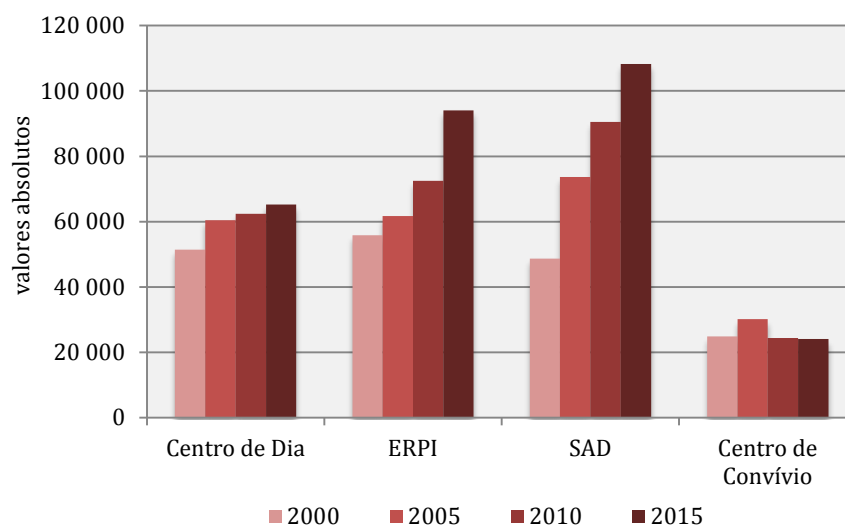
3.3.2. Capacidade

O aumento do número de lugares nas respostas tem acompanhado o desenvolvimento das respostas, traduzindo-se num crescimento de 72 % no período em análise, e na entrada em funcionamento de mais de 111 000 novos lugares, desde 2000.

O aumento da oferta em SAD é revelador do alargamento de serviços de apoio às pessoas idosas nos últimos quinze anos.

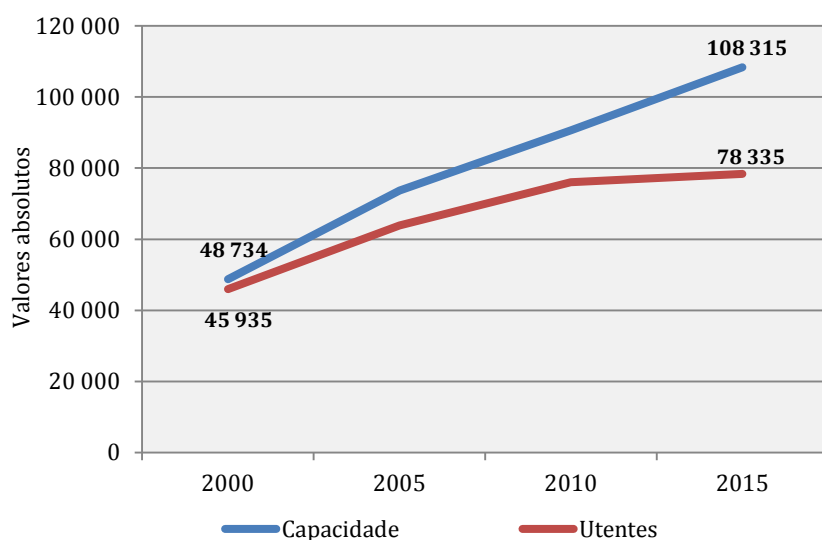
O SAD constituía a resposta, em 2015, com maior capacidade no âmbito do apoio aos mais idosos, com mais de 108 mil lugares disponíveis, o que representa mais de $\frac{1}{3}$ do total de lugares em respostas para idosos.

Figura 73 - Evolução da capacidade das respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente - 2000-2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

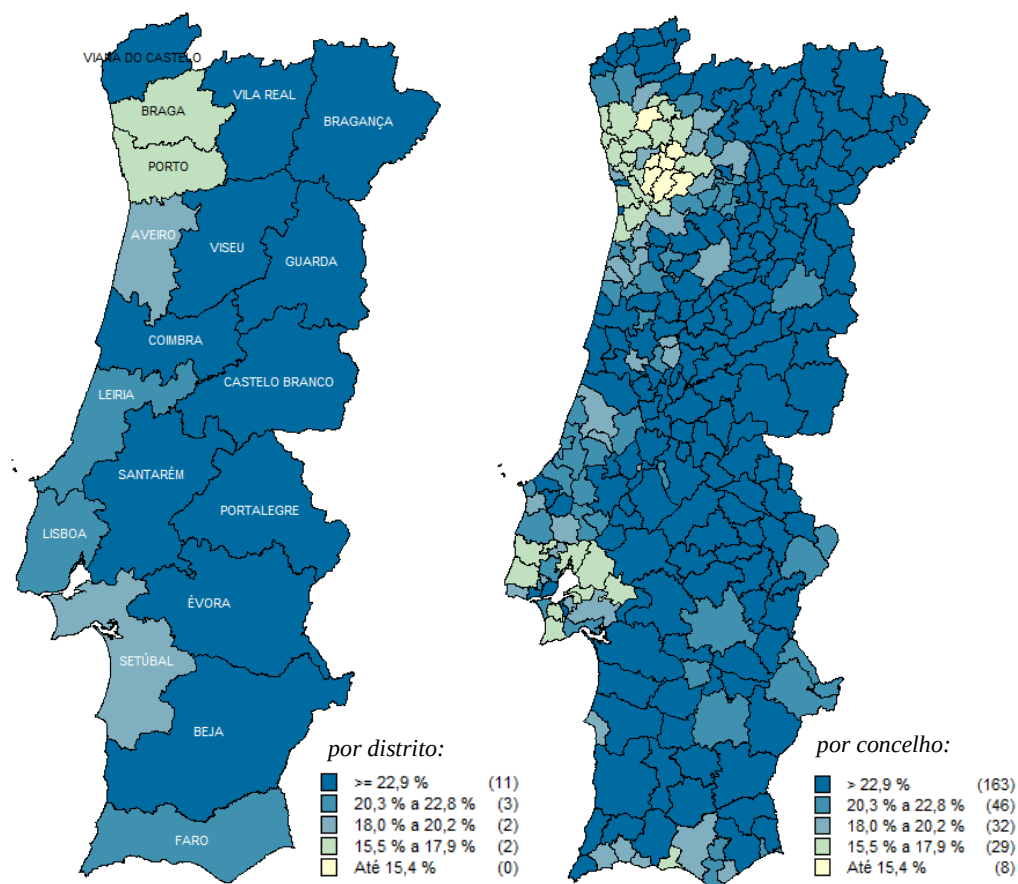
Figura 74 - Evolução da capacidade e do n.º de utentes da resposta social SAD, Continente - 2000-2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.3.3. Distribuição territorial

Figura 75 - Relação entre a População Idosa (≥ 65 anos) e a População Total, por distrito e por concelho - 2015



Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2015.

O peso da população com 65 ou mais anos tem vindo a aumentar de forma progressiva no universo da população residente no território continental, sendo que em 2015 esta faixa etária já representava 21,0 % da população residente¹⁹. A nível distrital e concelhio, apenas cinco distritos (Braga, Porto, Aveiro, Setúbal e Faro) e oitenta e dois concelhos, maioritariamente no litoral do país, registavam uma percentagem de população com 65 ou mais anos inferior à média do Continente (21,0 %). Os territórios do interior do país apresentavam, pelo contrário, na sua grande generalidade, uma proporção de população idosa mais elevada.

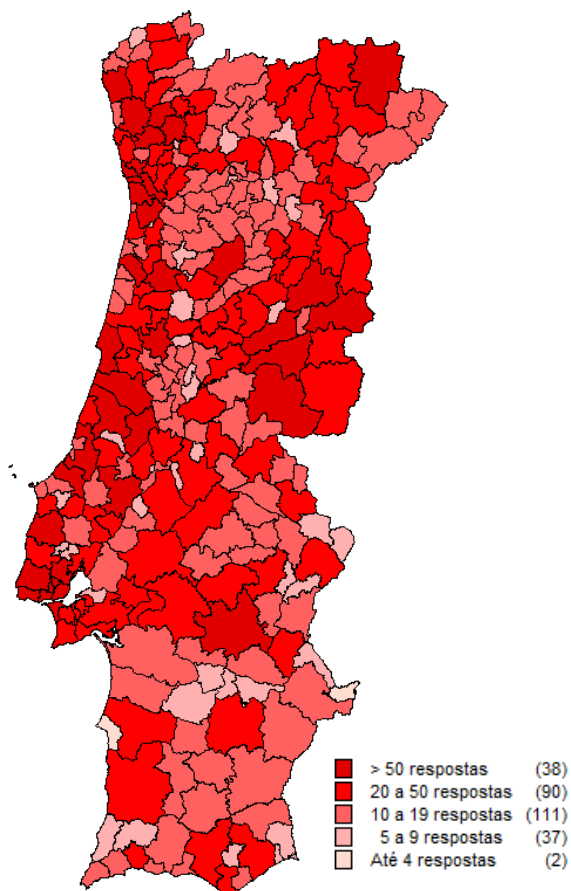
¹⁹ INE, Estimativas da População Residente 2015.

A disseminação territorial de respostas sociais para as Pessoas Idosas é bastante elevada, acompanhando a procura deste tipo de apoio. Em 2015, 86 % dos concelhos do Continente dispunha de 10 ou mais respostas para este grupo-alvo, 14 % dos quais apresentava uma oferta acima das 50 respostas sociais.

No que diz respeito ao SAD, é de salientar que todos os concelhos do Continente estão cobertos por esta resposta, sendo que quase $\frac{2}{3}$ dos municípios dispõe de mais de 5 respostas.

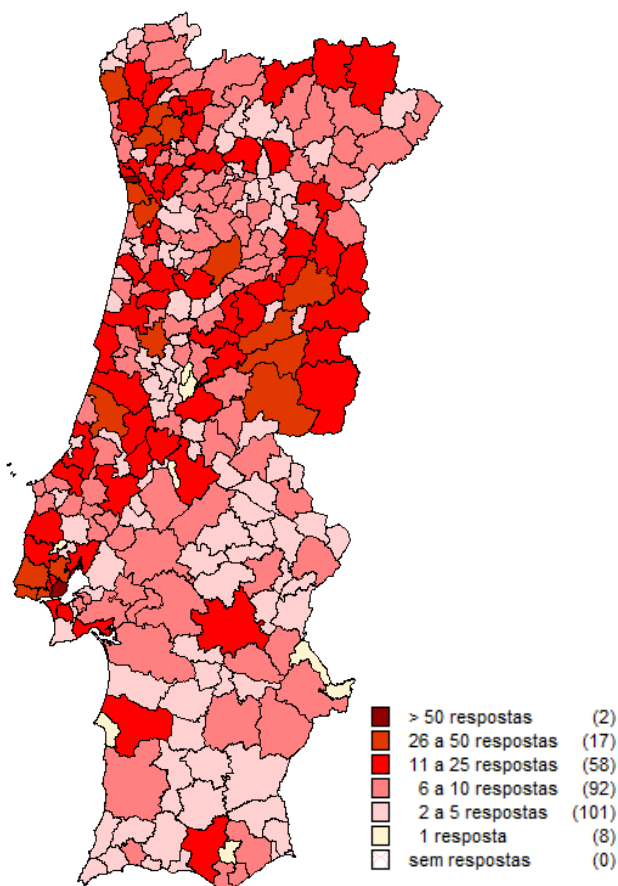
A oferta de respostas por parte de entidades da rede solidária é maioritária em quase todos os distritos, pese embora se evidenciem diferenças por resposta. Neste sentido, enquanto ao nível da resposta SAD apenas os distritos do Porto e Lisboa apresentavam uma oferta significativa (acima de 20%) de respostas da rede lucrativa, relativamente à resposta ERPI, os distritos de Coimbra, Leiria, Santarém, Setúbal, Évora e Faro também já registavam uma oferta por parte de entidades lucrativas, acima de 20 %.

Figura 76 - Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho - 2015



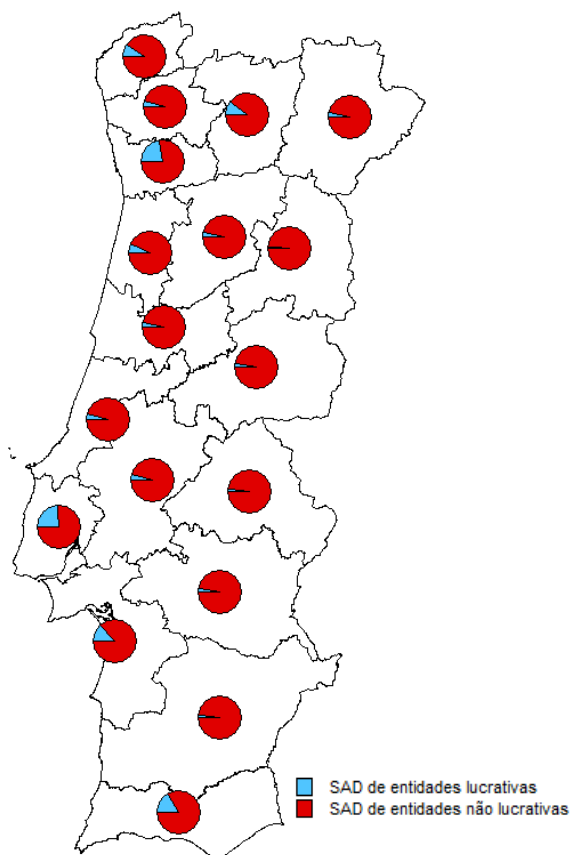
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 77 - Distribuição territorial da resposta social SAD, por concelho - 2015



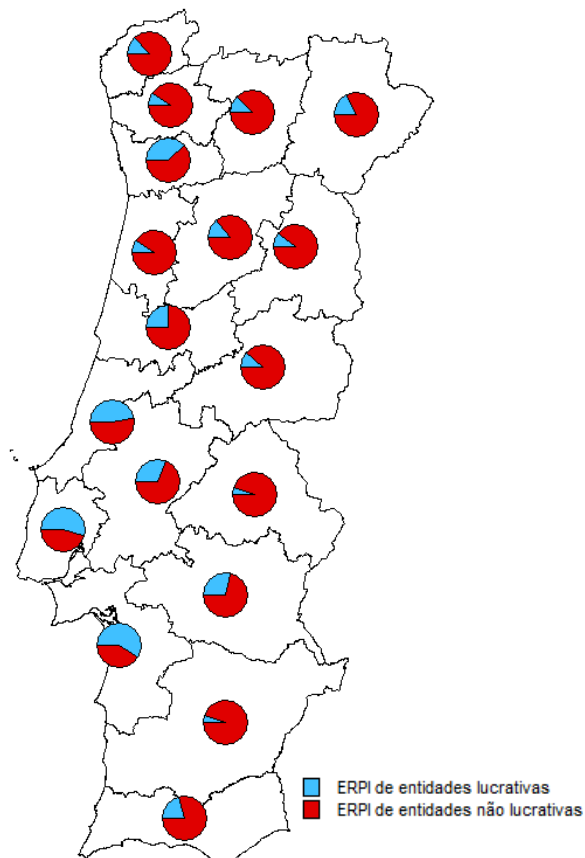
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 78 - Distribuição percentual da resposta social SAD, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 79 - Distribuição percentual da resposta social ERPI, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito - 2015

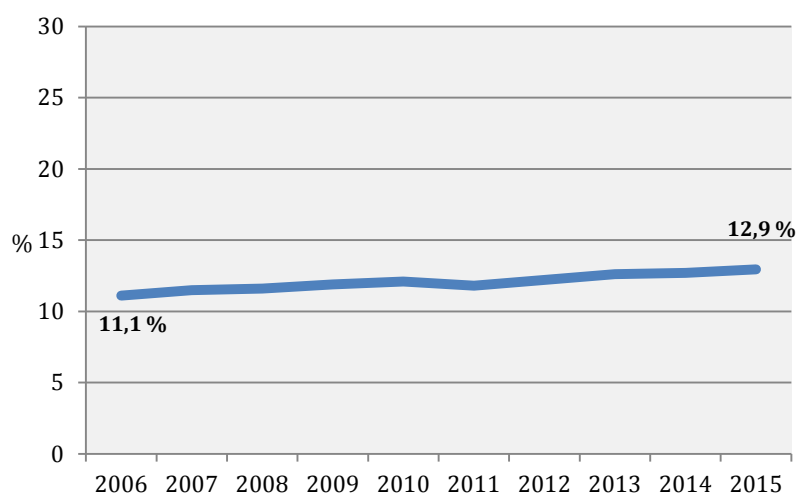


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.3.4. Taxa de cobertura

A taxa de cobertura das respostas de apoio à população idosa tem evoluído de forma positiva, embora pouco significativa. Em 2015, a taxa de cobertura média no Continente das principais respostas dirigidas a este grupo-alvo²⁰ fixou-se em 12,9 %. O aumento acelerado da população com 65 ou mais anos tem condicionado o crescimento da taxa de cobertura destas respostas, apesar do significativo alargamento

Figura 80 - Evolução da taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente - 2006-2015



Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2015.
GEP-MTSSS, Carta Social.

²⁰ Centro Dia, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

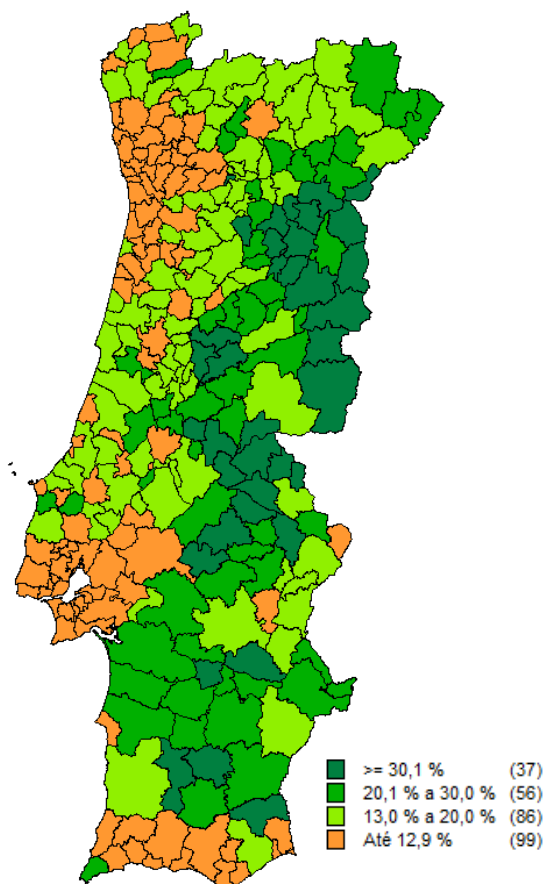
do número de lugares (mais de 111 000 novos lugares, desde 2000).

Em termos da distribuição territorial das respostas dirigidas à população idosa, o interior do país, visivelmente mais envelhecido, evidencia uma cobertura mais elevada que os concelhos do litoral.

Em 2015, dos 278 concelhos do Continente, 179 (quase cerca de $\frac{2}{3}$ do total) registavam uma taxa de cobertura superior à média (12,9 %), dos quais 93 apresentava uma cobertura acima de 20 %.

É de destacar, ainda, que os restantes 99 concelhos, com uma cobertura abaixo da média se localizam maioritariamente em torno das áreas metropolitanas do Porto e Lisboa e na região algarvia.

Figura 81 - Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho - 2015



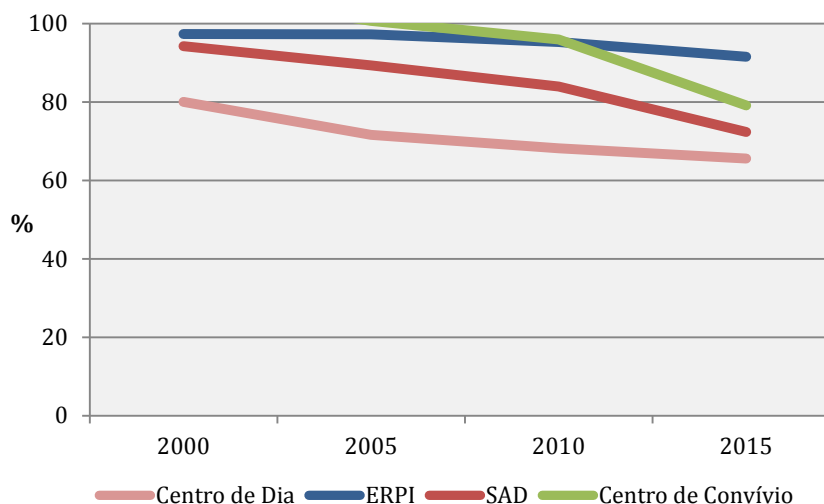
Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2015. GEP-MTSSS, Carta Social.

3.3.5. Taxa de utilização

A utilização das respostas dirigidas às Pessoas Idosas tem vindo a registar uma quebra no período em análise (2000-2015), situando-se abaixo de 80 % em 2015, à exceção da resposta ERPI que apresentava, em 2015, níveis de ocupação em torno de 92 %.

O facto do aumento da oferta não ser acompanhado, ao mesmo ritmo, pela procura poderá constituir uma das razões que

Figura 82 - Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente - 2000-2015

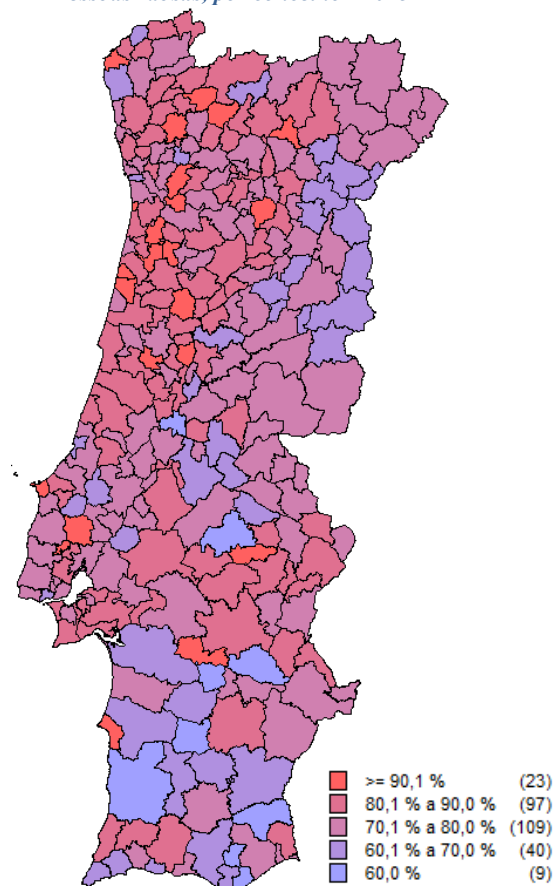


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

explicam esta tendência, sem esquecer as dificuldades financeiras sentidas nos últimos anos pelas famílias.

Em 2015, a taxa de utilização média no Continente das principais respostas para esta população-alvo²¹ foi de 77 %, observando-se uma assimetria acentuada ao longo do território continental. Todavia, são notórios maiores níveis de ocupação na região Norte.

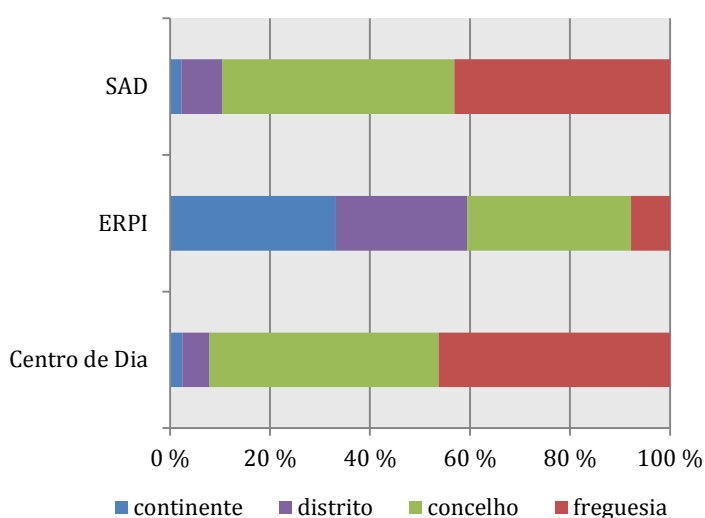
Figura 83 - Taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

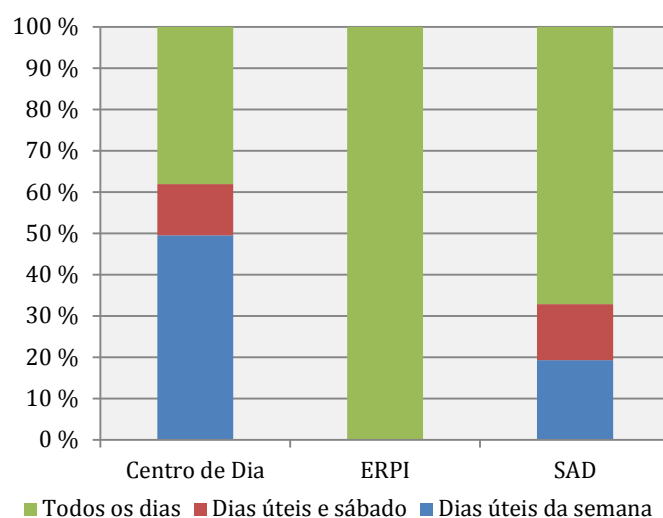
3.3.6. Funcionamento

Figura 84 - Distribuição percentual das respostas para as Pessoas Idosas por âmbito geográfico de funcionamento, Continente - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 85 - Distribuição percentual das respostas para as Pessoas Idosas por período de funcionamento, Continente - 2015



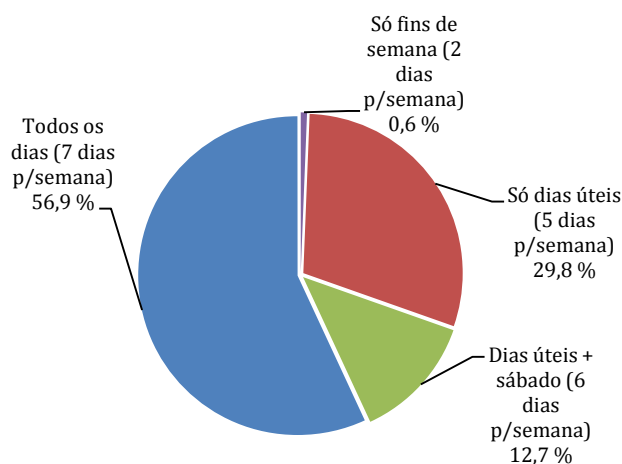
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

²¹ Centro Dia, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

Em 2015, as respostas dirigidas à população idosa, à exceção da resposta ERPI, acolhiam maioritariamente utentes da própria freguesia ou concelho de implantação do equipamento. As ERPI apresentavam um raio de abrangência mais alargado, sendo que cerca de 59 % dos utentes não eram originários do concelho de implantação do equipamento. A proximidade da família, ou até mesmo a urgência na entrada na resposta, poderão constituir algumas das explicações para esta situação.

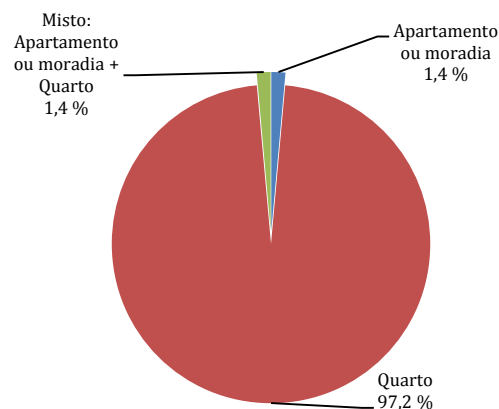
Se a maior parte dos Centros de Dia funciona, apenas, durante os dias úteis, os SAD têm vindo a alargar o período em que prestam serviços, sendo que a maioria já funciona durante sete dias por semana. De referir, ainda, que esta modalidade de funcionamento coexiste, geralmente, com outras modalidades (só dias úteis, dias úteis + sábado ou só fins de semana), tendo em conta que as necessidades e o nível de utilização dos serviços varia de utente para utente.

Figura 86 - Distribuição percentual da resposta SAD por modelo de funcionamento, Continente - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 87 - Distribuição percentual da resposta ERPI por modalidade de alojamento, Continente - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

O alojamento em quarto é a modalidade de ERPI que apresentava maior oferta, em 2015, no território continental. O alojamento em apartamento ou moradia e os equipamentos que preveem as duas modalidades de alojamento (em quarto e apartamento ou moradia) têm uma representação que ainda não vai além dos 3 %.

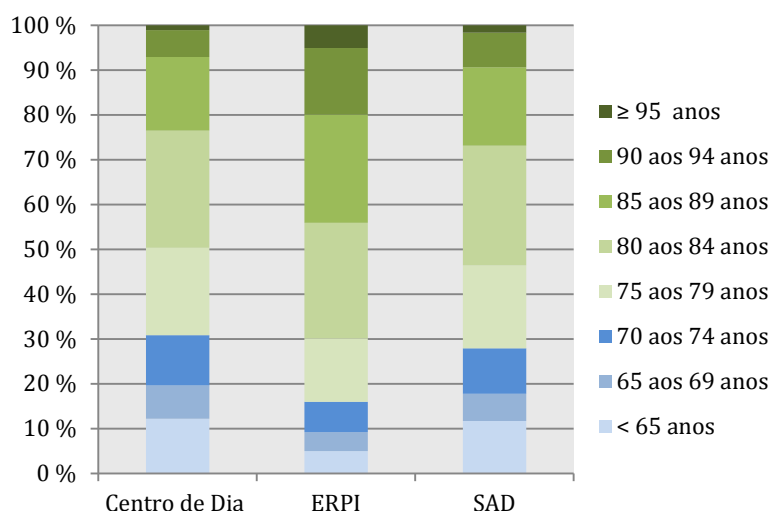
3.3.7. Caracterização dos utentes

Em 2015, cerca de 50 % do universo dos utentes que frequentava a resposta social Centro de Dia era composto por utentes com idade inferior a 80 anos, o que contrasta com o público-alvo da resposta ERPI composto maioritariamente (84 %) por idosos com 75 ou mais anos, sendo que os utentes com idade igual ou superior a 95 anos representavam 5 %. Ao nível da resposta SAD, a composição etária do universo de utentes é mais heterogénia, verificando-se que 63 % dos utilizadores apresentava entre 75 e 89 anos de idade. O esforço pela manutenção do idoso no seu espaço habitacional por mais anos e a institucionalização tardia poderão explicar estas diferenças.

A maioria dos utentes das respostas sociais para pessoas idosas permanece na resposta até 5 anos, realidade que se estende a todas

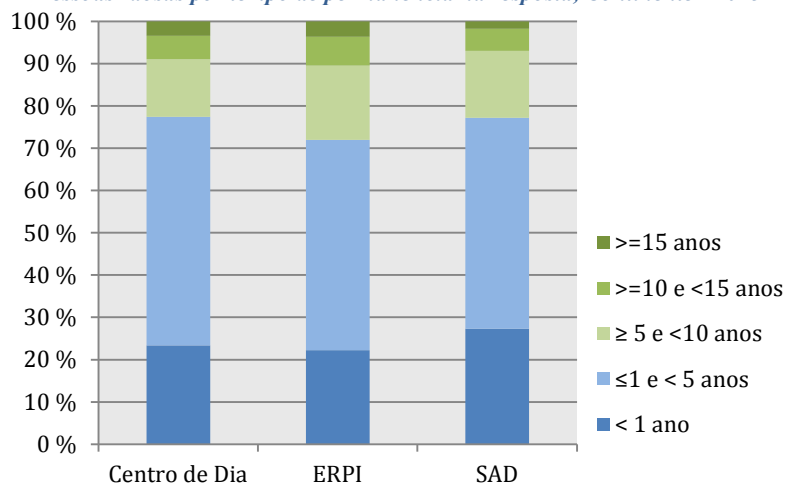
as respostas. O ingresso nas respostas em idades já avançadas poderá constituir uma das variáveis explicativas desta situação. Ainda assim, é de assinalar que cerca de 10 % dos utentes em ERPI apresentavam, em 2015, uma estadia igual ou superior a 10 anos.

Figura 88 - Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para as Pessoas Idosas por escalão etário, Continente - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

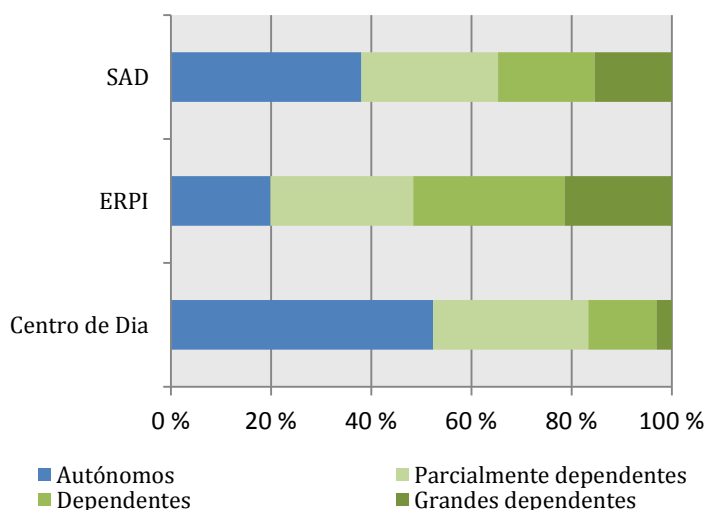
Figura 89 - Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para as Pessoas Idosas por tempo de permanência na resposta, Continente - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

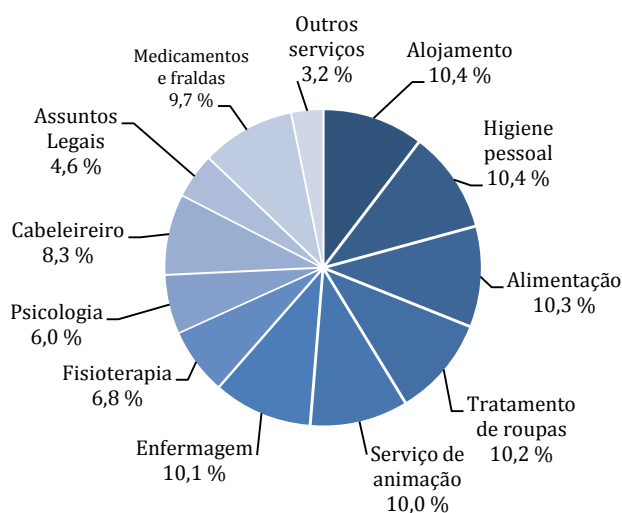
A idade dos utentes, assim como o nível de incapacidade influenciam em grande parte o grau de dependência nas diferentes respostas dirigidas à população idosa. Neste sentido, em 2015, enquanto 52 % dos utentes em Centro de Dia dispunha de autonomia, 62 % dos utentes em SAD apresentava algum grau de dependência, valor que sobe para os 80 % em ERPI.

Figura 90 - Distribuição percentual dos utentes em respostas para as Pessoas Idosas por grau de dependência, Continente - 2015



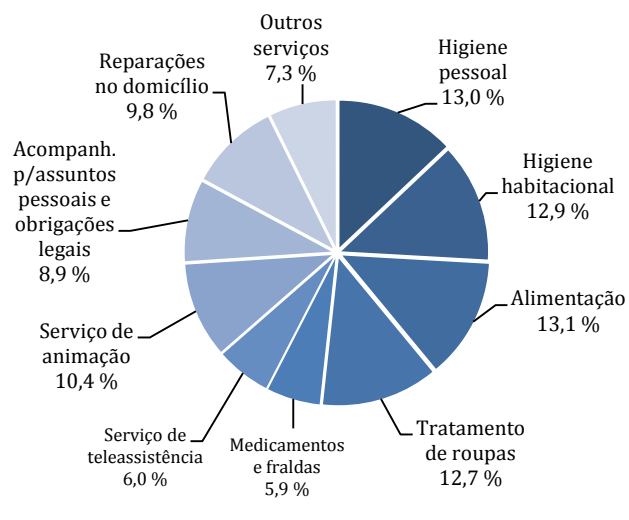
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 91 - Distribuição percentual dos utentes em ERPI por serviços prestados, Continente - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 92 - Distribuição percentual dos utentes em SAD por serviços prestados, Continente - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

A oferta de serviços disponibilizados nas respostas sociais dirigidas a idosos tem vindo a alargar-se, particularmente no âmbito das respostas ERPI e SAD, traduzindo a procura por outro tipo de serviços não considerados básicos à partida. No caso da resposta ERPI, para além do alojamento, a higiene pessoal, a alimentação, o tratamento de roupas, a animação e a enfermagem, outro tipo de serviços começam a ter alguma expressão, designadamente, a fisioterapia, a psicologia e até os serviços de cabeleireiro. Quanto à resposta SAD, o conjunto de serviços disponibilizados revela, igualmente, uma abrangência bastante grande. Para além dos serviços de base, são também já disponibilizados serviços de animação, o

acompanhamento dos utentes para tratamento de assuntos pessoais e obrigações legais, as reparações no domicílio e a teleassistência.

3.4 Família e Comunidade

As respostas sociais dirigidas à Família e Comunidade têm como objetivo o apoio a pessoas e famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade, exclusão ou de marginalização social, quer através do apoio e acompanhamento social, quer através da minimização de situações de carência, podendo compreender um conjunto de ações integradas com vista à inserção social. O Centro de Alojamento Temporário (CAT), a Comunidade de Inserção e a Casa Abrigo constituem algumas das respostas dirigidas a este grupo-alvo, de que ainda fazem parte o Refeitório/Cantina Social²² e o Atendimento/Acompanhamento Social, entre outras respostas.

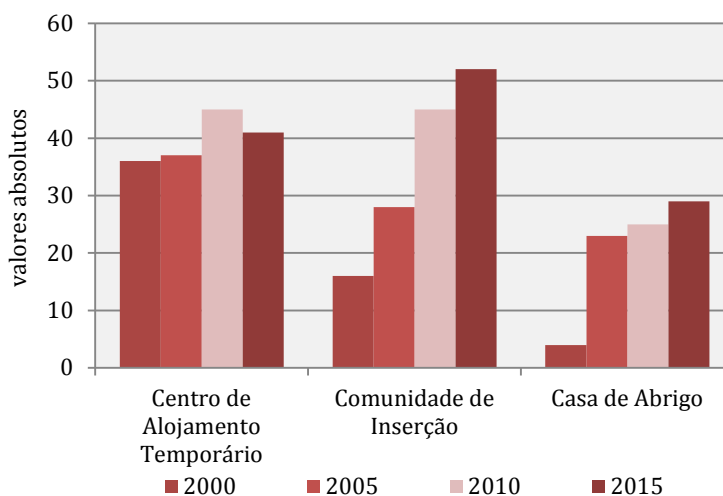
3.4.1. Número de respostas sociais

As respostas sociais dirigidas à Família e Comunidade apresentaram, entre 2000 e 2015, um desenvolvimento positivo, refletindo um esforço contínuo no apoio aos grupos mais vulneráveis.

É de referir, que as respostas que visam o apoio a estes grupos são desenvolvidas, sobretudo, por entidades não lucrativas com participação pública.

Numa análise por tipologia de resposta, verificou-se, em 2015, um crescimento muito significativo das respostas Comunidade de Inserção e da Casa Abrigo, traduzindo um aumento de 66 novas respostas por referência a 2000.

Figura 93 - Evolução das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente - 2000-2015



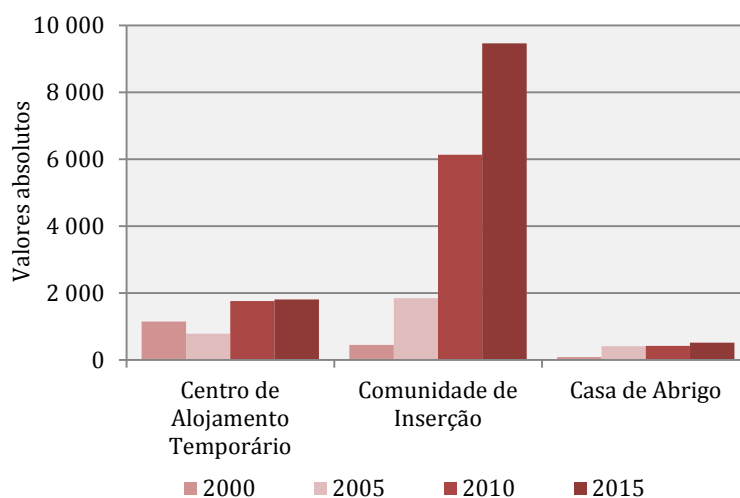
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

²² No que diz respeito à resposta Refeitório/Cantina Social, devido ao facto da informação obtida das instituições não ser precisa quanto à natureza da resposta, ou seja, se se trata nos últimos anos de cantinas instituídas no âmbito da RSES e/ou de cantinas no quadro do PES, optou-se por não se apresentar essa informação.

3.4.2. Capacidade

A capacidade da Comunidade de Inserção²³, atendendo à tipologia e aos objetivos que visa, destaca-se neste âmbito ao registar um incremento assinalável em linha com o aumento do número de respostas. De igual modo, o CAT tem revelado um aumento significativo no número de lugares disponíveis, registando um crescimento de 57 % no período em análise.

Figura 94 - Evolução da capacidade nas respostas para a Família e Comunidade, Continente - 2000-2015



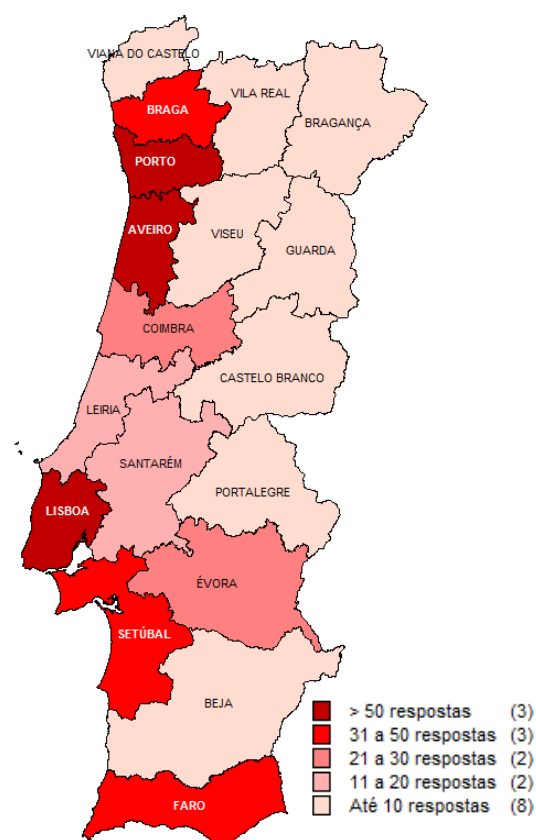
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.4.3. Distribuição territorial

As respostas dirigidas à Família e Comunidade manifestam alguma assimetria em termos da sua distribuição no território continental, sendo que os distritos localizados ao longo da faixa litoral apresentam um volume de respostas consideravelmente superior.

Os distritos do Porto, Aveiro e Lisboa constituíam os territórios com maior implantação destas valências, agregando mais de 50 % destas respostas.

Figura 95 - Distribuição territorial das respostas sociais para a Família e Comunidade, distrito - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

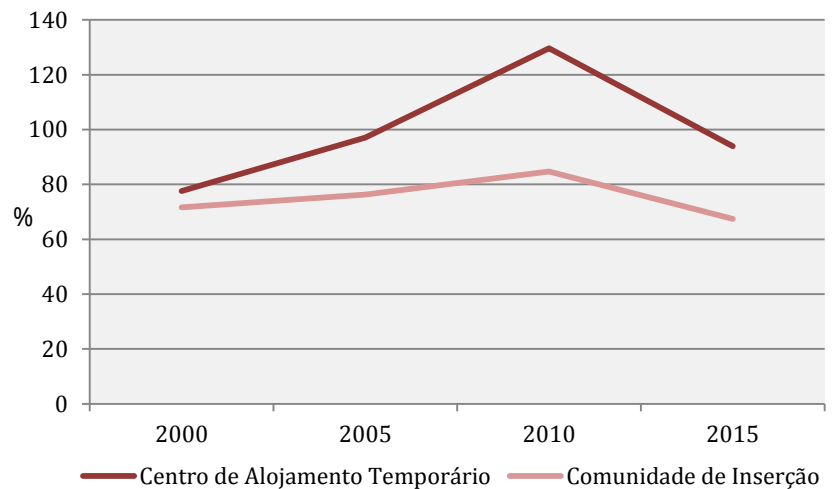
²³ Resposta social com ou sem alojamento, que compreende um conjunto de ações integradas com vista à inserção social de pessoas e famílias vulneráveis que necessitam de apoio na sua integração social (mães solteiras, ex-reclusos e sem-abrigo) que, por determinados fatores, se encontram em situação de exclusão ou de marginalização social.

3.4.4. Taxa de utilização

Após alguns anos de sobrelotação, a utilização das respostas dirigidas à Família e Comunidade tem registado uma diminuição desde 2010, sendo que, em 2015, a taxa de utilização média das principais respostas se situava em 73 %.

É de assinalar, ainda, que o CAT apresentava uma taxa de utilização acima dos 94 %, apesar da tendência de decréscimo.

Figura 96 - Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente - 2000-2015

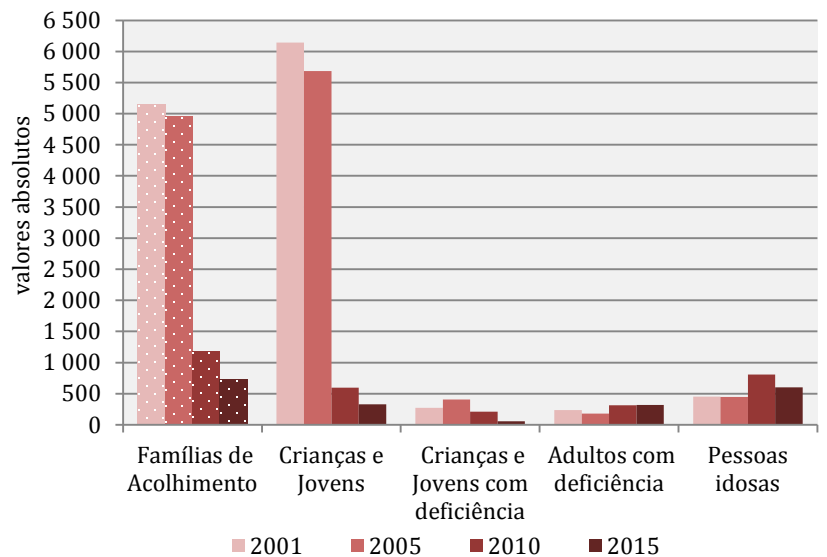


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.4.5. A resposta social Acolhimento Familiar

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, que regula o regime de aplicação do acolhimento familiar, previsto na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro - que aprovou a proteção de crianças e jovens em perigo, verificou-se uma alteração considerável do universo das famílias de acolhimento e do número de pessoas acolhidas, designadamente crianças e jovens. O Decreto-lei n.º 11/2008, de 17 de

Figura 97 - Evolução do número de famílias de acolhimento e de pessoas acolhidas por grupo-alvo, Continente - 2001-2015



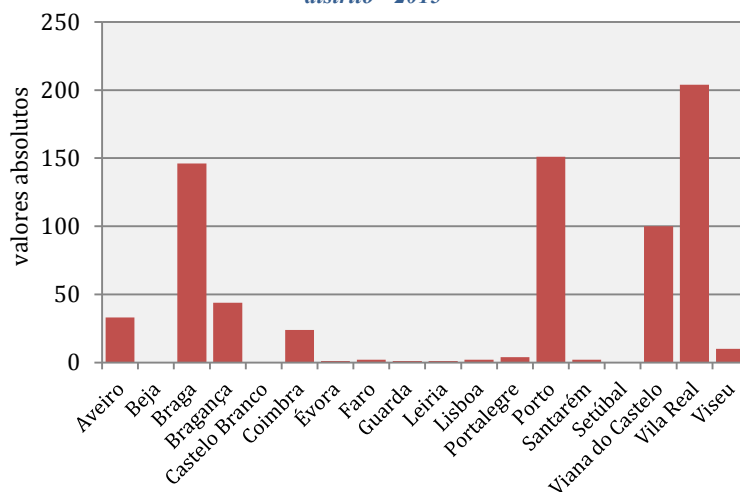
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

janeiro, prevê que, apenas, se podem candidatar a Família de Acolhimento pessoas ou famílias que não tenham qualquer relação de parentesco com a criança ou o jovem, ou que não sejam candidatos a adoção, daí a quebra acentuada do acolhimento de pessoas deste grupo-alvo de 2008 em diante.

O número de famílias de acolhimento tem apresentado, igualmente, um decréscimo significativo desde 2008, observando, em 2015, o valor mais baixo de que há registo. O número médio de pessoas acolhidas por família era, no referido ano, 1,8.

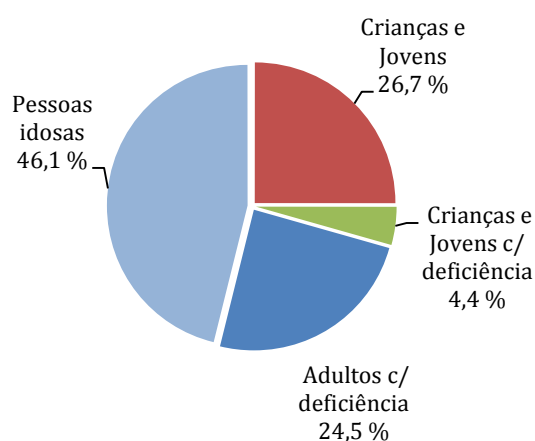
Esta resposta tem uma implantação mais acentuada no norte do país, sendo que os distritos de Braga, Porto, Viana do Castelo e Vila Real congregam mais de $\frac{2}{3}$ do total de famílias de acolhimento no território continental.

Figura 98 - Distribuição da reposta social Família de Acolhimento por distrito - 2015



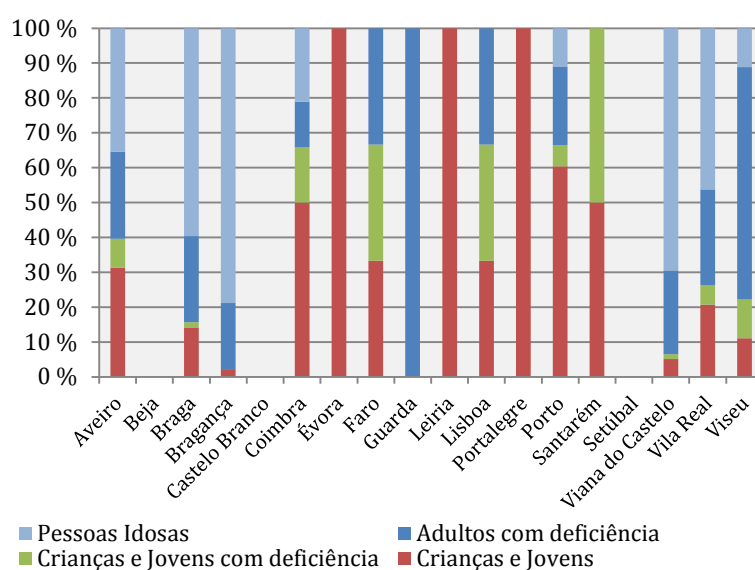
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 99 - Distribuição percentual do número de pessoas acolhidas por grupo-alvo, Continente - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 100 - Distribuição percentual das pessoas acolhidas por grupo-alvo, por distrito - 2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

A transformação do universo de pessoas acolhidas conduziu a uma mudança de equilíbrio entre os diferentes grupos-alvo. As Pessoas Idosas representavam, em 2015, 46 % do total de pessoas acolhidas, constituindo o grupo com o maior peso relativo, contrariamente à situação existente antes de 2008, altura em que as Crianças e Jovens detinham uma percentagem superior a 50 %.

Em 2015, embora as Crianças e Jovens constituíssem no segundo grupo-alvo com maior representação (27 %), é o que está representado num maior número de distritos do território continental, enquanto as pessoas idosas são acolhidas apenas em 8 distritos.

3.5 Pessoas Toxicodependentes

As respostas sociais dirigidas a Pessoas Toxicodependentes visam o apoio à população toxicodependente e às respetivas famílias, quer através de unidades de intervenção, quer em equipamento, por via do acolhimento temporário destas pessoas que após a saída de unidades de tratamento, de estabelecimentos prisionais, de centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, se confrontem com problemas de reinserção social, familiar, escolar ou profissional.

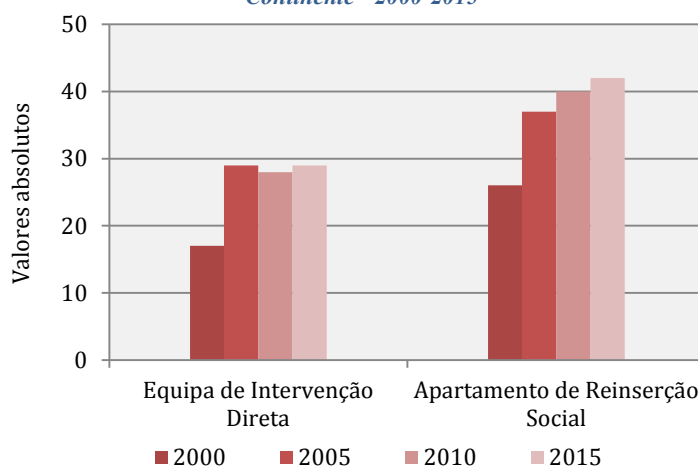
3.5.1. Número de respostas sociais

As respostas destinadas a este grupo-alvo evidenciam, ao longo do período de análise (2000-2015), um crescimento, por referência a 2000, de 71 %, no caso das Equipas de Intervenção Direta, e de 62 % no caso dos Apartamentos de Reinserção Social.

3.5.2. Capacidade

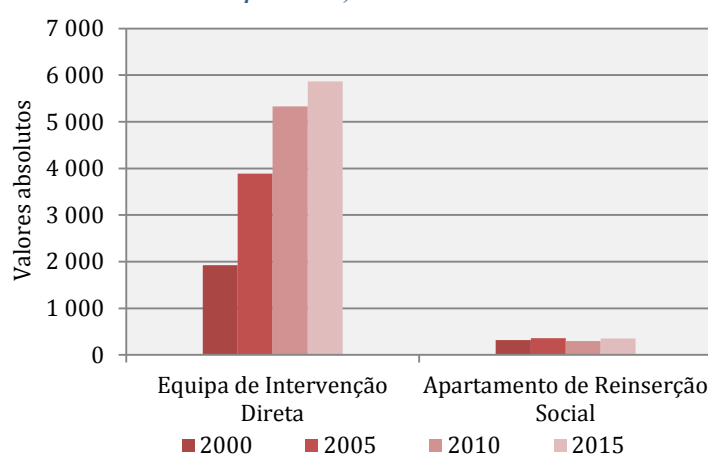
A capacidade de resposta tem acompanhado o aumento do número de respostas sociais, sendo de destacar o reforço que se tem assistido no âmbito da Intervenção Direta.

Figura 101 - Evolução das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente - 2000-2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 102 - Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente - 2000-2015



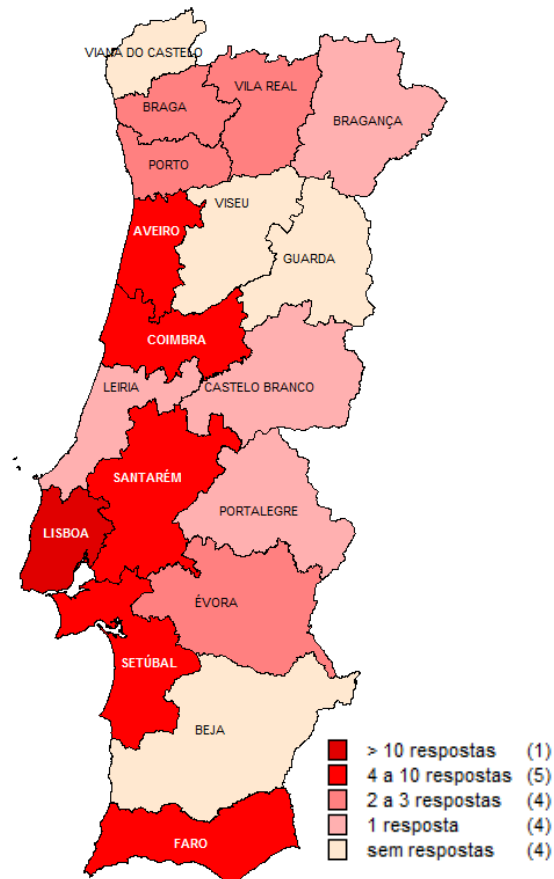
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.5.3. Distribuição territorial

À semelhança de outro tipo de respostas já analisadas, os distritos localizados ao longo da faixa litoral do território continental registam o maior número de respostas dirigidas às Pessoas Toxicodependentes.

Lisboa constituía, em 2015, o distrito com maior expressão deste tipo de respostas, concentrando mais de 50 % do número total de resposta existentes.

Figura 103 - Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, distrito - 2015

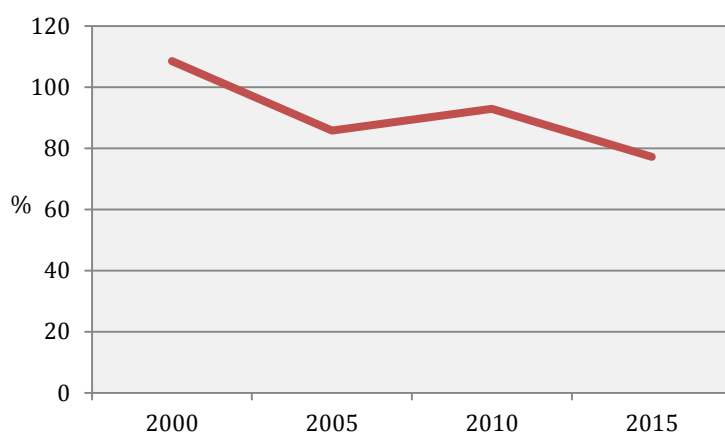


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.5.4. Taxa de utilização

A taxa de utilização da resposta Apartamento de Reinserção Social evidencia um decréscimo desde o ano 2000, situando-se, em 2015, em 77 %.

Figura 104 - Evolução da taxa de utilização da resposta Apartamento de Reinserção Social, Continente - 2000-2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.6 Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias

As respostas sociais que visam o apoio a pessoas infetadas pelo VIH/SIDA e às suas famílias têm por objetivo a promoção da autonomia, integração social e a saúde, dividindo-se em três tipos: **(1)** Centro de atendimento e acompanhamento psicossocial, **(2)** Serviço de apoio domiciliário e **(3)** Residência para pessoas infetadas com o VIH/SIDA.

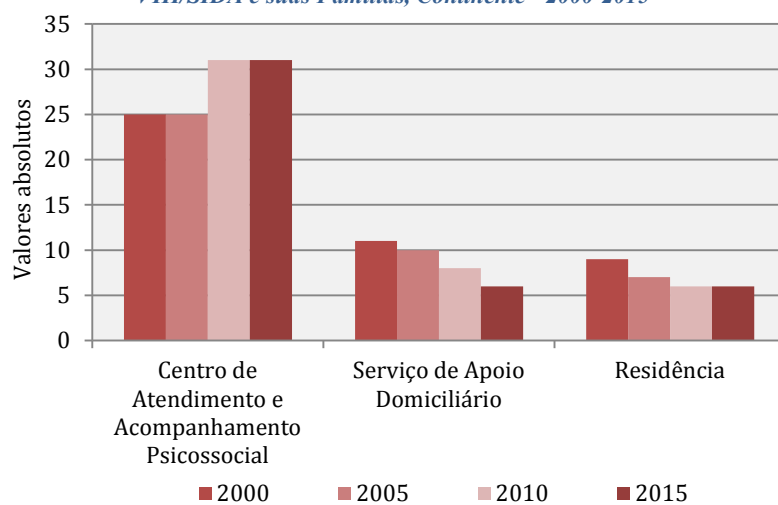
3.6.1. Número de respostas sociais

O número de respostas sociais do âmbito da RSES dirigidas a este grupo-alvo revelou uma ligeira quebra, entre 2000 e 2015, à exceção dos Centros de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial que apresentaram um crescimento de 24 % no período de análise.

3.6.2. Capacidade

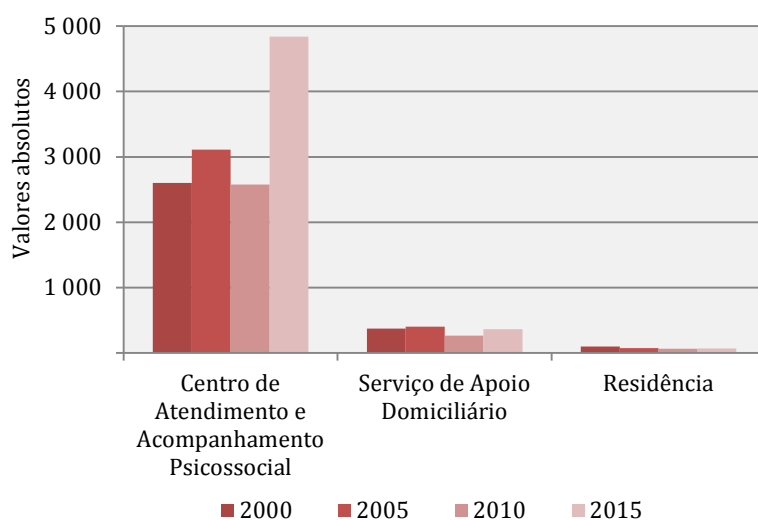
A capacidade das respostas dirigidas a esta população, entre os anos 2000 e 2015, registou um crescimento de 72 %, sobretudo graças ao incremento dos Centros de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial.

Figura 105 - Evolução das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente - 2000-2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 106 - Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente - 2000-2015



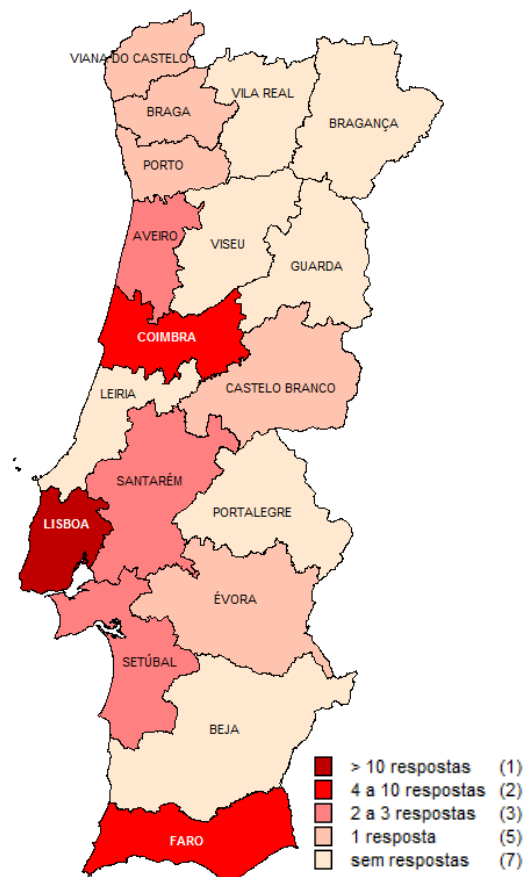
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.6.3. Distribuição territorial

A distribuição geográfica das respostas destinadas a pessoas infectadas pelo VIH/SIDA coloca em evidência a concentração de respostas nos distritos do litoral do território continental, por oposição ao interior do país que apresenta a quase inexistência destas respostas.

O distrito de Lisboa reunia mais metade das respostas (53 %), seguindo-se Coimbra e Faro.

Figura 107 - Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, distrito - 2015

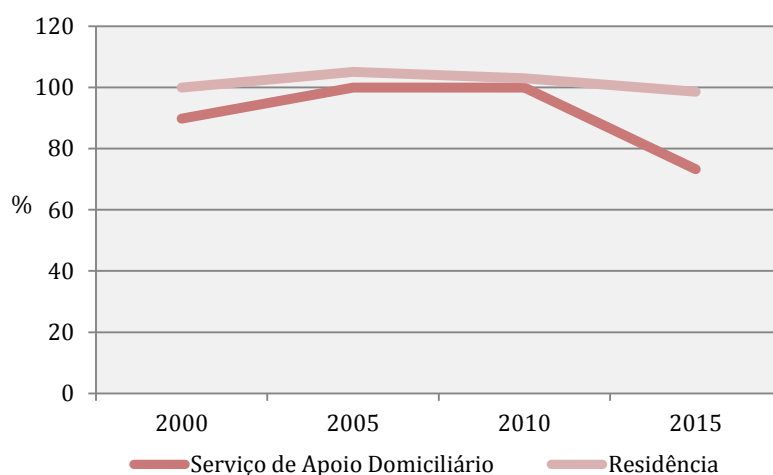


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.6.4. Taxa de utilização

Ao longo do período de análise (2000-2015) a taxa de utilização das respostas dirigidas a este grupo-alvo tem apresentado valores próximos da lotação máxima, à exceção da resposta SAD que evidenciou uma quebra nos últimos anos, designadamente a partir de 2010.

Figura 108 - Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente - 2000-2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.7 Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

As respostas dirigidas a Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico abrangem um conjunto de respostas integradas de cuidados de saúde e de apoio social, especialmente para o grupo das que se encontra em situação de carência e desigualdade socioeconómica, dependência e vulnerabilidade social. Estas respostas têm como objetivo promover a autonomia, a integração social e a saúde, dividindo-se em quatro tipo de respostas em função da gravidade da doença e do grau de autonomia da pessoa: **(1)** Fórum socio-ocupacional, **(2)** Unidade de vida autónoma, **(3)** Unidade de vida apoiada e **(4)** Unidade de vida protegida.

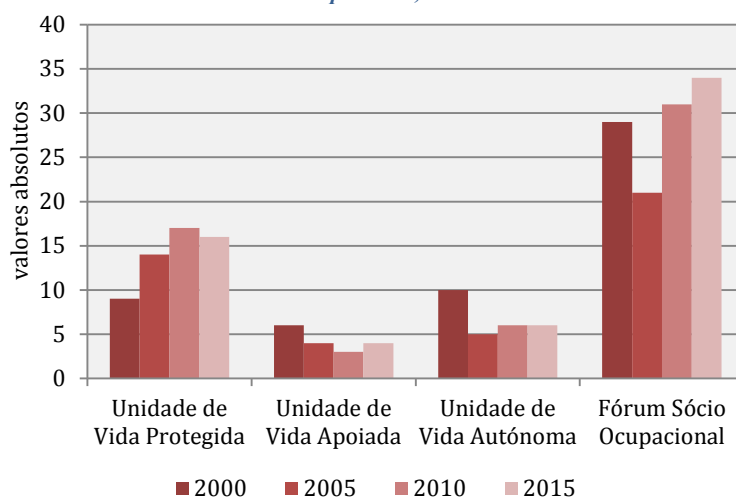
3.7.1. Respostas sociais

As respostas sociais que visam o apoio a Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, do âmbito da RSES, registaram ao longo do período de análise alguma oscilação. A resposta Fórum Sócio Ocupacional apresentou, todavia, uma situação distinta, revelando um crescimento constante, a partir de 2005.

3.7.2. Capacidade

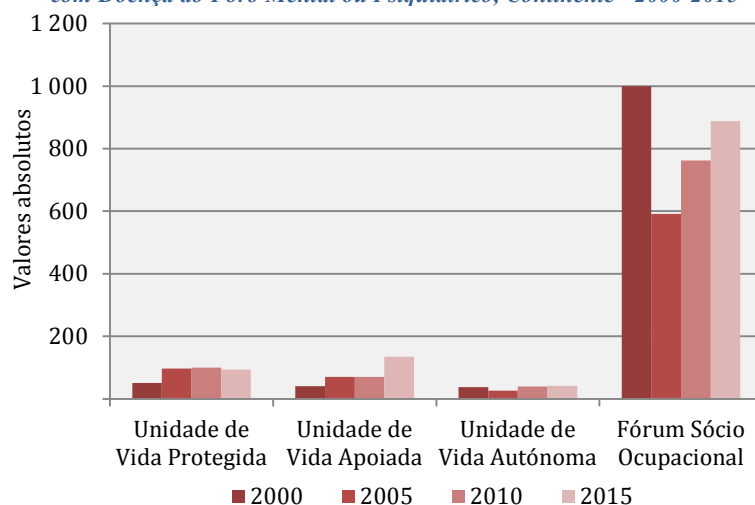
Do mesmo modo, no que diz respeito à capacidade é notória alguma flutuação, destacando-se contudo, uma maior constância ao nível da resposta Fórum Sócio Ocupacional, que registou a partir de 2005 um crescimento contínuo, acompanhando o aumento do número de respostas.

Figura 109 - Evolução das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente - 2000-2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

Figura 110 - Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente - 2000-2015

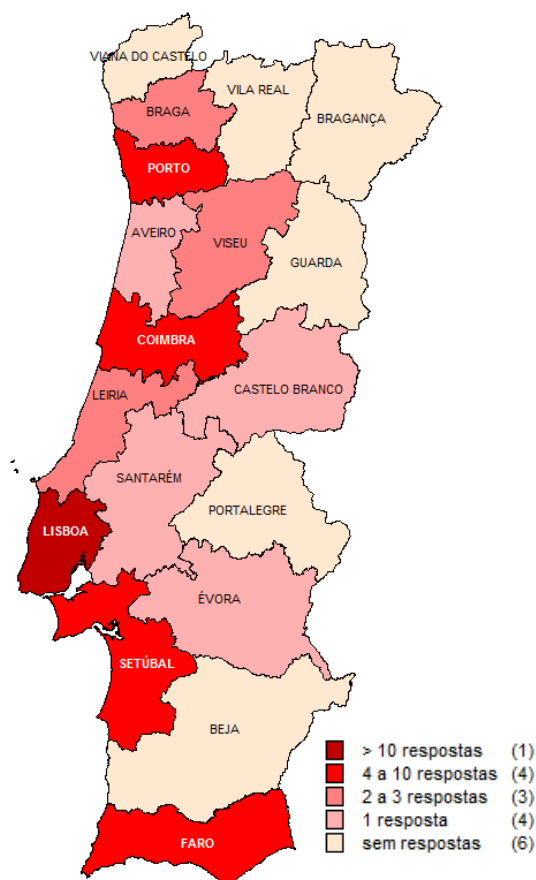


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.7.3. Distribuição territorial

A distribuição espacial das respostas sociais para este grupo-alvo evidencia alguma assimetria ao longo do territorial continental. Embora a maioria dos distritos do Continente (12) disponha de respostas, apenas 5 oferecem quatro ou mais respostas. Lisboa constitui o distrito com o maior peso relativo de respostas, reunindo $\frac{2}{3}$ do total da oferta.

Figura 111 - Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, distrito - 2015

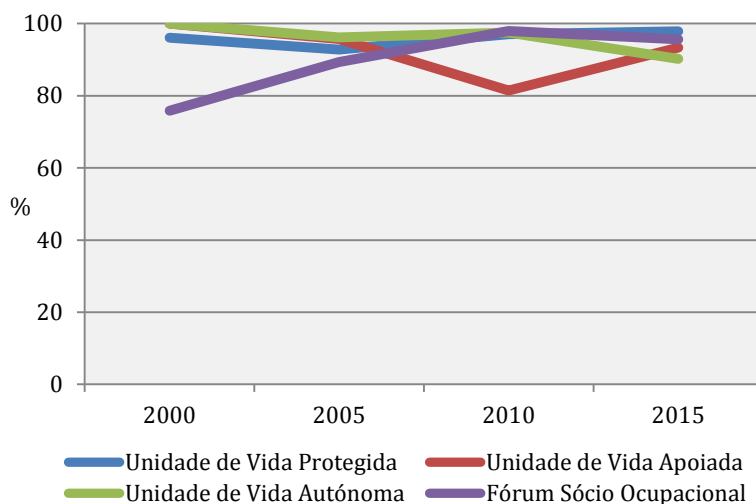


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

3.7.4. Taxa de utilização

A utilização das respostas sociais dirigidas a Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico é marcadamente elevada, sendo que, em 2015, todas as respostas apresentavam taxas acima dos 90 %.

Figura 112 - Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente - 2000-2015



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.

4. Despesas de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: o esforço público

4.1. Despesa de funcionamento²⁴

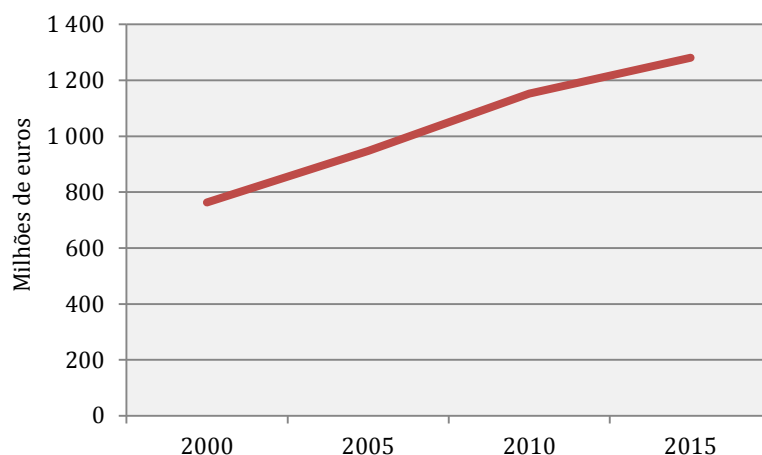
O funcionamento das respostas sociais que compõem a RSES é suportado, essencialmente, pelos acordos de cooperação celebrados entre o Estado e as entidades que integram a rede solidária (IPSS e entidades equiparadas), para além da comparticipação do utente e/ou do familiar e das receitas próprias das instituições.

O alargamento do número de utentes abrangidos pelos acordos

de cooperação e a atualização anual dos valores da comparticipação pública por utente têm gerado um crescimento progressivo da despesa pública com acordos de cooperação ao longo do período de análise (2000-2015).

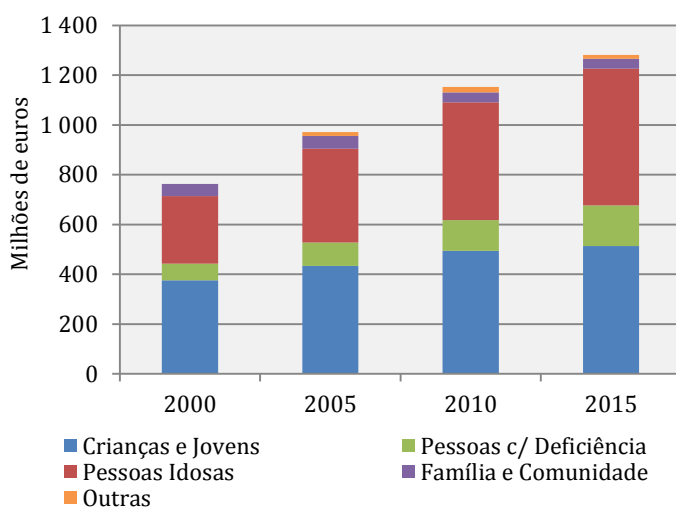
A despesa com as respostas de apoio às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade e às Pessoas Idosas apresentou o maior crescimento, entre 2000 e 2015, traduzindo um esforço crescente no âmbito do apoio a estas populações-alvo.

Figura 113 - Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação, Continente - 2000-2015



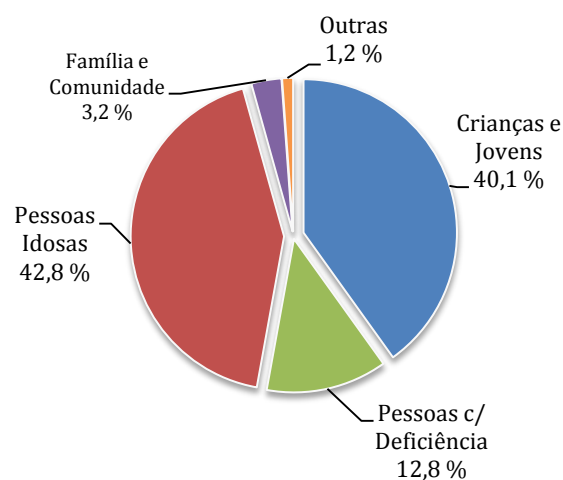
Fonte: MTSSS-IGFSS, Conta da Segurança Social.

Figura 114 - Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população-alvo, Continente - 2000-2015



Fonte: MTSSS-IGFSS, Conta da Segurança Social.

Figura 115 - Distribuição percentual da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população-alvo, Continente - 2015



Fonte: MTSSS-IGFSS, Conta da Segurança Social.

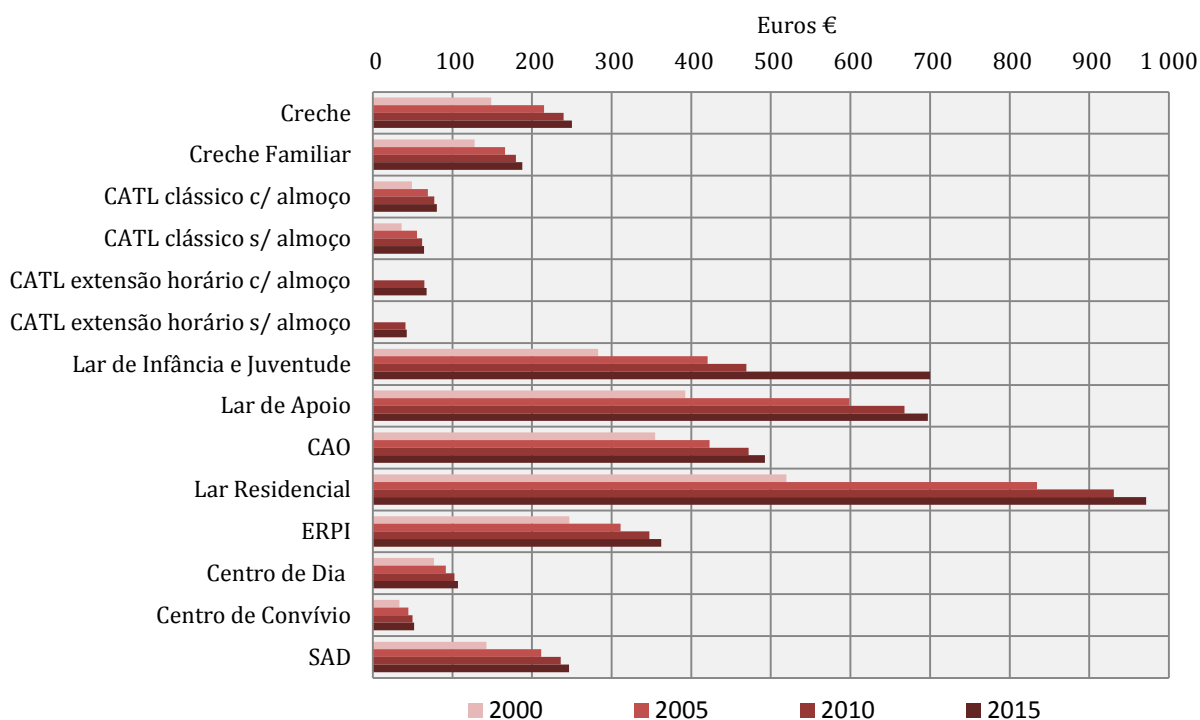
²⁴ Não inclui o valor da despesa relativa ao funcionamento dos estabelecimentos integrados.

Em 2015 as respostas dirigidas às Pessoas Idosas e às Crianças e Jovens foram as que concentraram a maior proporção de despesa, 42,8 % e 40,1 % respetivamente, representando em conjunto cerca de 83 % da despesa total de funcionamento da RSES. O apoio às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, ainda que tenha registado o maior aumento na despesa, entre 2000 e 2015, representou, no último ano, 12,8 % do total de encargos.

4.2. Comparticipação da Segurança Social através dos acordos de cooperação

O valor da comparticipação financeira da Segurança Social relativamente às respostas sociais abrangidas pelo Protocolo de Cooperação foi aumentado em 1,1 %, em 2015, face a 2014. As respostas sociais dirigidas a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, teoricamente mais caras, constituíram as respostas com os valores mais elevados de comparticipação por utente, designadamente o Lar Residencial, o Lar de Apoio e o Centro de Atividades Ocupacionais. Paralelamente, no âmbito das Crianças e Jovens em situação de perigo, a resposta Lar de Infância e Juventude, atendendo ao processo de qualificação de que foi alvo, beneficiou de um incremento no valor da comparticipação financeira de 2013 em diante.

Figura 116 - Evolução da comparticipação da Segurança Social, por resposta social e utente, com base nos acordos de cooperação, Continente - 2000-2015



Fonte: Protocolos de Cooperação.

ANEXOS

Nomenclaturas e Conceitos

(Despacho de Aprovação do Secretário de Estado da Segurança Social, exarado em 2006/01/19)

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Crianças e Jovens**AMA**

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que, por conta própria e mediante retribuição, cuida de crianças que não sejam suas parentes ou afins na linha reta ou no 2.º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

CRECHE FAMILIAR

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por um conjunto de amas (não inferior a 12 nem superior a 20), que residam na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas, técnica e financeiramente, pelos Centros Distritais de Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou Instituições Particulares de Solidariedade Social com atividades no âmbito das 1.ª e 2.ª infâncias.

CRECHE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família.

ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Resposta, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família.

CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES – CATL

Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiatividades, podendo desenvolver, complementarmente, atividades de apoio à família.

Crianças e Jovens com Deficiência**INTERVENÇÃO PRECOCE**

Resposta desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante ações de natureza preventiva e habilitava, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social.

LAR DE APOIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a acolher crianças e jovens com necessidades educativas especiais que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual ou que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.

TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social desenvolvida através de um serviço de natureza coletiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

Crianças e Jovens em Situação de Perigo

CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, vocacionada para o estudo e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares.

EQUIPA DE RUA DE APOIO A CRIANÇAS E JOVENS

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, destinada ao apoio a crianças e jovens em situação de perigo, desinseridas a nível sociofamiliar e que subsistem pela via de comportamentos desviantes.

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA CRIANÇAS E JOVENS

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma família ou a uma pessoa singular, habilitadas para o efeito, tecnicamente enquadradas, decorrente da aplicação da medida de promoção e proteção, visando a sua integração em meio familiar.

CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

APARTAMENTO DE AUTONOMIZAÇÃO

Resposta social, desenvolvida em equipamento – apartamento inserido na comunidade local – destinada a apoiar a transição para a vida adulta de jovens que possuem competências pessoais específicas, através da dinamização de serviços que articulem e potenciem recursos existentes nos espaços territoriais.

POPULAÇÃO ADULTA

Pessoas Idosas

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

CENTRO DE CONVÍVIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades sócio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade.

CENTRO DE DIA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar.

CENTRO DE NOITE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que tem por finalidade o acolhimento noturno, prioritariamente para pessoas idosas com autonomia que, por vivenciarem situações de solidão, isolamento ou insegurança necessitam de suporte de acompanhamento durante a noite.

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA PESSOAS IDOSAS

Resposta social que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas idosas quando, por ausência ou falta de condições de familiares e/ou inexistência ou insuficiência de respostas sociais, não possam permanecer no seu domicílio.

RESIDÊNCIA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, constituída por um conjunto de apartamentos com espaços e/ou serviços de utilização comum, para pessoas idosas, ou outras, com autonomia total ou parcial.

LAR DE IDOSOS

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.

ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS – ERPI (Nova denominação das respostas residenciais para pessoas idosas, substituindo as designações lar de idosos e residência para idosos, nos termos da Portaria n.º 67/2012, de 21 de março.)

Considera-se estrutura residencial para pessoas idosas, o estabelecimento para alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem. A estrutura residencial pode assumir um das seguintes modalidades de alojamento: a) Tipologias habitacionais, designadamente apartamentos e ou moradias; b) Quartos e c) Tipologias habitacionais em conjunto com o alojamento em quartos.

Pessoas Adultas com Deficiência

CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO E ANIMAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, organizada em espaço polivalente, destinado a informar, orientar e apoiar as pessoas com deficiência, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias à resolução dos seus próprios problemas, bem como atividades de animação sociocultural.

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS – CAO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades para jovens e adultos com deficiência grave.

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social, que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas com deficiência, a partir da idade adulta.

LAR RESIDENCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.

TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, de natureza coletiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

Pessoas em Situação de Dependência

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

APOIO DOMICILIÁRIO INTEGRADO – ADI

Resposta que se concretiza através de um conjunto de ações e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana.

UNIDADE DE APOIO INTEGRADO – UAI

Resposta, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

FORUM SÓCIO-OCUPACIONAL

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica, visando a sua reinserção sociofamiliar e ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido.

UNIDADE DE VIDA PROTEGIDA

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave e de evolução crónica clinicamente estável e que necessitam de treino de autonomia.

UNIDADE DE VIDA AUTÓNOMA

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave estabilizada e de evolução crónica, mas com capacidade autonómica, permitindo a sua integração em programas de formação profissional ou em emprego normal ou protegido e sem alternativa residencial satisfatória.

UNIDADE DE VIDA APOIADA

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas que, por limitação mental crónica e fatores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem apoio, as atividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente.

Pessoas Sem-Abrigo

EQUIPA DE RUA PARA PESSOAS SEM-ABRIGO

Resposta social, desenvolvida através de um serviço prestado por equipa multidisciplinar, que estabelece uma abordagem com os sem-abrigo, visando melhorar as suas condições de vida.

ATELIER OCUPACIONAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao apoio à população adulta, sem abrigo, com vista à reabilitação das suas capacidades e competências sociais, através do desenvolvimento de atividades integradas em programas “estruturados” que implicam uma participação assídua do indivíduo, ou “flexíveis” onde a assiduidade depende da sua disponibilidade e motivação.

FAMÍLIA E COMUNIDADE

Família e Comunidade em Geral**ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO SOCIAL**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço de primeira linha, que visa apoiar as pessoas e as famílias na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, atuar em situações de emergência.

GRUPO DE AUTO-AJUDA

Resposta social, desenvolvida através de pequenos grupos para interajuda, organizados e integrados por pessoas que passam ou passaram pela mesma situação/problema, visando encontrar soluções pela partilha de experiências e troca de informação.

CENTRO COMUNITÁRIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um polo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido.

CENTRO DE FÉRIAS E DE LAZER

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores.

REFEITÓRIO/CANTINA SOCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras atividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas.

CENTRO DE APOIO À VIDA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o apoio e acompanhamento a mulheres grávidas ou puérperas com filhos recém-nascidos, que se encontram em risco emocional ou social.

COMUNIDADE DE INSERÇÃO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, com ou sem alojamento, que compreende um conjunto de ações integradas com vista à inserção social de diversos grupos alvo que, por determinados fatores, se encontram em situação de exclusão ou de marginalização social.

CENTRO DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO – CAT

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.

AJUDA ALIMENTAR

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias.

Pessoas com VIH/Sida e Suas Famílias**CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL – CAAP**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, dirigida a pessoas infetadas e/ou doentes de VIH, vocacionada para o atendimento, acompanhamento e ocupação em regime diurno.

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

RESIDÊNCIA PARA PESSOAS INFETADAS PELO VIH/SIDA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para alojar pessoas infetadas e/ou doentes de HIV, em rutura familiar e desfavorecimento socioeconómico.

Pessoas Toxicodependentes**EQUIPA DE INTERVENÇÃO DIRETA**

Resposta social desenvolvida através de um serviço constituído por unidades de intervenção junto da população toxicodependente e suas famílias e junto de comunidades afetadas por este fenómeno.

APARTAMENTO DE REINserÇÃO SOCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste em acolher, temporariamente, pessoas toxicodependentes, que após a saída de unidades de tratamento, de estabelecimentos prisionais, de centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, se confrontem com problemas de reinserção social, familiar, escolar ou profissional.

Pessoas Vítimas de Violência Doméstica**CENTRO DE ATENDIMENTO**

Resposta, desenvolvida através de um serviço constituído por uma ou mais equipas técnica e pluridisciplinares, que assegura o atendimento, apoio e reencaminhamento das mulheres vítimas de violência, tendo em vista a proteção destas.

CASA DE ABRIGO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste no acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais.

GRUPO FECHADO DE RESPOSTAS PONTUAIS**APOIO DOMICILIÁRIO PARA GUARDA DE CRIANÇAS**

Serviço prestado por pessoas enquadradas por uma instituição que, por conta própria, mediante pagamento pecuniário, se deslocam ao domicílio para prestação de cuidados individuais a crianças, durante um determinado período de tempo, fora dos horários dos equipamentos tradicionais e de acordo com as necessidades da família.

APOIO EM REGIME AMBULATORIO

Resposta social, desenvolvida através de um serviço/equipamento, destinada ao apoio de pessoas com deficiência, a partir dos 7 anos, suas famílias e técnicos da comunidade, que desenvolve atividades de avaliação orientação e intervenção terapêutica e socioeducativa promovidas por equipas transdisciplinares.

IMPrensa BRAILLE

Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência visual, que se destina a produzir, adaptar e editar a produzir, adaptar e editar livros em Braille, de suporte ao processo de ensino/aprendizagem, assim como às atividades de natureza cultural e recreativa.

ESCOLA DE CÃES-GUIA

Equipamento onde se desenvolvem atividades de formação, educação e treino de cães-guia para apoio à pessoa cega.